

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Edital 31/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
31/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	RENATA DA SILVA MACIEL	13/08/2025 15:24 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25389.000074/2025-26

1. Do Objeto



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

AV.BRASIL 4365 MANGUINHOS - Prédio Sede 1º Piso COGIC, sala 13 - Bairro Manguinhos,

Rio de Janeiro/RJ, CEP 21040-360 Telefone: (21) 2209-2004 - <http://www.fiocruz.br>

EDITAL Nº 90012/2025

Processo nº 25389.000074/2025-26

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025

CONTRATANTE (UASG)

254462

OBJETO

Contratação de serviço comum de natureza contínua referente à contratação de comercializadora varejista para serviço de fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre (ACL), de fonte 100% (cem por cento) renovável, a ser executado sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 28/08/2025 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Coordenação Geral dos Campi - COGIC, sediada Avenida Brasil, 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços contínuos de gráfica, com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA). conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2.A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. Da Participação na Licitação

2.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 No presente certame, não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9 O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14 A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

3. Do orçamento Estimado

3.1 O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

3.2 Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

3.3 caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

4. Do Preenchimento da Proposta

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 valor total da item.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

4.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. Da Apresentação da Proposta e dos

Documentos de Habilitação

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.6 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.8 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.8.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.9 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.9.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.9.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.11 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.12 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.13 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital

6. Da Fase de Julgamento

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

6.1.3 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1 contiver vícios insanáveis;

6.5.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.7.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. Da Abertura da Sessão, Classificação

Das Propostas e Formulação de Lances

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e total do lote

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação:

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2 empresas brasileiras;

7.19.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21.6 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. Da Fase de Habilitação

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por Gestão de Compras – gecom.cogic@fiocruz.br.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

- 8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.12 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 [duas horas], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 8.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até [2] horas [duas horas], para:
- 8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.15 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. Do Termo de Contrato

- 9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2 O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.2.1 A assinatura do Termo de Contrato se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI disponível no endereço eletrônico – [https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php? %20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?%20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0)

9.2.2 O adjudicatário caso não seja cadastrado deverá preencher o formulário e registrar login e senha, devendo aguardar instruções que serão encaminhadas no email informado. Após a liberação o usuário estará apto a assinar o Termo de Contrato.

9.2.3 Eventuais dúvidas quanto à utilização de ferramenta, poderão ser dirimidas pelo email: suportesei@fiocruz.br.

9.3 Os prazos dos itens 9.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.5 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

10. Dos Recursos

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.2.1 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.2.2 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.2.3 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.2.4 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação

10.2.5 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.3 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4 recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico, gecom.cogic@fiocruz.br ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Brasil, 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ, Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, sala n.º 21.

11. Das Infrações Administrativas e Sanções

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4 apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas

12. Da Impugnação ao Edital e do Pedido

de Esclarecimentos

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: gecom.cogic@fiocruz.br, ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, sala n.º21.

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. Das Disposições Gerais

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>; no sítio da COGIC: www.cogic.fiocruz.br, e também poderá ser lido e /ou obtido no endereço Avenida Brasil, nº. 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio sede da COGIC, sala 13, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min.

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.2 Anexo II - Estudo Técnico Preliminar

13.11.2.1 Apêndice I do Anexo II – Regras Aplicáveis ao Instrumento o

13.11.2.2 Apêndice II do Anexo II - Termo de Ciência e Concordância

13.11.2.3 Apêndice III do Anexo II - Unidades Consumidoras

13.11.2.4 Apêndice IV do Anexo II - Declaração de Lastro de Compra de Energia

13.11.2.5 Apêndice V do Anexo II - Declaração de Lastro de Geração de Energia

13.11.2.6 Apêndice VI do Anexo II - Resumo das Condições Comerciais

13.11.2.7 Apêndice VII do Anexo II - Modelo de Proposta

13.11.2.8 Apêndice VIII do Anexo II - Modelo de Orçamento Planilha Zerada

13.11.2.9 Apêndice IX do Anexo II - Glossário

13.11.3 Anexo III – Proposta Proforma;

13.11.4 Anexo IV – Planilha de Custos e Formação de Preços

13.11.5 Anexo V – Termo de Sigilo e Confidencialidade

13.11.6 Anexo VI – Portaria da COGEAD

13.11.7 Anexo VII – Autorização da Garantia

13.11.8 Anexo VIII – Autorização Complementar de Contrato

13.11.9 Anexo IX – Minuta de Contrato

13.11.10 Anexo X - Matriz de Gerenciamento de Riscos

13.11.11 Anexo XI -Instrução Processual

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIA MARIA ROCHA DA SILVA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 13/08/2025 às 14:54:16.

RAFAEL GARCIA DIAS DA SILVA

Gestor de Compras



Assinou eletronicamente em 13/08/2025 às 15:24:26.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Termo de Referência 71/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
71/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	THAISA DO CARMO RIBEIRO SANTOS	11/08/2025 16:55 (v 1.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25389.000074/2025-26

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25389.000074/2025-26)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço comum de natureza contínua referente à contratação de comercializadora varejista para serviço de fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre (ACL), de fonte 100% (cem por cento) renovável, a ser executado sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

L O T E 1	MATRIZ					Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	Representativa de no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado
	CATSER	Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento								
	33.781.055/0001-35 SE/CO	2786-3	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	23.652,000	30.747,600	MWh	3,44%	-30%	30%	SE/CO
		2786-3	1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	26.200,800	34.061,040	MWh	3,81%	-30%	30%	
		2786-3	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	29.865,600	38.825,280	MWh	4,35%	-30%	30%	
	33.781.055/0001-35 NORTE	2786-3	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	744,600	967,980	MWh	0,11%	-30%	30%	N
		2786-3	1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	744,600	967,980	MWh	0,11%	-30%	30%	
		2786-3	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	878,400	1.141,920	MWh	0,13%	-30%	30%	
	33.781.055/0001-35 SE/CO	2786-3	1.1 Ano II - Energia Convencional	01/01/2026	31/12/2026	188.340,000	244.842,000	MWh	27,41%	-30%	30%	SE/CO
		2786-3	1.2 Ano III - Energia Convencional	01/01/2027	31/12/2027	205.860,000	267.618,000	MWh	29,96%	-30%	30%	
2786-3		1.3 Ano IV- E Energia Convencional	01/01/2028	31/12/2028	210.816,000	274.060,800	MWh	30,68%	-30%	30%		
ENERGIA TOTAL						687.102,000	893.232,600	MWh				

L O T E 2	BAHIA					Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em MWhmédios	Representativa de no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	
	CATSER	Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento									
	33.781.055/0006-40 NE	2786-3	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	3.504,000	4.555,200	MWh	29,60%	-40%	30%	NE	
		2786-3	1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	3.942,000	5.124,600	MWh	33,30%	-40%	30%		
		2786-3	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	4.392,000	5.709,600	MWh	37,10%	-40%	30%		
	ENERGIA TOTAL						11.838,000	15.389,400	MWh				

LOTE	MINAS GERAIS					Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	Representatividade de no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado
	CATSER	Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento								
	Item 1	2786-3	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026							
	33.781.055/0008-01	2786-3	1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027							
SE/CO	2786-3	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	2.452,800	3.188,640	MWh	33,30%	-30%	30%	SE/CO	
					2.452,800	3.188,640	MWh	33,30%	-30%	30%		
					2.459,520	3.197,376	MWh	33,39%	-30%	30%		
ENERGIA TOTAL						7.365,120	9.574,656	MWh				

LOTE	CEARA					Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	Representatividade de no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado
	CATSER	Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento								
	Item 1	2786-3	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026							
	33.781.055/0067-61	2786-3	1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027							
NE	2786-3	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	9.532,800	12.392,640	MWh	29,48%	-40%	30%	NE	
					11.388,000	14.804,400	MWh	35,21%	-40%	30%		
					11.419,200	14.844,960	MWh	35,31%	-40%	30%		
ENERGIA TOTAL						32.340,000	42.042,000	MWh				

TOTAL ENERGIA						738.645,120	960.238,656	MWh				
---------------	--	--	--	--	--	-------------	-------------	-----	--	--	--	--

Tabela 1.1.1 - Descrição detalhada dos lotes

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE EM MWh	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de energia elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL) - Lote I (DF, RJ, MS, RO e AM)	27863	Unidade	893.232,20	SIGILOSO	SIGILOSO
2	Fornecimento de energia elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL) - Lote II (BA)	27863	Unidade	15.389,40	SIGILOSO	SIGILOSO
3	Fornecimento de energia elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL) - Lote III (MG)	27863	Unidade	9.574,656	SIGILOSO	SIGILOSO
4	Fornecimento de energia elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL) - Lote IV (CE)	27863	Unidade	42.042,00	SIGILOSO	SIGILOSO

Tabela 1.1 - Descrição simplificada dos lotes

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista ser uma necessidade permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o disposto no estudo técnico preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **03 (três) anos**, contados do documento de Ordem de Início do Contrato, podendo ser prorrogado, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

1.4.1. Em complemento ao disposto no item 1.3, ressalta-se que o período de suprimento terá início em 01/01/2026, com prazo de término inicialmente previsto para 31/12/2028. Dessa forma, caso não haja nenhum termo aditivo de prorrogação contratual, entende-se que a Contratada deverá fornecer energia até 31/12/2028.

1.4.2. Entende-se por período de suprimento o tempo durante o qual a Contratada terá que fornecer a energia para a Contratante.

1.4.3. O início do período de suprimento está condicionado assinatura do instrumento contratual.

1.4.4. A Contratada será responsável por realizar os trâmites junto à CCEE para viabilizar a aquisição e o fornecimento de energia para a Contratante.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000016/2025

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024

III) Classe/Grupo: 691

IV) Identificador da Futura Contratação: 459/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Em complemento à descrição da solução como um todo pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, ressalta-se que desde a migração da FIOCRUZ para a aquisição de energia por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), iniciada em abril/2024 no âmbito do processo SEI 25389.000212/2023-13, até maio/2025 a Fundação Oswaldo Cruz economizou mais de R\$ 50,9 Milhões, gerando não só uma economia financeira, mas também contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

3.2. A energia por meio de fontes renováveis desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável e na preservação do meio ambiente. Ao utilizar FONTES DE ENERGIA 100% RENOVAEIS reduz-se significativamente a dependência de combustíveis fósseis, responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa e pelo aquecimento global. Além disso, tais fontes de energia são inesgotáveis e abundantes, garantindo uma oferta contínua de energia limpa a longo prazo.

3.3. A Complementação prevista no item 3 deste Termo de Referência encontra-se em consonância com a orientação constante da minuta-padrão segundo a qual caso haja necessidade de complementação da descrição da solução em relação à originalmente apresentada nos Estudos Técnicos Preliminares, tal fato deverá estar discriminado no Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A exigência de energia 100% (cem por cento) de fonte renovável no Ambiente de Contratação Livre – ACL, é uma das ações que tem alinhamento aos avanços dos impactos diretos relacionados ao tema ESG - Environmental, Social and Governance. Tal exigência também adere à orientação de mitigação de emissão dos gases de efeito estufa, uma vez que é inadiável desacelerar os investimentos e o uso de energias fósseis. A “descarbonização” é necessária para viabilizar a redução e o eventual fim da dependência dos combustíveis fósseis.

4.2. A CONTRATADA deverá comprovar a rastreabilidade da fonte, por meio do fornecimento de Certificados de Energia Renovável no padrão I-REC, originados de empreendimento (s) gerador(es) de energia de fonte renovável localizado(s) no Brasil, para compensação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Escopo 2 gerados pelo consumo de energia elétrica correspondente aos montantes de energia elétrica faturados, decorrentes desta contratação de energia.

4.2.1. Os Certificados de Energia Renovável no padrão Internacional (I-Rec) deverão ser provenientes da geração de energia elétrica renovável, de fonte eólica, hidrelétrica, ou solar, que são capazes de compensar 100% (cem por cento) das emissões;

4.2.2. O fornecimento dos Certificados deverá ser baseado nos padrões e Termos utilizados pelo I-REC Standard, por meio da Plataforma I-REC Standard, ou outra que venha substituí-la, respeitada as recomendações do GHG Protocol;

4.2.3. A FIOCRUZ atuará como beneficiária dos I-RECs adquiridos, que serão apresentados em seu nome pela CONTRATADA por meio da Plataforma I-REC Standard, com fins de compensação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE);

4.2.4. A critério da fiscalização, entrega dos certificados, poderá ser feita de forma mensal, ou por meio de uma prestação anual contendo a totalidade dos I-RECs do ano subsequente;

4.2.5. No caso de emissão anual, os Certificados deverão ser fornecidos até 31 de janeiro de cada ano subsequente ao consumo; observados os prazos para o processamento da emissão, transferência e aposentadoria.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação a ser apresentada pela Contratada

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a

negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.20. A CONTRATADA obriga-se a efetuar e manter o registro da Energia Contratada na CCEE durante a execução do Contrato.

Da isenção de apresentação de garantia pela Contratante (Fiocruz)

4.21. Devido à natureza da FIOCRUZ, a CONTRATADA irá isentar a CONTRATANTE (FIOCRUZ) da obrigação de apresentar garantias financeiras.

4.22. Como entidade da administração pública indireta federal, a FIOCRUZ é sustentada majoritariamente por recursos públicos e está sujeita às regras orçamentárias e de execução financeira da União.

4.23. Os recursos orçamentários da Fiocruz são garantidos por lei.

4.24. Os pagamentos de contratos firmados pela FIOCRUZ são realizados com recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), que assegura dotações específicas para custeio de despesas como energia elétrica. Isso significa que os valores estão previamente autorizados pelo Congresso Nacional e, uma vez empenhados, são garantia de pagamento.

4.25. A FIOCRUZ opera no Mercado Livre de Energia no modelo Varejista desde abril/2024 sem nenhuma intercorrência com o atual fornecedor e sem nenhuma inadimplência perante às Distribuidoras

4.26. As Demonstrações Contábeis 2024 | Coordenação-Geral de Administração – Fiocruz podem ser consultadas no endereço <https://cogead.fiocruz.br/?q=content/demonstra%C3%A7%C3%B5es-cont%C3%A1beis-2024>.

4.27. O CONTRATANTE (ou seu representante na CCEE) obriga-se a validar o registro da Energia Contratada na CCEE, de acordo com as disposições previstas nas Regras de Comercialização e nos Procedimentos de Comercialização.

Vistoria

4.28. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, visto que a distribuição de energia continuará a ser feita pela concessionária local autorizada.

Das obrigações anticorrupção

4.29. Diante das particularidades da contratação proposta, é essencial estipular em Termo de Referência obrigações anticorrupção.

4.29.1 As Partes declaram que cumprem a Legislação Anticorrupção e abstêm-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, no interesse ou para benefício próprio.

4.29.2. As Partes declaram que não (i) realizaram qualquer ação que resulte em violação da Legislação Anticorrupção, (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou fizeram algum pagamento ou concederam outra forma de benefício a qualquer Agente Governamental, em qualquer de tais hipóteses, com intenção ou propósito de: (a) influenciar alguma medida ou decisão do referido Agente Governamental no exercício do seu cargo; (b) induzir o Agente Governamental a praticar ato ou omissão que constitua infração do exercício do seu cargo; ou (c) induzir o Agente Governamental a usar sua influência de modo a afetar ou influenciar algum ato ou decisão, em cada caso a fim de ajudar qualquer pessoa a obter ou reter negócios para ou com qualquer pessoa.

4.30. As Partes se comprometem a informar e tomar medidas de controle interno para que seus diretores, colaboradores e representantes respeitem e cumpram a Legislação Anticorrupção.

4.30.1. As Partes obrigam-se ainda a cooperar em casos de eventuais questionamentos de auditoria ou investigações e quanto a possíveis suspeitas de violação da Legislação Anticorrupção por qualquer das Partes.

4.31. Cada uma das Partes obriga-se a, caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole a Legislação Anticorrupção no âmbito do cumprimento de suas obrigações sob este Contrato, comunicar em até 10 (dez) dias a outra Parte, fornecendo as informações que venham a ser razoavelmente solicitadas a respeito.

Do caso fortuito ou força maior

4.32. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes, aos termos do presente Instrumento, os fatos cujos efeitos não sejam possíveis evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, as obras/serviços contratados.

4.33. A Parte afetada pela ocorrência de um Caso Fortuito ou de Força Maior deverá comunicar o fato à outra Parte num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data do evento, mediante notificação por escrito contendo descrição pormenorizada do Caso Fortuito ou de Força Maior, com informações que indiquem a sua natureza, em que medida ele compromete o cumprimento das obrigações da Parte afetada nos termos de Contrato e a estimativa do período em que o Caso Fortuito ou de Força Maior a impedirá de cumprir com suas obrigações suspensas pelo referido evento.

4.34. A suspensão das obrigações em decorrência de Caso Fortuito ou de Força Maior não terá o efeito de eximir a Parte afetada da obrigação de prestar os serviços devidos relativamente ao período anterior à ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior, de efetuar o pagamento de montantes devidos relativamente ao período anterior à ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior e/ou em relação às obrigações não afetadas pelo Caso Fortuito ou de Força Maior.

4.35. Não será(ão) considerado(s) como evento de Caso Fortuito ou Força Maior para fins deste instrumento:

4.35.1. problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira de qualquer das Partes;

4.35.2. qualquer consequência proveniente de descumprimento da LEGISLAÇÃO;

4.35.3 insolvência, liquidação, falência, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte ou de Terceiros;

4.35.4. possibilidade de vender ou comprar energia elétrica no mercado, em quantidades equivalentes à energia elétrica objeto deste CONTRATO, a preço(s) mais favorável(is) do que o(s) preço(s) deste CONTRATO;

4.35.5. greves e/ou interrupções trabalhistas ou medidas com efeito semelhante, de empregados e contratados de qualquer das Partes e/ou de suas eventuais subcontratadas;

4.35.6. a recusa da CCEE em proceder a contabilização e/ou liquidação deste CONTRATO, causada por ação ou omissão comprovada de qualquer das Partes;

4.35.7. a falha de qualquer das Partes em obter qualquer autorização necessária de uma autoridade governamental; e/ou

4.35.8. variações do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), independentemente da sua magnitude; e/ou

4.35.9. qualquer falha nas instalações de conexão, nas linhas de transmissão, nas linhas de distribuição, transformadores e outras instalações correlatas, integrantes ou não do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Do racionamento e da racionalização

4.36. As responsabilidades contratuais na eventual vigência de Racionamento ou Racionalização, bem como de quaisquer outros incentivos ou determinações do Poder Público, que visem a redução do consumo de energia elétrica de caráter emergencial, serão regidas pela Legislação vigente e/ou pelas Regras de Comercialização que venham a ser definidas pela Autoridade Competente.

4.37. Por se tratar de serviço essencial, a redução que vier a ser adotada pela Legislação aplicável ao setor elétrico, relativa ao Submercado da Unidade Consumidora ou do Ponto de Entrega, durante o período em que perdurar o Racionamento ou Racionalização, só deverá ser aplicada se houver determinação legal para tanto. Caso a redução seja determinada, mas havendo omissão da Autoridade Competente em definir as regras a serem aplicadas a presente relação contratual, bem como inexistindo disposição nas Regras de Comercialização a regular o tema, a presente relação contratual sofrerá a redução que vier a ser adotada pela Legislação aplicável ao setor elétrico, relativa ao Submercado da Unidade Consumidora ou do Ponto de Entrega, durante o período em que perdurar o Racionamento ou Racionalização.

Da solução de controvérsias

4.38. Caso haja qualquer disputa ou questões divergentes relativas a presente relação contratual, as Partes, desde já, se comprometem a envidar esforços para resolver a questão de maneira amigável, mantendo, para tanto, negociações para atingirem uma solução justa e satisfatória para ambas, em um prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do encaminhamento pela Parte interessada à outra Parte, sem prejuízo das prerrogativas que a Administração Pública possui em razão da Lei nº 14.133/2021 e das demais legislações aplicáveis às licitações e contratos administrativos.

4.38.1. Entende-se que uma controvérsia se inicia com a Notificação de Controvérsia de uma Parte à outra.

4.38.2. O envio de uma Notificação de Controvérsia por uma das Partes não a dispensa do cumprimento da qualquer obrigação contratual assumida, procedendo-se, ao final do processo de negociação ou de solução de conflitos adotado, os acertos que se fizerem necessários.

4.39. As controvérsias oriundas deste contrato serão inicialmente tratadas pelas partes com vistas à solução consensual, sem prejuízo das prerrogativas que a Administração Pública possui em razão da Lei nº 14.133/2021 e das demais legislações aplicáveis às licitações e contratos administrativos.

4.39.1. Não sendo possível a solução da controvérsia nos termos dos itens 4.38 e 4.39, eventuais disputas cujo valor envolvido seja igual ou inferior a R\$ 20 milhões (vinte milhões) serão resolvidas exclusivamente por meio do Poder Judiciário, com Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

4.39.2. Não sendo possível a solução da controvérsia nos termos dos itens 4.38 e 4.39, eventuais controvérsias cujo valor envolvido seja superior a R\$ 20 milhões (vinte milhões) serão resolvidas por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/1996 e dos artigos 151, 152, 153 e 154 da Lei nº 14.133/2021.

4.39.3. Na eventualidade da adoção de procedimento arbitral, a câmara arbitral será escolhida de comum acordo entre as partes, dentre aquelas reconhecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme lista publicada em seu site oficial (www.ccee.org.br/arbitragem).

4.39.4. Eventual arbitragem ocorrerá em território nacional, em língua portuguesa, e deverá observar a publicidade exigida pela legislação aplicável à Administração Pública, resguardado o sigilo das informações protegidas por lei.

4.39.5. Havendo necessidade, no curso da arbitragem, de medidas urgentes, coercitivas, cautelares ou, ainda, de antecipação de tutela, as Partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Das hipóteses de extinção contratual

4.40. Deverão ser observadas as hipóteses de extinção contratual previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.41. Poderá, ainda, haver a rescisão contratual nos seguintes casos, respeitados o contraditório e a ampla defesa:

4.41.1. Caso haja a decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

4.41.2. Caso a PARTE dê causa e venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no Termo de Referência;

4.41.3. Caso a CONTRATADA não cumpra a garantia da continuidade do suprimento, nos termos do CONTRATO e da legislação vigente.

4.42. A ocorrência da rescisão deverá ser formal e expressamente comunicada por escrito à CCEE e às entidades regulatórias competentes, sem prejuízo das obrigações estabelecidas anteriormente à rescisão e comunicação acima referidas

4.42.1. A comunicação a que se refere o subitem 4.42 deverá ser realizada no prazo mínimo de quinze dias em situações de inadimplemento, configurado nos termos da lei, ou de noventa dias em situação de denúncia à prorrogação da representação antecedentes à data pretendida para o término da contratação.

Da responsabilidade e indenização

4.43. Na ocorrência de rescisão do CONTRATO por culpa exclusiva da PARTE, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis, haverá o ressarcimento pelos prejuízos regularmente comprovados que a parte prejudicada tenha sofrido.

4.44. No caso da rescisão ter ocorrido por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis, a CONTRATADA incorrerá em multa rescisória correspondente **a 30% (trinta por cento) do saldo remanescente do CONTRATO** ("Saldo Remanescente"), além da obrigação de ressarcimento de perdas e danos, no que não contrariar as previsões da Lei nº 14.133/2021.

4.44.1. O Saldo Remanescente será obtido pela multiplicação do volume de ENERGIA CONTRATADA, em megawatt-hora, para o prazo remanescente do PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme os montantes estabelecidos no **ANEXO VI – RESUMO DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS** do respectivo edital de licitação, pelo PREÇO CONTRATUAL.

4.45. No caso da rescisão ter ocorrido por culpa exclusiva da CONTRATANTE, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito, conforme art. 138, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, a:

4.45.1. devolução da garantia;

4.45.2. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

4.45.3. pagamento do custo da desmobilização, caso demonstrada existência de custo de desmobilização.

4.46. Quando aplicável, as perdas e danos serão calculadas de acordo com uma das seguintes fórmulas, conforme a rescisão seja causada pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA:

4.46.1 Se a rescisão do CONTRATO ocorrer por motivo imputável ao CONTRATANTE, as perdas e danos por ele devidos serão dadas por:

$$(i) \text{ Perdas e Danos} = \text{Volume remanescente} \times \text{máximo}[PC - PR; 0]$$

4.46.2 Se a rescisão do CONTRATO ocorrer por motivo imputável à CONTRATADA, além de indenizar o CONTRATANTE por eventuais prejuízos sofridos pela exposição na CCEE, as perdas e danos por ela devidos serão dadas por:

$$(ii) \text{ Perdas e Danos} = \text{Volume remanescente} \times \text{máximo}[PR - PC; 0]$$

4.47. Para ambas as fórmulas dos acima, considera-se:

4.47.1. “Volume remanescente” = volume de ENERGIA CONTRATADA, em megawatt-hora, para o prazo remanescente do PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme os montantes estabelecidos no **ANEXO VI – RESUMO DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS** do respectivo edital de licitação;

4.47.2. PC = PREÇO CONTRATUAL, em R\$/MWh conforme **ANEXO VI – RESUMO DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS** do respectivo edital de licitação;

4.47.3. PR = preço de reposição, correspondente ao preço da ENERGIA, em R\$/MWh, a ser estabelecido em um novo contrato de compra e venda de energia que eventualmente venha a ser celebrado pela PARTE adimplente para reposição do CONTRATO, em quantidades e demais condições similares às deste; caso a PARTE adimplente não logre êxito na celebração de novo contrato em até 05 (cinco) dias contados da data de rescisão, o preço de reposição será determinado pela média de, no mínimo, 03 (três) ofertas recebidas pela PARTE adimplente de TERCEIROS de boa-fé, não pertencentes ao mesmo grupo econômico da PARTE adimplente, a preços compatíveis com os praticados à época pelo mercado e que garantam o suprimento de ENERGIA em quantidades e condições similares a este CONTRATO previstas para o prazo remanescente.

4.48. Na hipótese de rescisão do CONTRATO antes do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO será considerado como prazo remanescente a totalidade do PERÍODO DE SUPRIMENTO.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. O fornecimento de energia elétrica, de que trata o presente Termo de Referência, se baseia no disposto na legislação específica, em Resoluções da ANEEL, nas Regras e Procedimentos de Comercialização da CCEE, nos Procedimentos de Rede do ONS e outros que venham a sucedê-los.

5.1.2.2. As partes reconhecem que o fornecimento físico da energia CONTRATADA não é objeto deste Contrato e estará integralmente subordinado às determinações técnicas do ONS e da ANEEL, inclusive em caso de decretação, pela Autoridade Competente, de racionamento de energia elétrica no Submercado de cada unidade consumidora.

5.1.2.3. Caso a Energia Contratada seja disponibilizada em Submercado diferente do Submercado da CONTRATANTE conforme disposto na Tabela 1: Descrição dos Lotes, a responsabilidade pela exposição de preços de diferentes Submercados será da CONTRATADA.

5.1.3. A entrega da Energia Contratada à FIOCRUZ dependerá do atendimento das seguintes condições:

5.1.3.1. da assinatura, pela FIOCRUZ, do Contrato para Comercialização Varejista conforme modelo anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 1.011/2022, por meio da plataforma de assinatura da CCEE, para cada Unidade Consumidora;

5.1.3.2. da assinatura, pela FIOCRUZ, se aplicável, do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD, com a concessionária, autorizada ou permissionária de distribuição de energia elétrica local envolvida;

5.1.3.3. da modelagem da Unidade Consumidora da FIOCRUZ pela CONTRATADA junto à CCEE;

5.1.3.4. da entrega da cópia de todos os Contratos firmados junto à(s) Distribuidora(s) correspondentes a cada Unidade Consumidora com demanda contratada;

5.1.3.5. da assinatura, pela FIOCRUZ, de procuração específica para fins de representação junto à CCEE e as distribuidoras de energia, para a adequada gestão de energia ao longo do contrato e do Processo de Migração. A representação deverá vigorar tanto durante o processo de migração como durante toda a vigência do presente Contrato, de forma não exclusiva;

5.1.3.6. Também é objeto do Contrato a representação continuada da CONTRATANTE pela CONTRATADA, perante a CCEE. A CONTRATANTE deverá autorizar a CONTRATADA a atuar em nome da CONTRATANTE perante a CCEE, e por esse motivo deverá fornecer procuração específica para representação nos moldes a ser enviado pela CONTRATADA no momento da assinatura do Contrato. A representação deverá vigorar durante o processo de Migração e durante a vigência do presente Contrato, de forma que a CONTRATANTE deverá se abster de tomar qualquer ato perante a CCEE sem acordar previamente com a CONTRATADA.

5.1.3.7. A PROCURAÇÃO citada acima, não exclui o direito da CONTRATANTE, em ter perfil de visualização a todos os sistemas disponíveis pela CCEE para os AGENTES REPRESENTADO por COMERCIALIZADOR VAREJISTA, tais como SCDE, CLIQCCEE, DRI, SIGACCEE.

5.1.3.8. O acesso aos SISTEMAS da CCEE deve ser liberado em até 02 (dois) úteis após a solicitação da FIOCRUZ.

5.1.3.9. Para o LOTE 1, a CONTRATADA deverá modelar dois perfis, um para a fonte incentivada e outra para a convencional

5.1.3.10. Para os demais lotes poderá ser modelado um perfil para cada LOTE.

5.1.3.11. Caso a CONTRATADA tenha sido declarada Vencedora para dois ou mais LOTES, poderá solicitar à autorização à CONTRATANTE, para a criação de um único perfil para todos os ativos para os quais tenha sido declarada vencedora, observado o item 5.1.3.9.

5.1.4. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, tributos, encargos setoriais, custos e encargos de transmissão, de distribuição e de conexão, perdas de transmissão e de distribuição porventura devidas e/ou verificadas em face da disponibilização da energia elétrica contratada **até o centro de gravidade**.

5.1.5. Será de inteira responsabilidade da CONTRATANTE arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, tributos quando contribuinte tributário, na forma da legislação vigente, encargos setoriais, custos e encargos de transmissão, de distribuição e de conexão, perdas de transmissão e de distribuição porventura devidas e/ou verificadas em face da disponibilização da energia elétrica contratada **a partir do centro de gravidade**.

5.1.6. Todas as comunicações relativas ao presente Termo de Referência serão consideradas como regularmente feitas e entregues quando enviadas por carta protocolada ou e-mail para: efenergetica.cogic@fiocruz.br e adm-cem.cogic@fiocruz.br;

5.1.7. Descrição detalhada das **condições contratuais**:

5.1.7.1. **Sazonalidade:** É o processo de divisão da Energia Contratada anual, expressa em MWh, em montantes mensais. Os montantes mensais de Energia Contratada (sazonalizada), expressos em MW médio, poderão variar entre os limites percentuais de sazonalização definidos acima, da Energia Contratada anual, também expressa em MW médio

5.1.7.2. A Sazonalização deverá ser enviada pelo CONTRATANTE até o dia 30 de novembro do ano anterior ao consumo à CONTRATADA, e, caso não seja enviada neste prazo, assume-se sazonalização constante na Tabela 2 : Cronograma Mensal (MW médios).

5.1.7.3. Sazonalidade Anual Contratada:

- LOTE I: Sazonalização superior de +10% e Sazonalização inferior de -10%.

- LOTE II: Sazonalização superior de +10% e Sazonalização inferior de -10%.
- LOTE III: Sazonalização superior de +10% e Sazonalização inferior de -10%.
- LOTE IV: Sazonalização superior de +10% e Sazonalização inferior de -10%.

5.1.7.4. **Flexibilidade Mensal:** é o processo de variação mensal da Energia Contratada sazonalizada (vinculada à medição, ou seja, conforme a variação do consumo de cada unidade consumidora).

5.1.7.5. Flexibilidade Mensal Contratada:

- LOTE I: Flexibilidade Superior de +30% e Flexibilidade Inferior de -30% para o Item 1, Flexibilidade Superior de +30% e Flexibilidade Inferior de -30% para o Item 2, Flexibilidade Superior de +30% e Flexibilidade Inferior de -30% para o Item 3.
- LOTE II: Flexibilidade Superior de +30% e Flexibilidade Inferior de -40%.
- LOTE III: Flexibilidade Superior de +30% e Flexibilidade Inferior de -30%
- LOTE IV: Flexibilidade Superior de +30% e Flexibilidade Inferior de -40%

5.1.7.6. **Modulação:** é o processo pelo qual os montantes mensais de energia são distribuídos em valores horários.

5.1.7.7. Modulação Horária Contratada:

- LOTE I: Conforme curva de carga - a modulação da energia elétrica contratada deverá estar atrelada à medição.
- LOTE II: Conforme curva de carga - a modulação da energia elétrica contratada deverá estar atrelada à medição.
- LOTE III: Conforme curva de carga - a modulação da energia elétrica contratada deverá estar atrelada à medição.
- LOTE IV: Conforme curva de carga - a modulação da energia elétrica contratada deverá estar atrelada à medição.

5.1.7.8. Caso a CONTRATADA registre modulação que não a especificada no item 5.1.7.7, qualquer custo que venha a ser apurado pela CCEE no processo de CONTABILIZAÇÃO será de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo nenhum tipo de ressarcimento pela FIOCRUZ.

5.1.8. O tratamento das exposições seguirá os seguintes critérios:

5.1.8.1. Caso o consumo mensal de cada LOTE fique abaixo da flexibilidade mensal inferior constante no item 5.1.7.5, o fator de compensação financeira a ser pago pela CONTRATADA à CONTRATANTE, a ser aplicado sobre as sobras verificadas, será:

$$PrRevenda_m = PLD + Spread \text{ Cessão}$$

- Onde o PLD considerado será o do submercado da(s) unidade(s) consumidora(s) de cada LOTE.
- Spread: trata do valor definido em contrato como ágio a ser adicionado ao PLD em decorrência da Fonte Incentivada 50%.

5.1.8.2. Caso o consumo mensal de cada LOTE ultrapasse a flexibilidade mensal superior constante no item 5.1.7.5, o fator de compensação financeira a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, a ser aplicado sobre as o volume excedente a ser fornecido pela CONTRATADA, será:

$$PrCompra_m = PLD + Spread \text{ Compra}$$

- Onde o PLD considerado será o do submercado da(s) unidade(s) consumidora(s) de cada LOTE.
- Spread: trata do valor definido em contrato como ágio a ser adicionado ao PLD em decorrência da Fonte Incentivada 50%.

5.1.8.3. RETUSD: valor do ressarcimento em caso de perda no desconto da TUSD. O ressarcimento devido pela CONTRATADA em razão da perda do desconto do CONTRATANTE deverá ser calculado com base no percentual do desconto definido e divulgado pela CCEE, considerando que a perda total do referido desconto corresponde a R\$ 35,00/MWh (trinta e cinco reais por megawatt-hora), para energia de

fonte incentivada 50%, e R\$ 70,00/MWh (setenta reais por megawatt-hora), para energia de fonte incentivada 100%, de modo que a perda parcial do referido desconto corresponderá à proporção desse valor, a ser calculada conforme as seguintes fórmulas descritas abaixo:

5.1.8.4. Para fonte de energia incentivada 50%:

$$ReTUSD = R\$35,00/MWh \times \left(\frac{50\% - DESC\%}{50\%} \right) \times EnDesc$$

5.1.8.5. Para fonte de energia incentivada 100%:

$$ReTUSD = R\$70,00/MWh \times \left(\frac{100\% - DESC\%}{100\%} \right) \times EnDesc$$

Onde: *ReTUSD*: ressarcimento devido no mês contratual em R\$;

DESC%: desconto informado pela CCEE no mês contratual, em percentual;

EnDesc: energia efetivamente disponibilizada no mês contratual corrente, em MWh.

5.1.8.6. CONTRATADA deverá creditar à CONTRATANTE em até 10 (dez) dias úteis após a divulgação dos relatórios da CCEE que comprovem a redução do desconto e o valor do ressarcimento da RETUSD, em R\$.

5.1.8.7. A não efetivação do mencionado crédito incorrerá em inadimplemento contratual, estando a CONTRATADA sujeita à aplicação das penalidades previstas no Contrato.

5.1.8.8. Caso o percentual de desconto (DESC%) informado pela CCEE seja inferior a 40% em três ou mais ocorrências reincidentes dentro de um período de 12 meses, o ressarcimento da TUSD será realizado de forma integral.

5.1.8.8.1. Para o ressarcimento referido no parágrafo acima, deverão ser considerados como parâmetros as Tarifas de uso do sistema de distribuição -TUSD homologadas pela ANEEL para a Distribuidora na qual a(s) Unidade(s) Consumidora(s) é/são Acessante(s), o(s) Montante(s) de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD associados à energia contratada e, quando necessário, os consumos registrados nos postos tarifários ponta e fora de ponta no mês no qual houve a diferença do desconto na TUSD

5.1.8.9. A CONTRATADA não se responsabilizará pelo ressarcimento devido à redução do desconto na TUSD cuja motivação tenha sido atribuída expressamente ao COMPRADOR conforme legislação e procedimentos aplicáveis da CCEE.

Cronograma

5.2. Cronograma de realização dos serviços:

5.2.1. O Contrato vigorará desde a data de sua assinatura até o efetivo cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas pelas partes, incluindo o fornecimento da Energia Contratada durante todo o período de suprimento estipulado e o pagamento de todas as correspondentes faturas.

5.2.2. A obrigação da CONTRATADA quanto à entrega das quantidades de Energia Contratada iniciar-se-á no início do período de suprimento e encerrar-se-á no final do período de suprimento conforme item Descrição dos Lotes.

5.2.3. O cronograma de execução dos fornecimentos é demonstrado a seguir:

Cronograma Mwédios - Lote I																	
	ANO	ITENS	CATSER		FONTE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
LOTE I	206	I	2786-3	Item 1 33.781.055/0001-35	ISO%	2,70000	2,70000	2,70000	2,70000	2,70000	2,70000	2,70000	2,70000	2,70000	2,70000	2,70000	2,70000
	207					3,20000	3,20000	3,20000	2,90000	2,90000	2,90000	2,90000	2,90000	2,90000	2,90000	3,10000	
	208					3,40000	3,40000	3,40000	3,40000	3,40000	3,40000	3,40000	3,40000	3,40000	3,40000	3,40000	
	206	II		Item 2 33.781.055/0001-35	ISO%	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500
	207					0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	0,08500	
	208					0,10000	0,10000	0,10000	0,10000	0,10000	0,10000	0,10000	0,10000	0,10000	0,10000	0,10000	
	206	III		Item 3 33.781.055/0001-35	CONV.	21,50000	21,50000	21,50000	21,50000	21,50000	21,50000	21,50000	21,50000	21,50000	21,50000	21,50000	21,50000
	207					23,50000	23,50000	23,50000	23,50000	23,50000	23,50000	23,50000	23,50000	23,50000	23,50000	23,50000	23,50000
	208					24,00000	24,00000	24,00000	24,00000	24,00000	24,00000	24,00000	24,00000	24,00000	24,00000	24,00000	24,00000
Cronograma Mwédios - Lote II																	
	ANO	ITENS	CATSER		FONTE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
LOTE II	206	I	2786-3	Item 1 33.781.055/0006-40	ISO%	0,40000	0,40000	0,40000	0,40000	0,40000	0,40000	0,40000	0,40000	0,40000	0,40000	0,40000	0,40000
	207					0,45000	0,45000	0,45000	0,45000	0,45000	0,45000	0,45000	0,45000	0,45000	0,45000	0,45000	
	208					0,50000	0,50000	0,50000	0,50000	0,50000	0,50000	0,50000	0,50000	0,50000	0,50000	0,50000	
Cronograma Mwédios - Lote III																	
	ANO	ITENS	CATSER		FONTE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
LOTE III	206	I	2786-3	Item 1 33.781.055/0008-01	ISO%	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000
	207					0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	
	208					0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	0,28000	
Cronograma Mwédios - Lote IV																	
	ANO	ITENS	CATSER		FONTE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
LOTE IV	206	I	2786-3	Item 1 33.781.055/0067-61	ISO%	0,90000	0,90000	1,00000	1,05000	1,10000	1,15000	1,15000	1,15000	1,15000	1,15000	1,15000	1,15000
	207					1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	
	208					1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	1,30000	

Tabela 2 - Cronograma Mensal

5.2.4. A partir da Assinatura do Termo de Contrato, o início do período de suprimento de cada LOTE previsto na Tabela 2: Cronograma Mensal (Mwédios), só gerará obrigação após a modelagem dos pontos junto à CCEE pela CONTRATADA.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados nos endereços conforme abaixo, considerando que terá ponto de entrega no centro de gravidade dos respectivos submercados:

5.3.1. Lote I:

Item 1 do Lote I - INCENTIVADA 50% : Submercado Sudeste/Centro-Oeste

Unidade Consumidora: 913912

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Via L3 Norte GB a SC 4 UNB – Brasília/ DF

Unidade Consumidora: 400359327 (CTM – FARMANGUINHOS)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: AV. Comd Guarany 447 – Taquara/ RJ

Unidade Consumidora: 400028703 (IFF)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: AV Rui Barbosa, 716 FD - Flamengo - Rio De Janeiro, RJ

Unidade Consumidora: 400081779 (CRPHF)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Est Curicica 2000 - Curicica - Rio De Janeiro, RJ

Unidade Consumidora: 420754235 (CFMA)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: R Sampaio Correa 1 - Curicica - Rio De Janeiro, RJ

Unidade Consumidora: MS

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Av. Rádio Maia, 830, Vila Popular, Campo Grande – MS

Unidade Consumidora: RO

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Rodovia BR, 364, Zona Rural, Porto Velho - RO

Item 2 do Lote I - INCENTIVADA 50%: Submercado Norte

Unidade Consumidora: 0484383-5

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Rua Terezina, 476 – Adrianópolis – AM

Item 3 do Lote I - CONVENCIONAL: Submercado Sudeste/Centro Oeste

Unidade Consumidora: 400092258 (MANGUINHOS-MARE)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: AV BRASIL 4365, São Cristóvão - Rio De Janeiro, RJ

5.3.2. Lote II:

Item 1 do Lote II - INCENTIVADA 50%: Submercado Nordeste

Unidade Consumidora: 4919172

CNPJ: 33.781.055/0006-40

Endereço: Rua Waldemar Falcão, 121 - BA

5.3.3. Lote III:

Item 1 do Lote III - INCENTIVADA 50%: Submercado Sudeste/Centro-Oeste

Unidade Consumidora: 3009015713

CNPJ: 33.781.055/0008-01

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715 – Centro - Belo Horizonte - MG

5.3.4. Lote IV:

Item 1 do Lote IV - INCENTIVADA 50% : Submercado Nordeste

Unidade Consumidora: 9011012

CNPJ: 33.781.055/0067-61

Endereço: Rua São José, SN - CE

5.4. O consumo de energia será realizado pelas Unidades Consumidoras constantes no ANEXO I - Unidades Consumidoras

5.5. Desde que respeitadas as quantidades e características estabelecidas para cada LOTE, será permitida a adição de novas unidades, bem como a exclusão de unidades consumidoras previamente listadas.

5.6. Não estão incluídos no Preço:

5.6.1. Para as unidades que ainda não estão no Mercado Livre até o momento atual da licitação, especificamente Rondônia (RO) e Mato Grosso do Sul (MS), os custos relacionados à adequação do Sistema de Medição de Faturamento (SMF) serão de responsabilidade integral da FIOCRUZ.

Rotinas a serem cumpridas

5.7. A execução contratual observará as rotinas:

5.7.1. Liberação dos acessos ao sistema CCEE à CONTRATANTE e seus representantes;

5.7.2. Envio de memória de cálculo do Faturamento;

5.7.3. Envio da memória de cálculo dos encargos apurados pela CCEE, acompanhada dos arquivos comprobatórios correspondentes.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.1. Para efetivação de Lances, o valor da proposta será o valor unitário em R\$/MWh, que se refere ao preço médio de cada LOTE na moeda real, que corresponderá:

$$ValorGlobal_{lote} = \left(\frac{Pr_Medio_{lote}}{(1 - Aliquota\ ICMS^i)} + R\$ \frac{40,00}{MWh} \right) \times Energia\ Total\ Lote \times (1 + FlexSuperior)$$

5.8.2. O Preço Médio (Pr_Medio_{lote}) é obtido pela média ponderada entre o Preço Ofertado para cada ano (PrC) e a quantidade de Energia Contratada (EC) de cada ano, de forma que o peso de cada ano na média, será ponderado pela quantidade de Energia Contratada (Eg_Ano) de suprimento deste, pelo período total de suprimento (Energia Total).

$$Pr_Medio_{lote} = \frac{(PrC_{2026} \times EC_{2026}) + (PrC_{2027} \times EC_{2027}) + (PrC_{2028} \times EC_{2028})}{Energia\ Total\ Lote}$$

Onde:

PrC_{2026} : Preço de 2026 em R\$/MWh;

PrC_{2027} : Preço de 2027 em R\$/MWh;

PrC_{2028} : Preço de 2028 em R\$/MWh;

EC_{2026} : Energia Contratada em 2026 em MWh;

EC_{2027} : Energia Contratada em 2027 em MWh;

EC2028: Energia Contratada em 2028 em MWh;

Energia Total = Energia Contratada Total do Lote;

5.8.3. Alíquota de ICMS conforme constante no modelo de Proposta, apenas nos LOTES onde o Substituto tributário é a própria CONTRATADADA (lote 3 e lote 4).

5.8.4. Para o LOTE 1 E 2 a Alíquota de ICMS não é considerada, sendo “zero” na aplicação da fórmula.

5.9. Conforme item 5.7, a CONTRATADA encaminhará mensalmente memória de cálculo dos Encargos apurados pela CCEE a serem pagos pela FIOCRUZ a título de ressarcimento, desta forma:

5.9.1. Caso os valores apurados mensalmente sejam inferiores ao valor de R\$ 40,00/MWh estimado neste Termo de Referência, o valor devido pela FIOCRUZ a título de Encargos será o efetivamente realizados no mês, ou seja, menor que R\$ 40,00/MWh;

5.9.2. Caso os valores apurados mensalmente sejam superiores ao valor de R\$ 40,00/MWh estimado neste Termo de Referência, o valor devido pela FIOCRUZ a título de Encargos será o efetivamente realizados no mês, ou seja, maior que R\$ 40,00/MWh;

5.9.3. Considerando que o valor de R\$ 40,00/MWh é mera estimativa para obtenção de um provisionamento, podendo este valor no momento do pagamento, variar para mais e para menos de acordo com os custos efetivamente verificados no mercado, fica a critério da FIOCRUZ realizar Aditivo Contratual caso o montante contratual desta rubrica ficar insuficiente para o seu pagamento, que não implica em nenhuns ônus ou bônus à CONTRATADA dado que os valores se referem a ressarcimento.

5.10. Em caso de desistência dos lances ofertados pelo LICITANTE, este fica sujeito às penalidades da Leis 14.133 /2021.

5.11. Após encerramento da etapa de lances, o vencedor deverá declarar os descontos ofertados para cada ano, que constarão em Contrato, sendo que o preço de cada ano deverá respeitar os seguintes critérios:

5.11.1. Lote I

5.10.1.1 O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2026 e o preço médio não poderá ser superior a 13%;

5.10.1.2. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2027 e o preço médio não poderá ser superior a 3%;

5.10.1.3. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2028 e o preço médio não poderá ser superior a 3%;

5.11.2. Lote II

5.10.2.1. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2026 e o preço médio não poderá ser superior a 9%;

5.10.2.2. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2027 e o preço médio não poderá ser superior a 3%;

5.10.2.3. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2028 e o preço médio não poderá ser superior a 6%;

5.11.3. Lote III

5.10.3.1. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2026 e o preço médio não poderá ser superior a 8%;

5.10.3.2. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2027 e o preço médio não poderá ser superior a 3%;

5.10.3.3. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2028 e o preço médio não poderá ser superior a 8%;

5.11.4. Lote IV

5.11.4.1. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2026 e o preço médio não poderá ser superior a 9%;

5.11.4.2. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2027 e o preço médio não poderá ser superior a 2%;

5.11.4.3. O percentual de diferença entre o preço do lote anual de 2028 e o preço médio não poderá ser superior a 7%;

5.11.5. Não estão incluídos no Preço:

5.11.5.1. Os valores devidos referentes ao ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para os LOTES 1 e 2 (conforme item 5.8.4).

5.11.5.2. Os custos com a adequação do Sistema de Medição de Faturamento (SMF) em todos os lotes;

5.12. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o representante da FIOCRUZ examinará a aceitabilidade da oferta da primeira classificada, quanto ao valor.

5.13. O valor Global do contrato corresponde ao produto do preço em R\$/MWh pela quantidade de Energia Contratada correspondente ao referido período de suprimento, conforme Planilha de Orçamento Básico constante no ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA;

5.14. Nos preços propostos e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados através de lances, deverão estar inclusos todos os custos necessários à execução do objeto licitado, os encargos setoriais de responsabilidade do Agente Vendedor (TFSEE, COFURH, TUST/TUSD lado geração, P&D ANEEL, Perdas até o Centro de Gravidade, entre outras); bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, todos os impostos, e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre o mesmo.

5.15. Os preços devem contemplar a contribuição associativa, os custos de representação na CCEE, bem como os tributos PIS e COFINS. O imposto estadual (ICMS) será aplicado apenas aos Lotes 3 e 4, nos quais a legislação vigente no momento da elaboração deste Termo de Referência estabelece que o recolhimento do referido imposto é de responsabilidade do FORNECEDOR de energia.

5.15.1. Para os LOTES que há inclusão de ICMS a Planilha de Orçamento considera a Alíquota de ICMS vigente no momento da redação deste documento;

5.15.1.1. Lote III: Alíquota de 18% estado de MG

5.15.1.2. Lote IV: Alíquota de 20% estado do CE

5.15.1.3. No Lote I e II o ICMS não há inclusão de ICMS conforme ANEXO “Planilha de Orçamento”.

5.16. Caso haja criação, alteração ou extinção de encargos, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão /adequação do Preço.

5.17. A medição para os encargos apurados pela CCEE será por meio de Nota de Reembolso, em processo de prestação de contas, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de despesas, sem acréscimos.

5.18. A CONTRATADA deverá apresentar a medição apurada, junto aos seus respectivos comprovantes de despesas, em até 30 dias após a contabilização final de todas as obrigações do período mensal de fornecimento de energia elétrica.

5.18.1. Para efeitos de Orçamento dos referidos encargos serão estimados em R\$ 40,00/MWh (quarenta reais por MWh) por mês.

- 5.19. A FIOCRUZ deverá ter acesso ao perfil de visualização a todos os sistemas disponíveis pela CCEE para os AGENTES REPRESENTADO por COMERCIALIZADOR VAREJISTA, tais como SCDE, CLIQCCEE, DRI, SIGACCEE, para que possa auditar os valores repassados a título de reembolso;
- 5.20. Caso os valores apurados pela CCEE sejam superiores ao valor estimado, poderá haver aditivo contratual a fim ocorra o reequilíbrio econômico do contrato.
- 5.21. A Alíquota de ICMS não deve estar inclusa no preço ofertado dos LOTE 1 E 2 conforme Planilha de Orçamento.
- 5.22. A Alíquota de ICMS deverá estar inclusa no preço ofertado dos LOTE 3 E 4 conforme Planilha de Orçamento.
- 5.23. Caso aplicável, a inclusão da Alíquota de ICMS no faturamento, deverá observar a legislação Estadual vigente.
- 5.24. Por questões de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato, caso a Legislação Estadual determine o destaque de ICMS na fatura emitida pela CONTRATADA, o contrato poderá ser aditado para que os preços com ICMS constem em contrato.
- 5.25. As ofertas serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração delas, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.26. As propostas apresentadas nesta licitação terão prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data da sessão pública do pregão.
- 5.27. A proposta de preços prevista no edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico, devendo constar o preço total do lote, ficando desclassificada a proposta que não atender a este item.
- 5.28. O licitante deverá anexar à proposta eletrônica a Planilha de Orçamentos conforme modelo anexo ao edital, devidamente preenchida.
- 5.29. Esta licitação é composta por 04 (quatro) lotes, devendo os licitantes orçarem todos os Itens de cada LOTE.
- 5.29.1. Os licitantes poderão participar de 01(um) ou mais LOTES.
- 5.30. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 5.31. Os licitantes interessados deverão observar as datas e os horários limites previstos para acolhimento e abertura da proposta, atentando, também, para a data e horário do início da disputa, no site para <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 5.32. É recomendável que os Licitantes apresentem suas propostas com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame. O sigilo das propostas é garantido pelo COMPRASNET. Apenas na data e horário previsto para a abertura, as propostas tornam-se publicamente conhecidas.
- 5.33. Ao licitante interessado, recomenda-se que antes de iniciar a sessão já tenha todos os documentos solicitados no edital.

Especificação da garantia do serviço

5.34. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias após a publicação Relatório LFN002 - Resultado da Liquidação Financeira pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, ou aquele que venha substituí-lo e que esteja disponível aos agentes REPRESENTADOS por Comercializador VAREJISTA.

5.34.1. A disposição da garantia complementar, nos termos do item 5.34, se deve ao fato de que no âmbito do mercado livre de energia elétrica (Ambiente de Contratação Livre – ACL), a contabilização do consumo é regida pelas normas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com respaldo na Lei nº 10.848/2004 e no Decreto nº 5.163/2004. Conforme a regulamentação desse mercado, a energia consumida em determinado mês é contabilizada em até 60 (sessenta) dias após o encerramento do período de fornecimento correspondente, de modo que a apuração oficial das quantidades consumidas e das diferenças entre o contratado e o efetivamente utilizado — com reflexos financeiros e operacionais — ocorre somente após esse intervalo. Sob este prisma, a liquidação financeira só se torna exigível após a contabilização formal realizada pela CCEE, o que impede a configuração de inadimplemento antes da finalização desse processo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Verificará mensalmente se houve algum Valor de Ressarcimento em caso de Perda no Desconto da TUSD a ser ressarcido pela CONTRATADA, conforme previsto no item 5.1.8.3.

6.16.2. Verificação do cumprimento do disposto no item 9.36.4..

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado C, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1. Verificará mensalmente se houve algum Valor de Ressarcimento em caso de Perda no Desconto da TUSD a ser ressarcido pela CONTRATADA, conforme previsto no item 5.1.8.3.

6.21.2. Verificação do cumprimento do disposto no item 9.36.4.

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Verificação Mensal do Disposto 7.2.13 por meio de acesso de Leitura ao CliqCCEE;

7.2.2. Verificação Mensal de Regularidade perante a Câmara de Comercialização de Energia por meio da Certidão de Adimplemento e consulta ao Indicadores de Segurança de Mercado;

7.2.3. Verificação Mensal do Percentual de Desconto Auferido na Fatura de Distribuição.

7.2.4. MEDIÇÃO:

7.2.5. A CONTRATADA obterá a medição da energia consumida por meio do sistema de coleta de dados de energia – SCDE, ou aquele que vier a substituí-lo, dentro dos prazos previstos nas regras e procedimentos de comercialização determinados pela CCEE.

7.2.6. As quantidades registradas no medidor do ponto de medição, mensalmente, serão acrescidas do fator de perdas e abatidas da energia contratada no PROINFA, para fins de determinação da energia mensal faturável (EMF).

7.2.6.1. Considerando que a forma de disponibilização de dados é objeto de discussão da Consulta Pública 28 /2023, cujo intuito é aprimoramento da elaboração de ato regulamentar, a ser expedido pela ANEEL, para aprimoramento da regulamentação vigente, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.120 /2021 e na Portaria Normativa MME nº 50/2022, tanto CONTRATADA quanto CONTRATANTE deverão seguir as obrigações previstas na legislação vigente e as que venham a serem promulgadas.

7.2.6.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar os dados e acessos aos SISTEMAS CCEE que permitam a CONTRATANTE acessar as informações de suas unidades consumidoras.

7.2.6.3. A CONTRATADA deverá modelar um perfil para cada ativo da CONTRATANTE.

7.2.7. A CONTRATANTE, no que lhe competir, permitirá acesso às suas instalações, respeitados os parâmetros de segurança da Fiocruz, às representantes da CONTRATADA, da CCEE, da ANEEL e ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

7.2.8. Caso solicitado pela CONTRATADA, o CONTRATANTE solicitará à Concessionária de Distribuição acesso à CONTRATADA:

7.2.8.1. para instalação de dispositivo que realize a leitura remota da memória de massa dos medidores de energia elétrica, caso solicitado e,

7.2.8.2. acesso físico aos ativos de medição, mediante solicitação.

7.2.9. A CONTRATANTE poderá manter sistema próprio de leitura remota dos dados de medição e consumo, para registro e conferência.

7.2.10. A Energia Mensal Faturável será a maior entre:

7.2.10.1. A Energia medida E_{medida} (consumida) de todos os pontos modelados no perfil do CONTRATANTE, cujo acesso esteja disponível à CONTRATADA no SCDE, acrescida do Fator de Perdas e abatida a energia contratada no PROINFA, limitada à Energia Mensal Contratada multiplicada pela flexibilidade mensal máxima, e;

7.2.10.2. A Energia Mensal Contratada multiplicada pela flexibilidade mensal mínima;

$$EF_m = \text{mínimo}\{\text{máximo}[(1 - FlexI_m) \times EC_m; (E_{medida} \times (1 + F_{perdas}) - CT \text{ PROINFA})]; (1 + FlexS_m) \times EC_m\}$$

Onde:

EF_m : montante da Energia mensal faturável no mês contratual, expresso em MWh;

EC_m : corresponde à Energia contratada mensal, expressa em MWh;

E_{medida} : energia medida no mês contratual na unidade consumidora, expressa em MWh;

$FlexS_m$: flexibilidade mensal superior, constante na 5.1.7.4, expressa em %;

$FlexI_m$: flexibilidade mensal inferior, constante na 5.1.7.4, expressa, expressa em %;

F_{perdas} : Fator de Perdas equivalente a 3,0% (três por cento);

$CT \text{ PROINFA}$: cota do PROINFA para o mês "m" do Período de Fornecimento, das unidades consumidoras livres atendidas pelo contrato.

7.2.11. FATURAMENTO:

7.2.12. O faturamento da energia será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma nota fiscal/fatura para cada Unidade Consumidora, em conformidade com a quantidade da Energia Mensal Faturável, em megawatts-hora (MWh), de acordo com os parâmetros a seguir.

7.2.12.1. A CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, solicitar o faturamento em única fatura, respeitada a legislação tributária vigente, desde que a solicitação seja feita com 30 (trinta) dias de antecedência.

7.2.13. Ao emitir cada nota fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato a memória de cálculo do valor faturado, e confirmar seu recebimento.

7.2.14. Caso a Energia Mensal Faturável esteja entre a Energia Mensal Contratada multiplicada pela flexibilidade mínima e máxima estabelecidas em contrato, o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$\text{Faturamento}_m = EF_m \times PrC_m$$

Onde:

Faturamento_m : faturamento referente ao mês contratual;

EF_m : montante da Energia Mensal Faturável no mês contratual, expresso em MWh;

PrC_m : Preço Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Suprimento e reajustado, vigente no mês m contratual;

m: mês de suprimento.

7.2.15. Caso a Energia Mensal Faturável seja menor do que a Energia Mensal Contratada multiplicada pelo limite inferior da Flexibilidade Mensal estabelecida no item 5.1.7.4:

$$\text{Faturamento}_m = E_{m \text{ ajustada}} \times \text{PrAjust}_{\text{revenda } m}$$

Onde:

Faturamento_m : Faturamento referente ao mês contratual;

$E_{m \text{ ajustada}}$: Energia Mensal Ajustada: Energia Medida acrescida de 3% de perdas abatida da Cota PROINFA (CT PROINFA);

$$E_{m \text{ ajustada}} = E_{\text{medida}} \times (1 + F_{\text{perdas}}) - \text{CT PROINFA}$$

Onde:

m : mês de suprimento;

$\text{PrAjust}_{\text{revenda } m}$: Preço Contratual considerando revenda válido para o mês de Suprimento, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{PrAjust}_{\text{revenda } m} = \frac{(EC_m \times (1 - \text{Flex}I_m) \times \text{Pr}C_m) - \{[(EC_m \times (1 - \text{Flex}I_m)) - E_{m \text{ ajustada}}] \times \text{PrRevenda}_m\}}{E_{m \text{ ajustada}}}$$

Sendo:

$E_{m \text{ ajustada}}$ - Energia Mensal Ajustada: Energia Medida acrescida de 3% de perdas (F_{Perdas}) abatida da Cota PROINFA (CT PROINFA):

$$E_{m \text{ ajustada}} = E_{\text{medida}} \times (1 + F_{\text{Perdas}}) - (\text{CT PROINFA})$$

EC_m : corresponde à ENERGIA CONTRATADA MENSAL, expressa em MWh;

$\text{Pr}C_m$: Preço Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Suprimento e reajustado, vigente no mês contratual;

m : mês de suprimento;

$\text{Flex}I_m$: Limite Inferior da flexibilidade mensal para o mês “m”, constante 5.1.9.4;

PrRevenda_m : Preço considerado para Revenda Curto Prazo, sendo:

$$\text{PrRevenda}_m = \text{PLD} + \text{Spread Cessão}$$

PLD: Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) publicado diariamente pela CCEE;

Spread Cessão: R\$ 45,00/MWh

7.2.16. Caso a Energia Mensal Faturável seja maior do que a Energia Mensal Contratada multiplicada pelo limite superior da flexibilidade mensal estabelecida no item 5.1.7.4, o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$Faturamento_m = \text{máximo} (E_{m \text{ ajustada}}^{1,0}) \times PrAjust_{\text{compra } m}$$

Onde:

Faturamento_m: Faturamento referente ao mês contratual;

E_{m ajustada} - Energia Mensal Ajustada: Energia Medida acrescida de 3% de perdas abatida da Cota PROINFA;

m: mês de suprimento;

PrAjust_{compra m}: Preço Contratual considerando revenda válido para o mês de Fornecimento, calculado pela seguinte fórmula:

$$PrAjust_{\text{compra } m} = \frac{(EC_m \times (1 + FlexS_m) \times PrC_m) + \{[E_{m \text{ ajustada}} - (EC_m \times (1 + FlexS_m))]\} \times PrCompra_m}{E_{m \text{ ajustada}}}$$

Sendo:

E_{m ajustada} - Energia Mensal Ajustada: Energia Medida acrescida de 3% de perdas (F_{Perdas}) abatida da Cota PROINFA (CT PROINFA);

$$E_{m \text{ ajustada}} = E_{\text{medida}} \times (1 + F_{\text{Perdas}}) - (CT \text{ PROINFA})$$

PrC_m: Preço Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Suprimento e reajustado, vigente no mês contratual;

m: mês de suprimento;

FlexS_m: Limite Superior da flexibilidade mensal para o mês “m”, constante neste constante no **ANEXO VI – RESUMO DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS** deste Termo de Referência;

PrCompra_m - Preço considerado para Compra no Curto, sendo:

$$PrCompra_m = PLD + Spread \text{ Compra}$$

Onde:

PLD: Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) publicado diariamente pela CCEE;

Spread Compra: R\$ 45,00/MWh

7.2.17. O valor faturado deverá observar a legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), incluindo sua incidência quando a legislação específica assim previr.

7.2.18. Após a apuração descrita no item 7.2.12 a CONTRATADA deverá efetuar o faturamento para cada ponto de medição.

7.2.19. Efetuado o registro pela CONTRATADA no CLIQCEE, fica caracterizado o cumprimento da obrigação de entrega da energia elétrica objeto deste Contrato por parte da CONTRATADA, observado:

7.2.19.1. Caso o montante da energia contratada seja cancelado ou reduzido pela CCEE, todos os prejuízos comprovados recorrentes do referido ajuste, por culpa da CONTRATADA, deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA, de modo que a CONTRATANTE seja ressarcida em até 5 (cinco) dias úteis, a contar de notificação específica da CONTRATANTE.

7.2.19.2. A CONTRATADA deve disponibilizar a FIOCRUZ, ou a quem esta estabeleça poderes, acesso aos sistemas da CCEE disponíveis ao agente REPRESENTADO POR VAREJISTA, tais como CliqCCEE, DRI, SCDE, SIGACCEE para todas as UNIDADES da FIOCRUZ elencadas em contrato.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (*quinze*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de fornecimento de Energia Elétrica do mês anterior a apuração.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos **DEFINITIVAMENTE** em até 15 (quinze) dias, contados da Publicação do Relatório LFN002 - Resultado da Liquidação Financeira pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, ou aquele que venha substituí-lo e que esteja disponível aos agentes REPRESENTADOS por Comercializador VAREJISTA, sendo os serviços recebidos por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária, tendo em vista ser o índice indicado para manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, compensando os efeitos da inflação, diante das particularidades da presente contratação.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, data esta que, dadas as particularidades da presente contratação, constará em instrução processual.

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37.1. Justifica-se a adoção do índice de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), pelo fato deste ser um índice oficial divulgado pelo IBGE, o que traz segurança jurídica e razoável previsibilidade quanto ao reajustamento, além deste índice refletir a inflação geral do consumo, constituindo um bom indicador da inflação real. Nesse sentido, a sua adoção se mostra como uma boa forma de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, compensando os efeitos da inflação nos preços contratados.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.44. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.44.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.44.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.44.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d” do subitem 8.1, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2,0% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida a garantia.

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.1, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c” do subitem 8.1, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b” do subitem 8.1, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d” do subitem 8.1, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a” do subitem 8.1, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea que versa sobre dar causa à inexecução parcial do contrato:

8.2.4.7.1. Compensatória de 1,0% (um por cento) do valor total do contrato por não apresentar anualmente, até 31 de janeiro, a comprovação da rastreabilidade da fonte de energia (Período de Apuração: por ocorrência.)

8.2.4.7.2. Compensatória de 1,0% (um por cento) do valor total do contrato por estar inadimplente perante a CCEE (Período de Apuração: por ocorrência)

8.2.4.7.3. Compensatória de 1,0% (um por cento) do valor total do contrato se vier a descumprir quaisquer Regras de Comercialização e Procedimentos de Comercialização que prejudiquem o regular cumprimento deste Contrato.

8.2.4.7.4. Compensatória de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor total do contrato caso o agente entre em operação restrita junto à CCEE, conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 957/2021 (Período de Apuração: por ocorrência).

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado

possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

9.1.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

9.2.1. Por se tratar de contratação na qual os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Desse modo, a execução do contrato será conforme a demanda.

9.2.2. Os serviços a serem contratados são enquadrados como serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e de qualidade são objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado e facilmente encontradas empresas capacitadas para a sua realização

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de geração – classe dos agentes Geradores Concessionários de Serviço Público; ou classe dos agentes Comercializadores; expedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nos termos da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996;

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de **10% (dez)** do valor total estimado do lote a ser licitado, para fins de assegurar que a licitante terá a qualificação econômico-financeira necessária para garantir a regular execução contratual.

9.27. Em se tratando de consórcio, nos termos do artigo 15, § 1º da Lei 14.133, será exigido um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, sendo este percentual razoável para fins de segurança jurídica quanto à capacidade econômico-financeira do consórcio.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.28.1. Salienta-se que coeficientes e índices econômicos exigidos para a comprovação da qualificação econômico-financeira refletem a minuta-padrão vigente quando da elaboração do presente Termo de Referência, tendo sido os percentuais fixados, com respeito aos limites legais mínimos e máximos, sendo o percentual escolhido aquele que é considerado proporcional aos riscos inerentes à presente contratação, considerando-se, entre outros fatores, o valor do contrato, a essencialidade do objeto e o tempo de duração do contrato.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante, eis que tal medida visa trazer segurança jurídica para a Administração Pública no sentido de constituir uma garantia de que a licitante possui a qualificação econômico-financeira adequada para participar do certame.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Apresentação de Ato Autorizativo da ANEEL – na categoria de geração – classe dos agentes Geradores Concessionários de Serviço Público; ou classe dos agentes Comercializadores

9.33.1 A exigência de apresentação de ato autorizativo da ANEEL decorre do art. 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.011/2022.

9.34. Ata da Reunião do Conselho de Administração da CCEE que comprove sua habilitação como Comercializadora Varejista junto à referida Câmara.

9.34.1. A exigência de apresentação da Ata de Reunião do Conselho de Administração da CCEE que comprove a habilitação da empresa como comercializadora varejista decorre do art. 11 da Resolução Normativa ANEEL nº 1.011/2022.

9.35. Certidão de Adimplemento emitido pela CCEE, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias.

9.35.1. Em relação à exigência de comprovação de adimplemento junto à CCEE, é importante destacar que, para a operação no mercado livre de energia como comercializadora, a empresa deve estar integralmente adimplente com as obrigações estabelecidas pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). A adimplência, neste contexto, não apenas assegura a continuidade das operações da comercializadora no mercado, mas também garante a regularidade das transações e o cumprimento das normas estabelecidas pela ANEEL e outros órgãos reguladores. Tal exigência é, ainda, fundamentada nos artigos 4º e 5º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.011/2022.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1. Comercialização mensal pelo período de, pelo menos, (12) doze meses dos volumes abaixo discriminados:

- 13,0 MW médios para o LOTE I;
- 0,22 MW médios para o LOTE II;
- 0,14 MW médios para o LOTE III;
- 0,62 MW médios para o LOTE IV;

9.36.2. Para atendimento ao item 9.36.1 será aceito pelo menos um dos itens comprobatórios abaixo discriminados:

9.36.2.1. Relação de ativos de geração onde esteja especificada a fonte geradora, potência (em MW), garantia física (em MW médio) e percentual de participação da licitante no empreendimento, sendo a potência mínima exigida:

- 13,0 MW médios para o LOTE I;
- 0,22 MW médios para o LOTE II;
- 0,14 MW médios para o LOTE III;
- 0,62 MW médios para o LOTE IV;

9.36.2.2. Relação de contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica em Ambiente de Contratação Livre em que a licitante figure como compradora de pelo menos para o horizonte de contratação do Objeto Licitado:

- 13,0 MW médios para o LOTE I;
- 0,22 MW médios para o LOTE II;
- 0,14 MW médios para o LOTE III;
- 0,62 MW médios para o LOTE IV;

9.36.2.2.1. No item 9.36.2.2 é facultado ao VENCEDOR ocultar dados sensíveis dos contratos, tais como preço. Sendo necessária apenas a confirmação dos volumes e prazos.

9.36.3. Preenchimento do ANEXO IV - Declaração de Lastro de Compra de Energia Incentivada, ou do ANEXO V –DECLARAÇÃO DE LASTRO DE GERAÇÃO DE ENERGIA INCENTIVADA.

9.36.4. Apresentar Autodeclaração de que não incorreu em nenhum descumprimento financeiro nas operações da Câmara de Comercialização nos últimos 12 meses, o que inclui:

9.36.4.1. Não ter ficado inadimplente na Liquidação do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE);

9.36.4.2. Não ter ficado inadimplente por não aportar garantias financeiras;

9.36.4.3. Não ter contratos ajustados nos últimos 12 meses por inadimplência;

9.36.4.4. Não ter histórico de processos de desligamento por descumprimento de obrigações instaurados nos últimos 12 meses.

9.37. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.39. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.40. Os atestados apresentados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.41. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.42. A apresentação, pelo licitante, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133 /2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.43. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.44. Na hipótese de o licitante ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.45. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.46. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.47. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.48.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.48.6.1. ata de fundação;

9.48.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.48.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.48.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.48.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.48.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.48.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. Salienta-se que foi adotado o critério de julgamento por menor preço e a Administração optou por preservar a sua estimativa do valor da contratação, razão pela qual o custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, nos termos do item 10.1.

10.1.2. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Subunidade: Coordenação de Engenharia de Manutenção

Projeto: 0032.2000.565 .00026 - Proc: 74/25-26 - Fornecimento de Energia Elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade Varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para o suprimento de 12 (doze) unidades consumidoras (UC) da Fiocruz.

Iniciativa/Programa Temático: 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Ação Orçamentária: 2000 Administração da Unidade de Custeio.

Finalidade: 565 Gestão Administrativa.

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fonte de Recurso: 1002000000 - LOA Corrente

Natureza de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica

Sub-item: 339039-43

Classe: 691

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso e somente será tornado público imediatamente após o julgamento das propostas.

12.2. O Estudo Técnico Preliminar complementa o presente Termo de Referência, todavia em caso de eventual conflito entre o Estudo Técnico Preliminar e este Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência, uma vez que o Estudo Técnico Preliminar, nos termos da Lei nº 14.133/2021, consiste em um documento de planejamento.

12.3. Em razão da publicação da Medida Provisória nº 1300, de 21 de maio de 2025, e considerando que sua eventual conversão em Lei poderá impactar aspectos regulatórios e operacionais do contrato, caso seja conveniente para a Administração Pública, esta poderá negociar junto à Contratada o aditamento ao CONTRATO, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e cumprimento das disposições legais, caso aplicável.

Rio de Janeiro, datado e assinado eletronicamente.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

ANEXO I

REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

1.1. O Anexo I do presente Termo de Referência denominado "Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)" só será aplicável para os casos em que restar configurada a contratação de pequeno valor, nos termos do artigo 95, inciso I, da Lei 14.133/2021 ou em que forem caracterizadas aquisições com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor, nos termos do artigo 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.2. Tendo em vista que para presente contratação a previsão é de que o instrumento hábil será o TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, o ANEXO I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - , a que se refere art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024) não se aplica a este processo licitatório, tendo sido mantido o presente anexo apenas porque o sistema do compras.gov.br não permite a exclusão deste título.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

O presente anexo denominado "Termo de Ciência e Concordância" só será aplicável em caso de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, na forma do art. 95, incisos I e II, da Lei n.º 14.133, de 2021, com a interpretação conferida pela Orientação Normativa AGU n.º 84, de 2024.

Tendo em vista que para presente contratação a previsão é de que o instrumento hábil será o TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, o ANEXO II - Termo de Ciência e Concordância não se aplica a este processo licitatório, tendo sido mantido o presente anexo apenas porque o sistema do compras.gov.br não permite a exclusão deste título.

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão /Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ FERNANDO DA SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:34:23.

HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:55:28.

BRUNO AMORIM DE SOUZA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:37:44.

EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA

Apoio Técnico



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:34:21.

THAISA DO CARMO RIBEIRO SANTOS

Apoio Administrativo



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:34:47.

CLARISSA FERREIRA ALMEIDA SALLES

Apoio Administrativo



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:31:56.

LIDIANE CABRAL JOTHA TEIXEIRA

Apoio Administrativo



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:32:44.

SONIA MARIA DE JESUS DA ROCHA

Apoio Administrativo



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:32:48.

LETICIA OLIVEIRA CAMPOS

Apoio Administrativo



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:41:30.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Estudo Técnico Preliminar 28/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000074/2025-26

2. Definições

Para facilitar o entendimento dos termos que serão utilizados ao longo deste documento, a tabela a seguir apresenta as definições adotadas pela equipe de planejamento da contratação:

Termo	Conceitos e Definições
ACL	Ambiente de Comercialização Livre (similar ao MLE)
ACR	Ambiente de Comercialização Regulado
AGENDA 2030	Plano global que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas para atingirmos em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações.
CAMPUS	Área geográfica que contém uma ou mais edificações (terreno) utilizadas pela Fiocruz.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
ClicCCEE	Plataforma tecnológica para as operações de comercialização do novo sistema de contabilização e liquidação da CCEE
PLD	Preço de Liquidação das Diferenças
TE	Tarifa de Energia
TUSD	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição
LONGO PRAZO	Período de tempo, relacionado ao ACL, com duração igual ou superior a 1 ano
MERCADO SPOT	Mercado no qual a compra e venda de energia se dá no curto prazo

CURTO PRAZO	Período, relacionado ao ACL, com duração inferior a 1 ano
COGIC	Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi Fiocruz; Unidade vinculada a presidência da Fiocruz, responsável pelas soluções de infraestrutura.
CONTRATADA	Empresa proponente que sagrar-se vencedora do processo de licitação, com a qual a Fiocruz-Cogic celebrará contrato
DFD	Documento de Formalização da Demanda; Documento que dá o início ao estudo da viabilidade das contratações públicas
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	Uso racional e sustentável de energia elétrica. Está baseada no gerenciamento adequado dos recursos físicos implantados (sistemas, equipamentos, rotinas de medição, consumos, dentre outros) e na proposição de equipamentos e técnicas mais eficientes e econômicas sob o ponto de vista do consumo energético.
CEM	Coordenação de Engenharia de Manutenção Área requisitante do serviço e gestora do contrato de compra de energia.
ETP	Estudo Técnico Preliminar; Documento que identifica e analisa cenários para o atendimento da demanda que consta no DFD.
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz; Instituição Pública Federal vinculada ao Ministério da Saúde
GMG	Grupo Moto-Gerador
IMR	Instrumento de Medição de Resultado; Mecanismo que define em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento (IN 05/2017)
INSTALAÇÕES CIVIS	Compreendem estrutura, alvenarias, pisos internos e externos, revestimentos de parede e piso, esquadrias, vidraria, espelhos, forros, gesso, marcenaria, serralheria, soldagem, pintura e impermeabilização.
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	Conjunto de componentes elétricos associados com características coordenadas entre si, construído para uma finalidade determinada.

	Compreendem sistemas de redes elétricas, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas e redes de aterramento.
Lei 14.133/21	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos
RT	Responsável Técnico; Profissional pertencente ao quadro técnico da empresa, com as qualificações e formação exigidas, que responde por todas as obras e /ou serviços de sua área, a executar-se ou em execução na vigência de seu contrato com essa empresa.
SISTEMA ELÉTRICO	Elemento de infraestrutura elétrica constituinte de sistemas de redes de baixa, média e alta tensão e compostos por condutores elétricos, dispositivos de proteção (disjuntores, DR, DPS), barramentos, pontos de luz e força, bem como pelos equipamentos conectados a estes elementos destinados a regulação, adequação ou ajuste de tensões elétricas de alimentação, por exemplo, transformadores, estabilizadores, nobreaks, geradores etc.

3. Descrição da necessidade

A Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ é uma instituição estratégica no cenário nacional vinculada ao Ministério da Saúde. Tem como missão produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) que contribuam para a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira em busca da redução das desigualdades sociais e da dinâmica nacional de inovação. Dentre seus valores está a defesa do direito de acesso à saúde e a cidadania.

Referência mundial em saúde coletiva, a FIOCRUZ potencializa suas ações a partir do posicionamento geográfico de suas unidades regionais, distribuídas por 11 estados, em todas as regiões do território nacional. Essa condição lhe permite: proporcionar maior contribuição ao SUS e do complexo industrial da saúde; promover a eficiência da saúde pública; contribuir com políticas públicas nacionais em saúde; formar agentes de saúde coletiva; desenvolver pesquisas, tecnologias e parcerias que promovem o desenvolvimento econômico e financeiro do país; reduzir as desigualdades sociais e; promover a dinâmica nacional de inovação em saúde, sempre em consonância aos princípios constitucionais.

Suas sedes regionais abrigam grande diversidade de atividades que incluem o desenvolvimento de pesquisas, prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde, fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes, kits de diagnóstico, formação técnica e acadêmica em saúde, formação de recursos humanos, geração de informação, comunicação, ciência e tecnologia, controle da qualidade de produtos farmacêuticos, serviços de saúde e a implementação de programas sociais. Por evidente, a força de trabalho institucional envolve profissionais de distintas áreas de conhecimentos que atuam no atendimento às necessidades da sociedade.

Alinhada aos objetivos institucionais, a Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é responsável por prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a FIOCRUZ, razão que a torna, direta ou indiretamente, presente em todas as atividades da Instituição.

Para além da complexidade das instalações dos campi, onde faz-se constante a necessidade da manutenção de operações e rotinas aderentes às boas práticas de pesquisa, padrões normativos mundiais, pré-requisitos de processo, controle da qualidade, validação e engenharia, a Cogic se depara com grandes desafios tais como o cenário macroeconômico nacional e a carência do quadro de servidores disponíveis para a composição das equipes operacionais para atender à crescente demanda de manutenção, operação e adequações dos espaços, onde o custeio da Instituição aumenta frequentemente.

A intenção deste estudo é analisar as metodologias inovadoras no fornecimento de energia elétrica que podem gerar economias, bem como auxiliar o desenvolvimento sustentável do país.

A energia por meio de fontes renováveis desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável e na preservação do meio ambiente. Ao utilizar fontes como a energia solar, eólica, hidrelétrica e biomassa, reduzimos significativamente a dependência de combustíveis fósseis, responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa e pelo aquecimento global. Além disso, as energias renováveis são inesgotáveis e abundantes, garantindo uma oferta contínua de energia limpa a longo prazo.

A utilização de energia obtida de fontes renováveis contribui para a mitigação das mudanças climáticas e promovem a saúde pública e a qualidade de vida, além disso, oferecem diversos benefícios econômicos e fiscais. Portanto, investir em fontes renováveis é essencial para um futuro sustentável, garantindo a preservação do meio ambiente e o bem-estar das gerações presentes e futuras.

Considerando que a energia elétrica tem impacto significativo no orçamento da Instituição, foram desenvolvidas estratégias técnicas com o objetivo de diminuir os gastos financeiros com essa rubrica, além de contribuir com a diminuição do impacto no meio ambiente.

Atualmente, a FIOCRUZ adquire a maior parte da sua energia elétrica no mercado livre de energia, ou Ambiente de Contratação Livre (ACL), na modalidade Varejista, por meio de uma comercializadora de energia. Nesse ambiente, a FIOCRUZ tem a flexibilidade de negociar os preços e condições de fornecimento diretamente com o fornecedor escolhido. Uma pequena parcela da energia consumida é adquirida no mercado regulado cativo (ACR), onde o fornecimento é feito pelas concessionárias de energia e as tarifas são previamente estabelecidas. No ACR, as tarifas podem ser impactadas pelas bandeiras tarifárias, que variam conforme as condições hidrológicas, especialmente o volume de chuvas e o nível dos reservatórios das hidrelétricas.

Quanto a distribuição da Energia contratada, em ambos os mercados, a FIOCRUZ segue contratando o serviço de fornecimento e uso do sistema de distribuição junto as Concessionárias de Serviço Público (LIGHT, Energisa RO, Neoenergia Brasília, Amazonas Energia, CEMIG, Enel CE, Coelba e Energia MS), nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 1.001 de 18 de janeiro de 2022 - entre outros.

Com a migração para o Ambiente de Contratação Livre de Energia (ACL), iniciada em abril/2024, através do processo SEI 25389.000212/2023-13, a FIOCRUZ segue em busca da melhor estratégia, que seja ágil, com baixo investimento, e que permita continuar usufruindo dos benefícios desta transição, alinhada à sua missão de promover ações que impactem positivamente a sociedade.

Visando atingir seus objetivos, a FIOCRUZ empreendeu diversas iniciativas, contando atualmente com uma consultoria especializada contratada por meio do processo SEI 25389.000048/2025-06, que orienta o processo de tomada de decisão no âmbito da aquisição de energia e auxilia na elaboração de documentos técnicos que viabilizam a concretização da compra de energia das unidades que já se encontram no ACL e as demais aderentes ao Mercado Livre.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COGIC - Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi	Bruno Amorim de Souza

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de contratação de serviço comum de natureza contínua sem dedicação exclusiva de mão de obra a ser executado por um período de 36 (trinta e seis) meses, a contar da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado, até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Para que essa pretensa contratação ocorra deve ser observado o cumprimento das normativas e legislações que disciplinam e orientam os serviços que se deseja contratar.

São listados a título de exemplificação: a Constituição Nacional Brasileira; Portaria MTE nº 3214/78; Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21); as Instruções Normativas MPOG nº 49/2020; normas técnicas

regulamentadoras (ABNT e NR's); Lei 9.784/99; Lei 12.846/13 entre outras normas e legislações que orientam as disciplinas de instalações elétricas e o Ambiente de livre comercialização de energia.

A solução deverá ainda levar em consideração os requisitos previstos na legislação aplicável ao setor elétrico brasileiro no que concerne ao mercado de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, especialmente as Leis nº 9.427, de 26/12/1996, nº 9.648, de 27/05/1998, nº 10.438, de 26/04/2002, nº 10.848, de 15/03/2004, o Decreto nº 5.163, de 30/07/2004, a Resolução Normativa ANEEL nº 1.011/2022 (ou outra que vier a sucedê-la), na Portaria Normativa MME nº 50/2022 e as demais regulamentações e normas da ANEEL, à Convenção de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, às Regras de Comercialização e aos Procedimentos de Comercialização, aos Procedimentos de Rede do ONS, e demais disposições legais, regulamentares e regulatórias aplicáveis, e outros que venham a sucedê-los;

Além disso, deverão ser seguidas as REN nº 957, de 2021, que institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica; a REN nº 1.000, de 2021, que estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; a REN nº 1.009, de 2022, que estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre; a REN nº 1.011, de 2022, que estabelece requisitos e procedimentos atinentes à autorização para comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, a Portaria Normativa nº 50/GM/MME e a Lei Nº 14.120, DE 1º de março de 2021;

Deverá, também ser levada em consideração a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados “normas técnicas” e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962.

A pretensa contratada deverá providenciar e comprovar habilitação como comercializadora varejista junto a CCEE, nos termos da Legislação aplicável e suas atualizações, no caso da migração pelo Modelo Varejista.

Independente do Modelo de Negócio descrito no Relatório anexo a este estudo, o consumidor deverá comprar energia de Comercializador ou Gerador que possuam Ato Autorizativo da ANEEL – na categoria de geração – classe dos agentes Geradores Concessionários de Serviço Público; ou classe dos agentes Comercializadores;

A compra deverá ser feita apenas de Agentes que estejam adimplentes com a CCEE;

Devido a critérios estabelecidos pelo GHG Protocol, o fornecedor de energia deverá comprovar a rastreabilidade da fonte, por meio do fornecimento de Certificados de Energia Renovável no padrão I-REC, originados de empreendimento (s) gerador(es) de energia de fonte renovável localizado(s) no Brasil, para compensação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Escopo 2 gerados pelo consumo de energia elétrica correspondente aos montantes de energia elétrica faturados, decorrentes desta contratação de energia.

Do ponto de vista do mercado, levando-se em consideração os modelos utilizados são requisitos ainda a serem cumpridos:

No caso do Mercado Varejista:

- da assinatura, pela FIOCRUZ, do Contrato para Comercialização Varejista conforme modelo anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 1.011/2022, por meio da plataforma de assinatura da CCEE, para cada Unidade Consumidora;
- da assinatura, se aplicável, do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD, com a concessionária, autorizada ou permissionária de distribuição de energia elétrica local envolvida;
- da modelagem da Unidade Consumidora do Cliente pela CONTRATADA junto à CCEE;
- da entrega da cópia de todos os Contratos firmados junto à(s) Distribuidora(s) correspondentes a cada Unidade Consumidora com demanda contrata.
 - as procedimentos e Regras de Comercialização de Energia da Câmara de Comercialização aprovados pela ANEEL, definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica e o conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas aplicáveis à comercialização de energia elétrica na CCEE.

No caso do Mercado Atacadista:

- adesão a CCEE;

- abertura de conta no Banco Bradesco S/A para aporte de encargos de energia de reserva (EER) e encargos de serviços de sistema (ESS), visto que essa instituição financeira é a única credenciada para atuar no mercado livre de energia junto ao CCE;
- da assinatura, se aplicável, do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD, com a concessionária, autorizada ou permissionária de distribuição de energia elétrica local envolvida;
- da modelagem da Unidade Consumidora do Cliente pela junto à CCEE.

6. Levantamento de Mercado

A título de contextualização, o Marco Regulatório brasileiro sofreu importantes alterações no ano de 2004, em função da ocorrência de um severo racionamento de energia entre os anos 2001 e 2002. Nessa perspectiva, foram introduzidos novos dispositivos no modelo vigente à época, com destaque da subdivisão do ambiente de contratação de energia em ambientes distintos, a saber: Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Migrar para o Mercado Livre de Energia representa mais do que apenas obter benefícios financeiros, mas também garantir que a energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Essa ação contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa, responsável pelas mudanças climáticas, promove a saúde pública e contribui para a melhoria da qualidade de vida de maneira global. Além desses aspectos, a adesão a essa prática proporciona uma série de vantagens econômicas, fiscais e sociais, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU.

Dentre os bens e serviços analisados, observou-se que a aquisição de energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL para as instalações da FIOCRUZ mostrou-se eficaz, possibilitando a diminuição dos custos com energia de 35,5 Milhões de reais, apenas no ano de 2024 comparado com o mercado regulado.

A principal vantagem econômica do Ambiente de Contratação Livre (ACL) está na flexibilidade de negociação de preços, uma vez que os valores da energia são definidos com base em modelos horários, os quais são influenciados por diversos fatores, como a oferta e demanda de energia e o nível dos reservatórios das hidrelétricas – responsáveis por cerca de 60% de toda a geração de energia no Brasil. Embora esses aspectos possam tornar os preços mais suscetíveis a flutuações, também oferecem oportunidades atraentes para aqueles que buscam economizar custos e ter maior controle sobre suas despesas energéticas.

O consumidor cativo é essencialmente um agente passivo, uma vez que não possui nenhum instrumento para otimizar seu custo de energia, no caso representado no mercado de aquisição de energia pela concessionária estadual. O ACL – Ambiente de Contratação Livre, por sua vez, apresenta oportunidades de minimizar o custo de energia, mas tem como contrapartida a necessidade de uma estratégia bem embasada de suprimento de energia no presente e futuro a médio e longo prazos, através de um comprometimento ativo, grande desenvoltura e competente gestão das suas unidades consumidoras e respectivos contratos.

Neste cenário, os grandes consumidores de energia elétrica do país passaram a migrar do ambiente de mercado regulado para o ambiente de mercado livre de energia, especialmente com as sucessivas alterações que flexibilizaram a democratização de acesso ao ACL, quando se difundiu ainda mais o acesso de consumidores de médio porte a migração.

O setor público passou a ver o Ambiente de Contratação Livre (ACL) como uma alternativa eficaz para reduzir os custos operacionais com energia elétrica. Dada sua importância estratégica para o desenvolvimento do país e a forte relevância socioeconômica, a busca por eficiência operacional, focada no combate ao desperdício, no controle de perdas e no uso racional de energia, tornou-se um objetivo central para todas as instituições públicas brasileiras.

A FIOCRUZ se destaca como uma instituição inovadora ao decidir migrar para o ACL em 2024. Com essa decisão, a FIOCRUZ não apenas visa otimizar seus custos, mas também reforça seu compromisso com a sustentabilidade e a eficiência energética, tornando-se um modelo para outras instituições públicas que buscam soluções mais eficientes e economicamente viáveis em um ambiente de crescente demanda por práticas sustentáveis.

6.1. Regime de Execução

Sobre o Regime de Execução e o Critério de Julgamento da Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é importante distinguir dois conceitos fundamentais na estruturação de uma contratação pública: o regime de execução contratual e o critério de julgamento da proposta. Embora inter-relacionados, trata-se de aspectos distintos e com finalidades diferentes no processo licitatório.

- **Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário:** O regime de empreitada por preço unitário é o mais adequado quando não se conhece previamente, com precisão, os quantitativos dos serviços a serem executados. Nesse modelo, o pagamento é realizado com base nas unidades efetivamente entregues, aferidas por medições periódicas, o que proporciona maior flexibilidade e aderência à realidade da execução contratual.

Conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1978/2013 – Plenário), esse regime é recomendado para objetos cujo volume final só pode ser apurado à medida em que a demanda se concretiza, como é comum em contratos de natureza continuada, técnica ou operacionalmente variável.

- **Critério de Julgamento: Menor Valor Global Estimado:** Mesmo adotando-se o regime de preço unitário, é plenamente possível — e, em muitos casos, desejável — utilizar como critério de julgamento das propostas o menor valor global estimado, com base nos quantitativos referenciais definidos no Termo de Referência. Essa abordagem permite a comparação objetiva entre propostas, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Importante ressaltar que o julgamento pelo menor valor global não implica a adoção do regime de empreitada por preço global, uma vez que os pagamentos permanecerão vinculados às unidades efetivamente executadas. Trata-se, portanto, de uma estimativa de referência, utilizada exclusivamente para fins de julgamento da licitação.

7. Descrição da solução como um todo

A migração ao Mercado Livre de Energia é descrita através de dois modelos existentes para contratação de energia: o Atacado e o Varejo, conforme explicação abaixo:

1 - O Atacado é o modelo mais conhecido e foi criado há mais de 20 anos, onde o consumidor torna-se agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, mas para que isso aconteça, dentre outras exigências, está a necessidade de abertura de Conta Corrente na agência Bradesco, que é exclusiva para transações financeiras do setor elétrico do país. A priori, em decorrência da FIOCRUZ estar vinculado à Conta Única do Governo Federal, essa exigência se torna uma barreira para a entrada neste modelo de migração, na qual procedemos uma consulta para a Setorial Contábil da FIOCRUZ, visando maiores informações do Tesouro Nacional para verificar a possibilidade da abertura desta conta no Bradesco. Contudo entendemos que o assunto é complexo, o que demandaria muito tempo para conseguirmos um posicionamento do Governo Federal.

2 - O Varejista é uma nova modalidade ainda em consolidação, regulamentada Resolução Normativa ANEEL nº 1.011 /2022, ampliou o acesso ao mercado livre aos consumidores de média tensão que possuem cargas iguais ou superiores a 30 kW, se enquadrando na modalidade varejista, mas também é uma opção para os consumidores que atendem os requisitos para migração no modelo do Atacado que é o caso da FIOCRUZ.

Na migração no Modelo Varejista, o consumidor é dispensado de se tornar agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e por consequência não há necessidade de abertura de conta corrente específica.

Ainda que a figura do Comercializador Varejista tenha sido instituída em 2013, a regulamentação ocorreu somente em 2015, e a habilitação das primeiras comercializadoras aconteceu somente em 2016. O número de migrações nesta modalidade vem aumentando devido a previsão de abertura de mercado, que possibilita os consumidores pequenos migrarem ao ACL de forma individual e sem a contratação mínima de 500 kW de demanda.

Descrevemos na tabela abaixo as características de cada modelo para a adesão e migração para o Mercado Livre:

	ATACADO	VAREJO
Adesão à CCEE com Abertura de Conta Corrente	sim	não

Adequação do Sistema Medição e Faturamento	sim (Responsabilidade do Consumidor).	sim (Responsabilidade do Consumidor).
Processo Migração junto à Distribuidora	sim (Responsabilidade do Consumidor).	sim (Responsabilidade do Consumidor).
Pagamento Encargos	Sim (Pagamento através da C. Bradesco)	Sim (pagamento para o Varejista. Este custo poderá estar embutido no preço da energia ou ser pago ao varejista conforme custos mensais).
Possibilidade de Contratação de Energia em lotes ou com mais de um fornecedor?	Sim (A estratégia é do consumidor, podendo dividir em lotes, produtos etc.)	Não (Como o consumidor não é agente da CCEE, ele deverá ser representado por um único Varejista, limitado ao CNPJ).

Portanto, com base na solução identificada nos estudos preliminares de 2023 e validada pelos novos estudos realizados, a continuidade da FIOCRUZ no Ambiente de Contratação Livre (ACL) se mantém como a opção mais vantajosa, sendo a modalidade Varejista a única viável. Isso ocorre devido à modalidade Atacadista ainda apresentar barreiras para a Administração Pública, conforme demonstrado neste documento.

Ademais, ressalta-se que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) integra o conjunto das 18 empresas estatais dependentes da União, o que implica que sua manutenção e funcionamento são integralmente financiados com recursos do Tesouro Nacional. Esses recursos públicos são geridos, monitorados e controlados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), instrumento essencial para garantir a transparência, rastreabilidade e controle rigoroso dos fluxos financeiros da Administração Pública Federal.

Nesse contexto, destaca-se a aplicação do princípio da Conta Única do Tesouro Nacional, que determina que todas as movimentações financeiras dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União sejam centralizadas em uma única conta mantida no Banco Central. Essa sistemática visa assegurar a eficiência da gestão fiscal, a unificação de caixa e o atendimento aos princípios constitucionais da legalidade, eficiência e transparência na administração dos recursos públicos.

A eventual abertura de Conta Bancária em instituição financeira privada, como o Banco Bradesco, para fins de gestão de recursos vinculados à FIOCRUZ, configuraria violação direta ao princípio da Conta Única e às normas infralegais que regulamentam a execução orçamentária e financeira no âmbito federal, além de contrariar as diretrizes do SIAFI, comprometendo a integridade do sistema de controle financeiro da União.

Diante desse arcabouço jurídico e operacional, a permanência da FIOCRUZ no Ambiente de Contratação Livre (ACL), na modalidade varejista, revela-se como a alternativa mais adequada, tanto sob a ótica legal quanto sob a perspectiva gerencial. Essa modalidade permite o acesso ao Mercado Livre de Energia sem a necessidade de estruturação jurídica ou administrativa que implique violação aos preceitos da Conta Única ou à centralização dos recursos no SIAFI.

No que concerne ao pagamento de encargos, no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar foram identificadas as seguintes possibilidades:

Opção 1- Encargos incluídos no preço ofertado: Nesta modalidade, o proponente estima os encargos setoriais e os incorpora diretamente ao preço da energia ofertado na licitação. Embora simplifique a estrutura de pagamento, tal

modelo pode implicar em sobrepreço, uma vez que as comercializadoras usualmente adotam margens conservadoras para cobrir eventuais variações nos encargos. Estudo comparativo indica que, no último exercício, a média dos encargos efetivamente pagos pela Fiocruz foi de R\$ 13,117/MWh, ao passo que diversas comercializadoras aplicam acréscimos da ordem de R\$ 30,00/MWh ao valor da energia, gerando um custo adicional significativo e desproporcional à realidade verificada.

Opção 2 - Encargos cobrados à parte, conforme os valores efetivos apurados mensalmente pela CCEE, com posterior apostilamento contratual: Nesta alternativa, o preço da energia elétrica apresentado na proposta não contempla os encargos setoriais, que seriam pagos separadamente com base nos valores efetivamente calculados e divulgados pela CCEE. Após a assinatura do contrato, o valor final é atualizado por meio de apostilamento, assegurando total aderência ao custo real da operação.

Diante da análise técnico-econômica, identifica-se a Opção 2 como a mais vantajosa para a Administração Pública, recomendando-se que os encargos sejam pagos ao agente varejista com base nos custos mensais efetivos. Tal escolha se justifica pelas seguintes razões:

- Geração de economia real e mensurável, evitando a absorção de margens elevadas praticadas por fornecedores que superestimam os encargos;
- Aderência ao custo real da operação, conforme valores mensais divulgados pela CCEE, garantindo maior precisão e transparência na execução contratual;
- Observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, ao evitar a oneração indevida dos cofres públicos;
- Flexibilidade e compatibilidade com a dinâmica regulatória do setor elétrico, sem comprometer a execução contratual diante de alterações normativas ou metodológicas nos encargos.

Salienta-se que para a escolha da melhor solução para a necessidade descrita no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar a FIOCRUZ contou com consultoria especializada contratada por meio do processo SEI 25389.000048 /2025-06. Dentre os produtos da consultoria destaca-se a apresentação detalhada do estudo técnico e financeiro para a aquisição de energia no Mercado Livre de Energia, dando suporte integral no processo de migração para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), assim como em todas as etapas relacionadas à aquisição de energia.

A energia deverá ser entregue pelo fornecedor, denominado contratado, de acordo com as especificações abaixo:

- Fornecer energia elétrica, de fonte renovável, proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e detentora de certificado de Energia Renovável no padrão I-REC, para suprimento das unidades consumidoras do Contratante, localizadas em Submercado diferentes, conforme volumes estimados.

UF	UNIDADES	ENDEREÇO
BA	FIOCRUZ Bahia	R. Waldemar Falcão 121 – Candeal – Salvador
CE	FIOCRUZ Ceará	Rua São José, s/N – Precabura - Eusébio
MG	FIOCRUZ Minas Gerais	Av. Augusto de Lima 1.715 - Barro Preto, Belo Horizonte
DF	FIOCRUZ Brasília	Via L3 Norte GB A SC 4 UNB
	Campus Sede (Maré-Manguinhos)	Av. Brasil, 4365/4036, Manguinhos, RJ
	Campus FIOCRUZ Mata Atlântica (CFMA)	R. Sampaio Correa, s/n. Taquara, Jacarepaguá

RJ	Centro de Ref. Prof. Hélio Fraga (CRPHF)	Estr. de Curicica, 2000 - Curicica, Rio de Janeiro
	Farmanguinhos (CTM)	Av. Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro
	Instituto Fernandes Figueira	Av. Rui Barbosa 716 - Flamengo, Rio de Janeiro
AM	FIOCRUZ Amazônia	Rua Terezina, 476 – Adrianópolis - AM
MS	FIOCRUZ Mato Grosso do Sul	Av. Rádio Maia, 830, Vila Popular, Campo Grande - MS
RO	FIOCRUZ Rondônia	Rodovia BR, 364, Zona Rural, Porto Velho - RO

Cabendo ao contratado, a entrega do objeto no centro de gravidade de todas as unidades da FIOCRUZ Nacional, conforme apresentado na tabela abaixo

A energia fornecida pela CONTRATADA para as unidades elencadas na tabela anterior está distribuída em lotes, conforme cada CNPJ, respeitando as normativas do mercado e a legislação vigente que regula as licitações. A divisão por lotes visa garantir a transparência e a eficiência na alocação da energia, além de assegurar que as condições de fornecimento estejam em conformidade com as exigências legais e contratuais estabelecidas, garantindo a competitividade e a economicidade nas aquisições realizadas:

- Na modalidade Varejista, a representação do consumidor pelo agente, é vinculada ao CNPJ que contém na fatura de distribuição. Conforme as unidades estão divididas em quatro CNPJs, a licitação de energia foi dividida em 4 lotes.
- A Resolução nº 14.133/2021, que rege as licitações no Brasil, trata da divisão de contratos em lotes, quando conveniente ao interesse da Administração, com o objetivo de possibilitar a participação de fornecedores de menor porte, de acordo com as características do objeto, como preço, tempo de execução, e a quantidade de itens envolvidos. O dispositivo busca garantir maior competitividade e participação de pequenos e médios fornecedores nas licitações, além de promover eficiência e transparência no processo licitatório.

Segue abaixo a divisão em Lotes:

- Lote I:

Item 1 do Lote I: Submercado Sudeste/Centro-Oeste

- Unidade Consumidora: 10391436

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Via L3 Norte GB a SC 4 UNB – Brasília/ DF

- Unidade Consumidora: 400359327 (CTM – FARMANGUINHOS)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: AV. Comd Guarany 447 – Taquara/ RJ

- Unidade Consumidora: 400028703 (IFF)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: AV Rui Barbosa, 716 FD - Flamengo - Rio De Janeiro, RJ

- Unidade Consumidora: 400081779 (CRPHF)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Est Curicica 2000 Curicica - Rio De Janeiro, RJ

- Unidade Consumidora: 420754235 (CFMA)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: R Sampaio Correa 1 Curicica - Rio De Janeiro, RJ

- Unidade Consumidora: MS

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Av. Rádio Maia, 830, Vila Popular, Campo Grande – MS

- Unidade Consumidora: RO

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Rodovia BR, 364, Zona Rural, Porto Velho - RO

Item 2 do Lote I: Submercado Norte

- Unidade Consumidora: 0484383-5

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Rua Terezina, 476 – Adrianópolis – AM

Item 3 do Lote I: Submercado Sudeste/Centro Oeste

- Unidade Consumidora: 400092258 (MANGUINHOS-MARE)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: AV BRASIL 4365, São Cristóvão - Rio De Janeiro, RJ

- Lote II:

Item 1 do Lote II: Submercado Nordeste

- Unidade Consumidora: 4919172

CNPJ: 33.781.055/0006-40

Endereço: Rua Waldemar Falcão, 121 - BA

- Lote III:

Item 1 do Lote III: Submercado Sudeste/Centro-Oeste

- Unidade Consumidora: 3009015713

CNPJ: 33.781.055/0008-01

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715 – Centro - Belo Horizonte - MG

- Lote IV:

Item 1 do Lote IV: Submercado Nordeste

- Unidade Consumidora: 9011012

CNPJ: 33.781.055/0067-61

Endereço: Rua São José, SN - CE

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A FIOCRUZ possui 11 unidades consumidoras classificadas na categoria A4 e 1 unidade na categoria A2, com consumo energético de aproximadamente 260.240,77 MWh/ano ou 29,7078 MWmédios/mês. O levantamento na necessidade foi realizado a partir do histórico de consumo constante nas faturas de energia elétrica das UC's e as expectativas de crescimento.

Importante destacar que o histórico de consumo e informações de obras/ampliações definem a base de referência para contratação de Energia, mas a quantidade a ser definida em contrato leva em consideração a estratégia de um volume que atenda esta previsão e fique dentro das flexibilidades.

Além dos estudos apresentados, foram realizadas reuniões para a aprovação do consumo projetado, o qual foi baseado no histórico de consumo, e nas previsões de obras de ampliação em algumas unidades.

CONSUMO (MWh)	CNPJ	SUBMERCADO	LOTE	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26
Campus Fiocruz Mata Atlântica - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	19,35	24,36	21,25	16,94	15,52	11,54	10,64	10,51	15,21	16,65	16,72	17,39
Campus CRPHF - Centro de Referência Professor Hélio Fraga - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	183,46	182,22	181,12	158,10	149,41	130,30	128,57	133,28	139,25	147,93	148,42	165,30
Instituto Fernandes Figueira - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	393,71	406,40	413,27	342,87	340,55	286,73	265,38	275,99	312,05	319,01	354,63	381,17
Campus Mangueinhos - Maré - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 3	16.968,46	16.367,48	17.118,99	16.087,25	16.479,98	14.963,06	15.993,58	15.942,63	16.690,67	17.400,50	17.438,71	17.894,95
Instituto de Tecnologia em Fármacos Farmangueinhos - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	1.354,27	1.368,58	1.352,30	1.203,15	1.166,24	1.129,33	1.157,42	1.147,30	1.197,63	1.222,53	1.173,47	1.232,09
Fiocruz Regional Brasília - DF	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	94,16	90,93	101,03	102,26	96,87	82,69	92,96	101,08	97,14	110,41	106,89	90,48
Fiocruz Regional Campo Grande - MS Unidade 2 Embrapa	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	-	-	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24
Fiocruz Regional Porto Velho - RO Unidade Campus Fiocruz Rondônia Nova Sede	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	-	-	-	107,12	214,23	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35
Fiocruz Regional Manaus - AM	33.781.055/0001-35	N	LOTE 1 - ITEM 2	59,46	53,01	57,18	57,82	57,93	59,00	64,58	62,32	58,03	56,13	66,67	60,35
Fiocruz Regional Salvador - BA	33.781.055/0006-40	NE	LOTE 2	322,85	295,89	328,34	357,94	300,53	288,11	291,53	284,54	317,53	345,69	321,52	336,91
Fiocruz Regional Belo Horizonte - MG	33.781.055/0008-01	SE/CO	LOTE 3	227,77	207,51	238,31	219,66	217,23	185,62	191,29	200,21	214,80	226,96	231,01	225,94
Fiocruz Regional Eusébio - CE	33.781.055/0067-61	NE	LOTE 4	670,15	657,28	1.069,65	1.061,71	1.066,23	1.095,59	1.076,42	1.034,47	1.029,33	1.066,25	1.027,97	1.068,39

Figura 1: Consumo Projetado para 2026

CONSUMO (MWh)	CNPJ	SUBMERCADO	LOTE	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27	mai/27	jun/27	jul/27	ago/27	set/27	out/27	nov/27	dez/27
Campus Fiocruz Mata Atlântica - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	22,40	28,21	24,60	19,61	17,97	13,37	32,99	53,53	79,64	101,99	122,75	144,20
Campus CRPHF - Centro de Referência Professor Hélio Fraga - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	222,63	221,13	219,79	191,86	181,31	158,12	156,03	161,74	168,98	179,51	180,11	200,60
Instituto Fernandes Figueira - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	407,09	420,22	427,32	354,52	352,13	296,48	274,40	285,58	322,66	329,86	366,69	394,13
Campus Mangueinhos - Maré - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 3	17.839,89	17.208,05	17.998,16	16.913,43	17.326,39	15.731,50	16.814,95	16.761,58	17.547,84	18.294,12	18.334,29	18.815,96
Instituto de Tecnologia em Fármacos Farmangueinhos - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	1.433,48	1.448,62	1.431,39	1.273,52	1.234,45	1.195,38	1.225,12	1.214,40	1.267,67	1.294,03	1.242,10	1.304,15
Fiocruz Regional Brasília - DF	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	94,16	90,93	101,03	102,26	96,87	82,69	92,96	101,08	97,14	110,41	106,89	90,48
Fiocruz Regional Campo Grande - MS Unidade 2 Embrapa	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24
Fiocruz Regional Porto Velho - RO Unidade Campus Fiocruz Rondônia Nova Sede	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35
Fiocruz Regional Manaus - AM	33.781.055/0001-35	N	LOTE 1 - ITEM 2	67,35	60,05	64,77	65,50	65,62	66,84	73,15	70,59	65,74	63,58	75,53	68,37
Fiocruz Regional Salvador - BA	33.781.055/0006-40	NE	LOTE 2	322,85	295,89	328,34	357,94	300,53	288,11	291,53	284,54	317,53	345,69	321,52	336,91
Fiocruz Regional Belo Horizonte - MG	33.781.055/0008-01	SE/CO	LOTE 3	228,18	207,88	238,74	220,06	217,62	185,95	191,64	200,57	215,19	227,37	231,43	225,74
Fiocruz Regional Eusébio - CE	33.781.055/0067-61	NE	LOTE 4	1.118,46	1.108,21	1.124,49	1.116,14	1.120,89	1.151,76	1.131,61	1.087,50	1.082,10	1.120,92	1.080,67	1.123,16

Figura 2: Consumo Projetado para 2027

CONSUMO (MWh)	CNPJ	SUBMERCADO	LOTE	jan/28	fev/28	mar/28	abr/28	mai/28	jun/28	jul/28	ago/28	set/28	out/28	nov/28	dez/28
Campus Flocruz Mata Atlântica - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	166,98	166,98
Campus CRPHF - Centro de Referência Professor Hélio Fraga - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	270,17	268,35	266,72	232,83	220,02	191,88	189,34	196,27	205,06	217,84	218,57	243,43
Instituto Fernandes Figueira - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	420,94	434,51	441,85	366,58	364,10	306,56	283,73	295,08	333,63	341,08	379,16	407,53
Campus Mangueiros - Maré - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 3	18.756,08	18.091,78	18.922,47	17.782,04	18.216,14	16.539,41	17.678,49	17.622,18	18.449,02	19.233,63	19.275,87	19.780,17
Instituto de Tecnologia em Fármacos Farmanguinhos - RJ	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	1.517,32	1.533,35	1.515,11	1.348,00	1.306,65	1.265,30	1.296,77	1.285,42	1.341,81	1.369,71	1.314,74	1.380,42
Flocruz Regional Brasília - DF	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	94,16	90,93	101,03	102,26	96,87	82,69	92,96	101,08	97,14	110,41	106,89	90,48
Flocruz Regional Campo Grande - MS Unidade 2 Embrapa	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24	198,24
Flocruz Regional Porto Velho - RO Unidade Campus Flocruz Rondônia Nova Sede	33.781.055/0001-35	SE/CO	LOTE 1 - ITEM 1	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35	321,35
Flocruz Regional Manaus - AM	33.781.055/0001-35	N	LOTE 1 - ITEM 2	76,29	68,03	73,37	74,20	74,34	75,72	82,87	79,97	74,47	72,02	85,56	77,44
Flocruz Regional Salvador - BA	33.781.055/0006-40	NE	LOTE 2	322,85	295,89	328,34	357,94	300,53	288,11	291,53	284,54	317,53	345,69	321,52	336,91
Flocruz Regional Belo Horizonte - MG	33.781.055/0008-01	SE/CO	LOTE 3	228,59	208,25	239,17	220,46	218,02	186,29	191,98	200,93	215,58	227,78	231,85	226,15
Flocruz Regional Eusébio - CE	33.781.055/0067-61	NE	LOTE 4	1.175,80	1.165,02	1.182,14	1.173,36	1.178,36	1.210,81	1.189,62	1.143,26	1.137,57	1.178,39	1.136,08	1.180,74

Figura 3: Consumo Projetado para 2028

Para todas as unidades foi utilizado o consumo do histórico dos últimos 4 anos e, bem como, o acréscimo do percentual de crescimento vegetativo observado entre os anos. Adicionado, dos planejamento de expansão apresentado pelas Unidades que compõe a FIOCRUZ, incluídas nesse estudo.

Diante de tais premissas, também detalhadas em outros documentos, a expectativa é que a quantidade de energia consumida esteja muito próxima da quantidade contratada para que não haja escassez ou sobra de energia. Contudo, para que a exposição ao risco seja mitigada, é previsto uma flexibilidade de +/- 30% para todas as unidades, com exceção da unidade do AM que foi indicada a flexibilidade +/- 40.

A flexibilidade é o mecanismo nos contratos de energia que garante o preço Pré-acordado, mesmo quando o consumo for superior ou inferior ao contratado. Ainda, também é previsto no contrato uma sazonalização de +/- 10%. A sazonalização dentro do mercado livre de energia é a maneira de distribuir a energia contratada de maneira sazonal de acordo com as épocas do ano e com o seu perfil de consumo. Em palavras simples, será possível alocar mais energia nos meses em que a demanda é maior e menos energia quando a demanda diminuir, sem alterar a quantidade total de energia contratada para o período.

Vale destacar que o sistema de pagamento será por medição, ou seja, serão pagos apenas as cargas que forem consumidas pelas Unidades FIOCRUZ.

Considerando os consumos, as quantidades a serem contratadas e as flexibilidades previstas, tem-se que todos os LOTES terão seus consumos dentro das condições de contorno esperadas, conforme segue abaixo:

L O T E 1	MATRIZ				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwhmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado
	Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento							
	Item 1 33.781.055/0001-35 SE/CO	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	23.652,000	30.747,600	MWh	3,44%	-30%	30%	SE/CO
		1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	26.200,800	34.061,040	MWh	3,81%	-30%	30%	
		1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	29.865,600	38.825,280	MWh	4,35%	-30%	30%	
	Item 2 33.781.055/0001-35 NORTE	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	744,600	967,980	MWh	0,11%	-30%	30%	N
		1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	744,600	967,980	MWh	0,11%	-30%	30%	
		1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	878,400	1.141,920	MWh	0,13%	-30%	30%	
	Item 3 33.781.055/0001-35 SE/CO	1.1 Ano II - Energia Convencional	01/01/2026	31/12/2026	188.340,000	244.842,000	MWh	27,41%	-30%	30%	SE/CO
		1.2 Ano III - Energia Convencional	01/01/2027	31/12/2027	205.860,000	267.618,000	MWh	29,96%	-30%	30%	
1.3 Ano IV- E Energia Convencional		01/01/2028	31/12/2028	210.816,000	274.060,800	MWh	30,68%	-30%	30%		
ENERGIA TOTAL					687.102,000	893.232,600	MWh				
ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					687.102,000	893.232,600	MWh				
TOTAL											

Figura 4: Volumes Contratados MWh - LOTE I

L O T E 2	BAHIA				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado
	Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento							
	Item 1 33.781.055/0006-40 NE	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	3.504,000	4.555,200	MWh	29,60%	-40%	30%	NE
		1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	3.942,000	5.124,600	MWh	33,30%	-40%	30%	
		1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	4.392,000	5.709,600	MWh	37,10%	-40%	30%	
ENERGIA TOTAL					11.838,000	15.389,400	MWh				
ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					11.838,000	15.389,400	MWh				
TOTAL											

Figura 5: Volumes Contratados MWh - LOTE II

L O T E	MINAS GERAIS				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em MWh médios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	
	Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento								
	Item 1											
3	33.781.055/0008-01 SE/CO	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	2.452,800	3.188,640	MWh	33,30%	-30%	30%	SE/CO	
		1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	2.452,800	3.188,640	MWh	33,30%	-30%	30%		
		1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	2.459,520	3.197,376	MWh	33,39%	-30%	30%		
	ENERGIA TOTAL					7.365,120	9.574,656	MWh				
	ICMS SOBRE A ENERGIA (18%)											
ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					7.365,120	9.574,656	MWh					
TOTAL												

Figura 6: Volumes Contratados MWh - LOTE III

L O T E	CEARA				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado
	Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento							
4	Item 1 33.781.055/0067-61 NE	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	9.532,800	12.392,640	MWh	29,48%	-40%	30%	NE
		1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	11.388,000	14.804,400	MWh	35,21%	-40%	30%	
		1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	11.419,200	14.844,960	MWh	35,31%	-40%	30%	
	ENERGIA TOTAL				32.340,000	42.042,000	MWh				
	ICMS SOBRE A ENERGIA (20%)										
ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)				32.340,000	42.042,000	MWh					
TOTAL											

Figura 7: Volumes Contratados MWh - LOTE IV

			Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em MWh médios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado
Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento							
TOTAL ENERGIA			738.645,120	960.238,656	MWh	R\$ 0,00			
ICMS SOBRE A ENERGIA									

Figura 8: Volumes Finais Contratados MWh

Para todas as unidades foi utilizado o consumo do ano de 2022 ao ano de 2025, acrescido do percentual de crescimento médio, conforme planejamento de expansão apresentado pelas Unidades que compõe a FIOCRUZ, incluídas nesse estudo.

No caso de incrementos ou reduções foi considerado:

- Campus Mata Atlântica:

1. Entrada de edifício novo com início de operação previsto para setembro de 2027, havendo uma projeção de carga de 600 kVA e 124,058MWh/mês.

- Campus Manguinhos - Maré:

1. Entrada em operação assistida do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) em janeiro de 2026 – Subestação 4.500 kVA – previsão de Demanda 2,5 MW;

2. Previsão para início de operação em Biomanguinhos – Previsão de Demanda:

- Área de Convivência: 500 kVA – em janeiro de 2026;
- Adequação CPAB 500 kVA – até maio de 2026;
- Novo prédio IFA Virais: 3.000 kVA – até julho de 2026;

- FIOCRUZ Regional Campo Grande – MS Unidade 2 Embrapa:

1. Novo prédio de demanda de 715 kW – até março de 2026;

- FIOCRUZ Regional Porto Velho – RO Unidade Campus FIOCRUZ Rondônia Nova Sede:

1. Novo prédio: 450 kVA – até junho de 2026;

- FIOCRUZ Campus Ceará - CE:

1. Centro de Pesquisas FioCruz - CE: 1349,52 kVA – até maio de 2026;

Vale destacar que o sistema de pagamento será por medição, ou seja, serão pagos apenas as cargas que forem consumidas pelas Unidades FIOCRUZ.

Considerando que na representação Varejista, a contratação de energia nesta modalidade será restrita a um Varejista por CNPJ, e, considerando as unidades consumidoras elencadas, os volumes abaixo discriminados estão dispostos em 04 (quatro) Lotes, que é o número de CNPJ's disponíveis.

9. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor da contratação foi detalhado nos estudos, o qual será mantido confidencial até a conclusão do certame por uma questão estratégica, visando preservar a competitividade e influenciar positivamente a atração de propostas no processo licitatório, fazendo com que o benefício possa ser maior.]

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A estruturação da presente licitação por meio de lotes distintos fundamenta-se tanto em razões técnicas quanto em restrições de natureza normativa, revelando-se a solução mais adequada à contratação de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), sob a modalidade varejista.

Do ponto de vista técnico-operacional, a modelagem por lotes permite a adequação da contratação às particularidades de consumo da organização, possibilitando a otimização de custos, a mitigação de riscos comerciais e a diversificação da origem da energia. Tal estrutura favorece a participação de múltiplos fornecedores, ampliando a competitividade do certame e aumentando a probabilidade de obtenção de condições comerciais mais vantajosas. Além disso, assegura maior segurança contratual frente às oscilações do mercado, promovendo uma gestão mais eficaz e estratégica do portfólio energético.

Adicionalmente, a configuração dos lotes pode considerar critérios específicos, tais como volume de consumo, CNPJ da unidade consumidora, tipo de energia (convencional ou incentivada) e prazo de fornecimento, garantindo maior flexibilidade e aderência aos objetivos institucionais da contratante, inclusive no que tange à previsibilidade orçamentária e ao cumprimento de metas ambientais.

No entanto, a definição do número de lotes encontra-se juridicamente limitada pela regulamentação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, aplicável à modalidade varejista. Nos termos do item 3.31 do Submódulo 1.6 – Comercialização Varejista (Versão 6.0, de 01/01/2025), cada unidade consumidora ou empreendimento de geração deve estar contratada com um único comercializador varejista durante a vigência contratual:

“3.31. Cada unidade consumidora ou empreendimento de geração (em caso de consórcio, entendese por empreendimento de geração a parcela do ativo que corresponde à participação de cada consorciado) deve estar contratada com um único varejista, para a mesma vigência.”

<https://www.ccee.org.br/mercado/procedimentos-de-comercializacao>

Em conformidade com esse dispositivo, e considerando que as unidades consumidoras da contratante estão registradas sob quatro (04) CNPJ's distintos — incluindo matriz e filiais —, o fracionamento do objeto licitatório está limitado a quatro (04) lotes, uma vez que cada CNPJ somente poderá ser representado por um comercializador varejista distinto.

Assim, a divisão em lotes atende simultaneamente aos imperativos legais e regulatórios, bem como aos critérios de eficiência, economicidade, transparência e gestão estratégica da demanda energética, configurando-se como a modelagem licitatória mais adequada e juridicamente respaldada para a presente contratação.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Compra de Energia Elétrica no ACL (2024 a 2025)* - Pregão eletrônico. Processo: 25389.000212/2023-13 Contrato 022/2024 Vigência 01/04/2025 a 31/12/2025

Contratação de empresa para gerenciamento e consultoria acerca dos contratos no ACL – Dispensa eletrônica. Processo: 25389.000048/2025-06. Vigência 01/06/2025 a 31/05/2026.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretensa contratação está alinhada aos planos instituídos pela Fiocruz, à política pública de contratações sustentáveis e prevista no Plano Anual da COGIC, sob o registro do Plano Plurianual do Governo Federal (SPGC), ação orçamentário 2000 do PPA 2024-2027.

Subunidade: Coordenação de Engenharia de Manutenção

Projeto: 0032.2000.565 .00026 - Proc: 74/25-26 - Fornecimento de Energia Elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade Varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para o suprimento de 12 (doze) unidades consumidoras (UC) da Fiocruz.

Iniciativa/Programa Temático: 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Ação Orçamentária: 2000 Administração da Unidade de Custeio.

Finalidade: 565 Gestão Administrativa.

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fonte de Recurso: 1002000000 - LOA Corrente

Natureza de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica

Sub-item: 339039-43

Classe: 691

Cód PDM: 27863

DFD: 333/2025

Contratação: 459/2025

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Além da aderência às exigências legais, a adoção da modalidade varejista no Mercado Livre de Energia já demonstrou resultados expressivos apenas no exercício de 2024, quando a FIOCRUZ alcançou:

- A redução de 7.084,068 toneladas de CO equivalente em emissões de gases de efeito estufa, contribuindo significativamente para os compromissos nacionais de descarbonização;
- A economia aproximada de R\$ 35,5 milhões em recursos públicos, reforçando o compromisso institucional com a eficiência na gestão dos recursos da União.

Tais resultados evidenciam não apenas a conformidade jurídica da solução adotada, mas também sua eficácia econômica e ambiental, em plena consonância com os princípios da administração pública e com as políticas de sustentabilidade promovidas pelo Governo Federal.

Diante da experiência exitosa obtida com a primeira contratação de fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cuja vigência abrangeu o período de dois anos, a FIOCRUZ está promovendo uma nova licitação, com o objetivo de prorrogar os benefícios já alcançados e, sobretudo, ampliar a participação de unidades da instituição que não foram contempladas na contratação anterior.

A nova licitação visa assegurar a continuidade da política institucional de sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos públicos, por meio da aquisição de energia elétrica de fonte incentivada no Mercado Livre, em conformidade

com a legislação setorial vigente, as normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as diretrizes da administração pública federal.

Ao expandir a adesão ao ACL para outras unidades da FIOCRUZ, espera-se potencializar os resultados positivos anteriormente obtidos — tanto no que se refere à redução de custos operacionais quanto à mitigação dos impactos ambientais decorrentes da atividade institucional — promovendo, assim, uma gestão energética cada vez mais alinhada aos princípios da economicidade, legalidade e sustentabilidade.

Com base em critérios técnicos, regulatórios e econômicos amplamente reconhecidos no setor elétrico, junto ao encerramento do Contrato atual de fornecimento de energia, foi optado por realizar uma nova licitação solicitando um fornecimento de energia no ACL vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de janeiro/2026. Sendo embasado nos seguintes itens:

- Estabilidade de preços e previsibilidade orçamentária: Contratos de médio prazo (entre 2 e 5 anos) são prática consolidada no Mercado Livre de Energia, pois permitem maior previsibilidade quanto ao custo da energia, reduzindo a exposição da Administração a oscilações de preços no mercado de curto prazo (spot). A contratação por 3 anos contribui para a elaboração de planejamentos orçamentários plurianuais, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com os princípios da boa gestão pública.
- Aproveitamento de condições favoráveis de mercado: O horizonte de 3 anos permite à FIOCRUZ negociar condições comerciais mais vantajosas, dado que fornecedores do ACL geralmente ofertam melhores preços e garantias para contratos com esse prazo. Além disso, esse período possibilita a diluição de custos fixos (como tarifas de uso de sistemas elétricos e encargos regulatórios), otimizando economicamente a contratação.
- Evita ônus administrativos com frequentes licitações: A contratação com vigência trienal reduz a necessidade de novos processos licitatórios em curto intervalo de tempo, o que gera economia administrativa, evita descontinuidades contratuais e favorece o planejamento energético de médio prazo.
- Adequação às diretrizes regulatórias e às práticas do setor: A ANEEL e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) não impõem prazo mínimo ou máximo para contratos no ACL, mas a prática comum entre grandes consumidores institucionais (inclusive da administração pública) é adotar contratos entre 3 e 5 anos, por oferecerem equilíbrio entre flexibilidade e segurança contratual.
- Limitações de contratos com prazos muito longos (ex: 5 anos): Embora contratos de longo prazo possam oferecer certa estabilidade, no atual cenário do setor elétrico, um horizonte de 5 anos pode se tornar desvantajoso. Isso ocorre, em especial, quando o contrato estiver atrelado à correção monetária pelo IPCA, o que, em contextos de inflação elevada, pode gerar reajustes significativos no valor da energia contratada, reduzindo a atratividade econômica do contrato ao longo do tempo. Além disso, um compromisso contratual prolongado pode impossibilitar o aproveitamento de janelas favoráveis de preços no mercado livre, limitando a flexibilidade da FIOCRUZ para renegociar condições mais vantajosas, caso surjam oportunidades futuras. Portanto, um contrato com vigência de 3 anos oferece o equilíbrio ideal entre estabilidade contratual e adaptabilidade às condições dinâmicas do setor elétrico.

Dessa forma, a presente licitação visa não apenas garantir a continuidade da estratégia institucional já validada na contratação anterior, mas também ampliar os ganhos institucionais de natureza econômica, ambiental e operacional, estendendo-os a novas unidades da FIOCRUZ. A contratação de energia elétrica no ACL, com vigência de 36 (trinta e seis) meses, busca consolidar a FIOCRUZ como referência na administração pública federal em termos de gestão energética sustentável, inovação administrativa e eficiência no uso de recursos públicos.

Estima-se que, nesse novo horizonte contratual, a FIOCRUZ possa alcançar uma economia aproximada de 18% no custo total da energia elétrica, quando comparado ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), considerando os parâmetros médios de mercado e a estrutura de preços vigentes no Mercado Livre de Energia. Tal economia reforça a racionalidade econômica da opção pelo ACL, ao mesmo tempo em que permite realocar recursos públicos a outras atividades finalísticas da instituição.

São considerados benefícios diretos e indiretos que a FIOCRUZ almeja obter com a presente contratação, em consonância com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade, os seguintes:

- Assegurar infraestrutura elétrica adequada, com segurança e qualidade, indispensável à continuidade e à boa execução das atividades institucionais nas diversas unidades da FIOCRUZ;
- Reduzir os custos com energia elétrica, por meio de uma contratação mais eficiente e sustentável, com reflexos diretos no orçamento público;

- Promover o uso de energia proveniente de fontes limpas e renováveis, alinhando-se às diretrizes de responsabilidade ambiental e às boas práticas internacionais;
- Reduzir as emissões de carbono, contribuindo para a diminuição da pegada ecológica institucional e reforçando o compromisso com a mitigação das mudanças climáticas;
- Alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente os ODS 7 (energia limpa e acessível), 12 (consumo e produção responsáveis) e 13 (ação contra a mudança global do clima);
- Transformar custos variáveis e sazonais de energia em custos fixos e previsíveis, o que favorece o planejamento financeiro e a previsibilidade orçamentária da Fundação;
- Minimizar a necessidade de investimentos próprios imediatos para acesso à energia limpa, aproveitando a infraestrutura e os contratos já existentes no mercado varejista de energia;
- Mitigar os riscos inerentes ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), ao utilizar a modalidade varejista, que transfere parte das responsabilidades operacionais e regulatórias ao agente varejista contratado, conferindo maior segurança jurídica e operacional ao processo.

Em suma, a contratação proposta consolida-se como uma estratégia institucional madura, fundamentada em bases legais, técnicas e econômicas sólidas, e está em plena consonância com as diretrizes da administração pública moderna e sustentável.

14. Providências a serem Adotadas

Para alcançar os resultados descritos no item anterior não é necessário que a FIOCRUZ, realize adequações físicas em seus ambientes internos. No entanto, recomenda-se que:

- As equipes de fiscalização (técnica e administrativa), bem como seus respectivos apoios, sejam capacitados de imediato, uma vez que a migração ao MLE traz nuances e novidades quando comparada ao formato atual das concessionárias; realize atualização do mapeamento de processos realizados pela gestão da qualidade, a fim de que os processos de auditoria interna sejam capazes de apontar oportunidades de melhorias;
- Seja aprimorado o suporte tecnológico (conjunto de sistemas informatizados) atualmente existente na FIOCRUZ, principalmente aqueles que tratam do gerenciamento dos processos administrativos;
- Adequação da subestação da unidade Rondônia.

Seja providenciada a contratação de Seguro Fiança para apresentação como Garantia ao Fornecedor, uma prática comum de mercado e que se fará necessário, dado que a premissa para a solicitação pelo vendedor é avaliação de crédito por meio da análise de Balanços e DRE's.

15. Possíveis Impactos Ambientais

O projeto prevê compra de energia de fonte 100% renovável no Ambiente de Contratação Livre – ACL, de forma que será possível garantir que a energia entregue seja oriunda de fonte renováveis sendo uma das ações contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, promover a saúde pública e a qualidade de vida, além disso, obter os benefícios econômicos, fiscais e sociais aderente à mitigação de emissão dos gases de efeito estufa.

A contratada deverá ainda atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Entre os impactos ambientais positivos, destacam-se:

- Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) – O uso de fontes renováveis como solar, eólica, biomassa e/ou PCHs (pequenas centrais hidroelétricas), geram menos ou nenhuma emissão direta de CO₂, quando comparadas a combustíveis fósseis, o que contribui diretamente para o cumprimento de metas de descarbonização e compromissos climáticos (como o Acordo de Paris);

- Menor impacto na qualidade do ar e da água – Energias renováveis não emitem poluentes atmosféricos como SOx, NOx e material particulado, assim como reduzem o consumo de água quando comparado a termelétricas que dependem de resfriamento com grandes volumes de água;
- Preservação de recursos naturais não renováveis – A escolha por energias renováveis evita a queima de carvão, óleo combustível ou gás natural, protegendo reservas naturais e reduzindo a pegada ecológica;
- Fomento à transição energética – Estímulo aos investimentos em infraestrutura limpa, contribuindo para a resiliência energética e a diversificação da matriz elétrica nacional, já majoritariamente renovável, mas ainda com presença de térmicas fósseis no período seco.

Por outro lado, existem os potenciais impactos negativos, conforme listado abaixo:

- Impacto paisagístico e sobre a biodiversidade – Os parques eólicos e solares, se mal localizados, podem afetar a fauna, especialmente aves e morcegos no caso das eólicas e as PCHs embora menores que grandes hidrelétricas, ainda causam represamento de rios, afetando a biodiversidade aquática;
- Uso de grandes áreas – As usinas solares e eólicas requerem áreas extensas, podendo competir com usos agrícolas ou causar desmatamento se instaladas em áreas sensíveis;
- Geração intermitente – A intermitência de fontes como solar e eólica pode exigir sistemas de backup (muitas vezes térmicos), que aumentam a complexidade da gestão do sistema e podem gerar emissões indiretas.

Cabe à Contratada a adoção de todas as medidas mitigadoras necessárias para minimizar ou eliminar os impactos negativos acima mencionados, garantindo o cumprimento da legislação ambiental vigente, bem como das melhores práticas de engenharia e sustentabilidade.

Como benefícios adicionais ao ACL, a escolha por energia renovável pode ser associada à “Certificação de energia limpa”, atendimento a critérios ambientais ESG e uma gestão mais eficiente de energia. A migração para energia 100% renovável no ACL contribui para reduzir os impactos ambientais negativos tradicionais associados à geração fóssil, assim como contribui para a mitigação das mudanças climáticas, promover a saúde pública e a qualidade de vida, além de obter benefícios econômicos, fiscais e sociais aderentes à mitigação de emissão dos gases de efeito estufa.

A contratação deverá sempre estar alinhada aos princípios da sustentabilidade, como preconizado pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, e contribuir para o cumprimento de metas ambientais globais e institucionais.

Medidas preventivas e corretivas serão monitoradas ao longo do contrato para maximizar os impactos positivos e mitigar quaisquer consequências negativas, garantindo uma execução ambientalmente responsável.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em conformidade com o disposto no art. 7º, inciso XIII, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, elaborou o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) com o objetivo de subsidiar a contratação de consultoria técnica especializada para apoiar o processo de migração de 12 (doze) Unidades Consumidoras (UCs) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) do setor elétrico nacional.

A proposta está fundamentada em avaliações técnicas, econômicas e jurídicas que evidenciam a viabilidade da migração ao ACL e a vantajosidade da contratação de suporte técnico especializado, considerando os seguintes aspectos:

- Viabilidade Econômica e Financeira

Estudos realizados com base em dados atualizados do Mercado Livre de Energia indicam que a migração das referidas UCs da FIOCRUZ para o ACL poderá proporcionar uma redução estimada de até 18% nos custos totais de

energia elétrica, em comparação ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), conforme simulações baseadas nos valores médios de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), junto aos preços trabalhados no Mercado Livre em horizontes de médio a longo prazo, e tarifas reguladas praticadas pelas distribuidoras locais em 2024.

Essa estimativa é sustentada por projeções do setor energético e pela experiência da própria instituição no ciclo contratual anterior (2024–2025), que já resultou em uma economia de aproximadamente R\$ 35,5 milhões em recursos públicos. A adoção da modalidade varejista, inclusive, permite ampliar a previsibilidade orçamentária, transformar custos variáveis em previsíveis e diluir encargos regulatórios, gerando ganhos financeiros sustentáveis.

- Justificativa Técnica

O Mercado Livre de Energia é um ambiente altamente regulado, com peculiaridades operacionais que envolvem a atuação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), distribuidoras locais e agentes comercializadores. A atuação no ACL requer:

1. Validação periódica de faturas de energia (contrato e distribuidora);
2. Controle dos descontos aplicáveis à energia incentivada (até 100%);
3. Monitoramento da regularidade cadastral dos agentes;
4. Avaliação de riscos de mercado e estratégias de contratação.

Dada a elevada complexidade da matéria e a atual limitação da capacidade técnica interna da FIOCRUZ, notadamente no âmbito da Coordenação-Geral de Infraestrutura e Conservação (COGIC), a contratação de consultoria externa especializada revela-se tecnicamente necessária e adequada. Trata-se de uma medida que visa não apenas garantir a regularidade da contratação e da gestão contratual, mas também assegurar a mitigação de riscos administrativos, regulatórios e financeiros.

- Conformidade Legal e Normativa

A contratação proposta encontra amparo legal no art. 10 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a contratar serviços especializados de consultoria técnica, desde que fundamentados em estudos prévios. O presente ETP constitui essa fundamentação.

1. Adicionalmente, a migração para o ACL está em conformidade com as normas regulatórias do setor elétrico, especialmente:
2. Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 (Consolidação das Regras da Distribuição);
3. Regras e Procedimentos de Comercialização da CCEE;
4. Resolução Normativa ANEEL nº 904/2020, que regulamenta a figura do agente varejista.

Cumprir destacar que a contratação também está alinhada aos princípios constitucionais da legalidade, economicidade, eficiência, transparência e sustentabilidade, conforme estabelecido no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, além de atender aos critérios de contratação sustentável previstos no Decreto nº 10.947 /2022 e nas diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

- Alinhamento Estratégico Institucional

A presente iniciativa integra a política institucional da FIOCRUZ de modernização da gestão energética, conforme diretrizes internas de eficiência operacional e responsabilidade ambiental. A contratação contribuirá para:

1. Atingir metas institucionais de descarbonização (ODS 7, 12 e 13 da Agenda 2030 da ONU);
2. Garantir a continuidade do fornecimento de energia com qualidade e segurança;
3. Evitar a descontinuidade de contratos e serviços essenciais às atividades da Fundação.

Diante do exposto, a equipe de planejamento declara a presente contratação viável, necessária e juridicamente adequada, nos termos da legislação vigente e conforme os elementos técnicos, regulatórios e econômicos apresentados neste ETP.

A contratação de consultoria especializada se justifica como medida preventiva e estratégica para garantir segurança jurídica, eficiência administrativa, mitigação de riscos operacionais e maximização dos resultados da migração para o ACL, consolidando-se como prática de excelência em gestão pública no âmbito da FIOCRUZ.

Além disso, considera-se a elevada complexidade do setor elétrico, que envolve regulamentações específicas, riscos contratuais e grande variabilidade de mercado, o que exige conhecimento técnico especializado e contínuo acompanhamento regulatório. Diante da escassez de servidores com domínio aprofundado sobre o tema no âmbito da COGIC, e visando mitigar riscos operacionais, contratuais e regulatórios, a contratação de consultoria externa especializada é recomendada como medida estratégica e necessária para garantir o pleno êxito da iniciativa.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ FERNANDO DA SILVA

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:27:29.

BRUNO AMORIM DE SOUZA

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:21:44.

HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:23:54.

EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:17:34.

CLARISSA FERREIRA ALMEIDA SALLES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:15:30.

THAISA DO CARMO RIBEIRO SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:13:07.

LIDIANE CABRAL JOTHA TEIXEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:16:59.

SONIA MARIA DE JESUS DA ROCHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:15:16.

LETICIA OLIVEIRA CAMPOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/08/2025 às 16:29:53.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Diretoria de Administração do Campus

Proposta Pró-Forma

Emitida em: 13/08/2025

Documento: **PR00012/2025-COGIC** Processo: **25389.000074/25-26**
Data da Licitação: // Hora da Licitação: :
Proponente: Telefone:
Endereço: Fax:
Bairro: Cidade:
UF: CEP:
CNPJ/MF Insc. Estadual:
Banco: Agência: Conta Bancária:
Inscrição no SIMPLES: [] SIM [] NÃO
Validade da Proposta:
Prazo de Entrega:

ITENS

Item 1

Fornecimento de Energia Elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade Varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL). LOTE I - RJ, DF, AM, MS, RO. - **Unidade: MWh - Quantidade: 893232.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

Item 2

Fornecimento de Energia Elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade Varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL). LOTE II - BA - **Unidade: MWh - Quantidade: 15389.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

Item 3

Fornecimento de Energia Elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade Varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL). LOTE III - MG - **Unidade: MWh - Quantidade: 9574.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

Item 4

Fornecimento de Energia Elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade Varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL). LOTE IV - CE - **Unidade: MWh - Quantidade: 42042.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ANEXO VIII - MODELO DE ORÇAMENTO.xml											
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS											
Objeto: Fornecimento de Energia Elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade Varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para o suprimento de 12 (doze) unidades consumidoras (UC) da Flocruz.											
Nº do Processo Administrativo: 25389.000074/2025-26											

L O T E 1	MATRIZ				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	Preço Unitário R\$/MWh	Preço Médio R\$/MWh	Total R\$		
	Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento												
	Item 1 - 33.781.055/0001-35 - SE/CO	1.1 Ano I- Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	23.652,000	30.747,000	MWh	3,44%	-30%	30%	SE/CO	R\$	-	R\$	-	
	1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	26.200,800	34.061,040	MWh	3,81%	-30%	30%	R\$				-		
	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	29.865,600	38.825,280	MWh	4,35%	-30%	30%	R\$				-		
Item 2 - 33.781.055/0001-35 - NORTE	1.1 Ano I- Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	744,600	967,980	MWh	0,11%	-30%	30%	N	R\$	-	R\$	-		
	1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	744,600	967,980	MWh	0,11%	-30%	30%				R\$	-		
	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	878,400	1.141,920	MWh	0,13%	-30%	30%				R\$	-		
Item 3 - 33.781.055/0001-35 - SE/CO	1.1 Ano II - Energia Convencional	01/01/2026	31/12/2026	188.340,000	244.842,000	MWh	27,41%	-30%	30%	SE/CO	R\$	-	R\$	-		
	1.2 Ano III - Energia Convencional	01/01/2027	31/12/2027	205.860,000	267.618,000	MWh	29,96%	-30%	30%				R\$	-		
	1.3 Ano IV- E Energia Convencional	01/01/2028	31/12/2028	210.816,000	274.060,800	MWh	30,68%	-30%	30%				R\$	-		
ENERGIA TOTAL				687.102,000	893.232,000	MWh							R\$	-	R\$	-
ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)				687.102,000	893.232,000	MWh							R\$	40,00	R\$	35.729.280,00
TOTAL															R\$	35.729.280,00

PERCENTUAIS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME TR		PERCENTUAIS APRESENTADOS NA PROPOSTA			
ANO	VARIAÇÃO	ANO	PREÇO R\$/MWh	VARIAÇÃO	MÉDIA
2026	-13,00% e 13,00%	2026		#DIV/0!	#DIV/0!
2027	-3,00% e 3,00%	2027	R\$ -	#DIV/0!	#DIV/0!
2028	-3,00% e 3,00%	2028		#DIV/0!	#DIV/0!

L O T E 2	BAHIA				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	Preço Unitário R\$/MWh	Preço Médio R\$/MWh	Total R\$
	Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento										
	Item 1 - 33.781.055/0006-40 - NE	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	3.504,000	4.555,000	MWh	29,60%	-40%	30%	NE	R\$	-	R\$ -
		1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	3.942,000	5.125,000	MWh	33,30%	-40%	30%				R\$ -
		1.3 Ano III - Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	4.392,000	5.709,000	MWh	37,10%	-40%	30%				R\$ -
ENERGIA TOTAL					11.838,000	15.389,000	MWh					R\$ -	R\$ -	
ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					11.838,000	15.389,000	MWh					R\$ 40,00	R\$ 615.560,00	
TOTAL													R\$ 615.560,00	

PERCENTUAIS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME TR		PERCENTUAIS APRESENTADOS NA PROPOSTA		
ANO	VARIAÇÃO	ANO	PREÇO R\$/MWh	MÉDIA
2026	-9,00% e 9,00%	2026		#DIV/0!
2027	-3,00% e 3,00%	2027	R\$ 0,00	#DIV/0!
2028	-6,00% e 6,00%	2028		#DIV/0!

L O T E 3	MINAS GERAIS				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	Preço Unitário R\$/MWh	Preço Médio R\$/MWh	Total R\$
	Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento										
	Item 1 - 33.781.055/0008-01 - SE/CO	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	2.452,800	3.188,000	MWh	33,30%	-30%	30%	SE/CO	R\$	-	R\$ -
		1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	2.452,800	3.188,000	MWh	33,30%	-30%	30%				R\$ -
		1.3 Ano III - Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	2.459,520	3.198,000	MWh	33,39%	-30%	30%				R\$ -
ENERGIA TOTAL					7.365,120	9.574,000	MWh					R\$ -	R\$ -	
ICMS SOBRE A ENERGIA (18%)												R\$ -	R\$ -	
ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					7.365,120	9.574,000	MWh					R\$ 40,00	R\$ 382.960,00	
TOTAL													R\$ 382.960,00	

PERCENTUAIS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME TR		PERCENTUAIS APRESENTADOS NA PROPOSTA		
ANO	VARIAÇÃO	ANO	PREÇO R\$/MWh	MÉDIA
2026	-8,00% e 8,00%	2026		#DIV/0!
2027	-3,00% e 3,00%	2027	R\$ 0,00	#DIV/0!
2028	-8,00% e 8,00%	2028		#DIV/0!

L O T E 4	CEARA				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	Preço Unitário R\$/MWh	Preço Médio R\$/MWh	Total R\$
	Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento										
	Item 1 - 33.781.055/0067-61 - NE	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	9.532,800	12.394,000	MWh	29,48%	-40%	30%	NE	R\$	-	R\$ -
		1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	11.388,000	14.804,000	MWh	35,21%	-40%	30%				R\$ -
		1.3 Ano III - Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	11.419,200	14.844,000	MWh	35,31%	-40%	30%				R\$ -
ENERGIA TOTAL					32.340,000	42.042,000	MWh					R\$ -	R\$ -	
ICMS SOBRE A ENERGIA (20%)												R\$ -	R\$ -	
ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					32.340,000	42.042,000	MWh					R\$ 40,00	R\$ 1.681.680,00	
TOTAL													R\$ 1.681.680,00	

PERCENTUAIS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME TR		PERCENTUAIS APRESENTADOS NA PROPOSTA		
ANO		ANO	PREÇO R\$/MWh	MÉDIA
2026	-9,00% e 9,00%	2026		#DIV/0!
2027	-2,00% e 2,00%	2027	R\$ 0,00	#DIV/0!
2028	-7,00% e 7,00%	2028		#DIV/0!

TOTAL ENERGIA													R\$ -	
ICMS SOBRE A ENERGIA													R\$ -	
TOTAL ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					738.645,120	960.237,000	MWh						R\$ 38.409.480,00	
TOTAL ENERGIA + ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)													R\$ 38.409.480,00	

*Obs.: Os encargos estão sendo estimados em R\$ 40,00/MWh para fins de previsão orçamentária, no entanto, serão pagos por meio de nota de reembolso, sendo que o pagamento será o valor apurado na CCEE os quais serão integralmente repassados ao comercializador, sejam eles inferiores ou superiores ao valor estimado.

No caso de encargos superiores ao valor estimado durante a execução do contrato, será elaborado termo aditivo por parte da Flocruz a fim de atualizar os valores orçado para o período remanescente.

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente Termo, a empresa _____ (razão social, CNPJ, endereço) neste ato representada pelo seu representante legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG), da empresa assume o compromisso de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Para tanto, declara e se obriga:

A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos os materiais obtidos, tais como: operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos esquema industrial, patentes, biológicos, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados na atividade desenvolvida e sobre qualquer outra tecnologia, relacionados a sua participação;

A não revelar, repassar, gravar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da Coordenação da Gestão Tecnológica/GESTEC - VPPIS, sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação;

A não tomar, sem autorização da Instituição, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos às informações sigilosas a que tenham acesso.

A ciência que todos os documentos, inclusive o caderno de protocolo, contendo dados e informações relativas a qualquer pesquisa são de propriedade dos Laboratórios da Instituição.

A concordância que todos os materiais, sejam biológicos, modelos, protótipos e/ou outros de qualquer natureza pertencem aos Laboratórios da Instituição, sendo vedada a apropriação de qualquer material ou tecnologia seja ele confidencial e sigiloso ou não.

A obrigação de ressarcir a Fundação Oswaldo Cruz na forma da lei na ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público pela Fundação Oswaldo Cruz ou outra pessoa mediante expressa autorização escrita.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará sanções judiciais de ordem penal civil e administrativa contra seus transgressores.

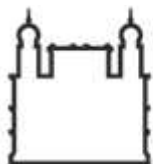
Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro-RJ e com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/06/2024

COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

RESOLVE:**1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

Flávia Silva
Coordenadora Geral de Administração
FIOCRUZ



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.

Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);

AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GARANTIA (a ser preenchido no momento da assinatura do contrato).

CONTRATO N° XXXX

_____ (identificação do), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA, para os fins da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES, e dos dispositivos do Edital:

que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;

que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme Instrução Normativa SEGES nº 05/2017; que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme Instrução Normativa SEGES nº 5/2017.

_____, ____ de _____ de 2025.

(assinatura do representante legal do licitante).

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

_____, (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA o(a) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

Nota explicativa: A assinatura desta “Autorização Complementar” deve ser precedida da solicitação de abertura da conta-depósito para a Instituição Financeira com quem se tenha firmado Termo de Cooperação Técnica e é condição para a celebração do contrato.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

....., de..... de 20.....

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 25389.000074/2025-26

Unidade Gestora: 254462

COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI - COGIC

TERMO DE CONTRATO N.º XXX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A FIOCRUZ, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI-COGIC, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE COMERCIALIZADORA VAREJISTA PARA SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), DE FONTE 100% (CEM POR CENTO) RENOVÁVEL, A SER EXECUTADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)**, por intermédio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi COGIC, com sede na Avenida Brasil, n.º 4365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro /RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.781.055/0003-05, neste ato representada pela Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi, Sr.ª Ana Beatriz Alves Cuzzatti, portadora da matrícula funcional nº 1567804, com poderes conferidos pela Portaria nº 14/2024 da Diretoria Executiva da FIOCRUZ e pela Portaria de designação nº 3.785 de 26/12/2019 do Ministério da Saúde, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXXXX, sediada em XXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a) , conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25389.000074/2025-26 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto n.º 11.246/2022, e demais legislações aplicáveis, bem como da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 58/2022, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XX/XXXXXXX/2025-COGIC, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços comuns de natureza contínua referente à contratação de comercializadora varejista para serviço de fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre (ACL), de fonte 100% (cem por cento) renovável, a ser executado sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

LOTE 1	MATRIZ					Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado
	CATSER	Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento								
	33.781.055/0001-35 SE/CO	2786-3	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026 31/12/2026	23.652,000	30.747,000	MWh	3,44%	-30%	30%	SE/CO	
		2786-3	1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027 31/12/2027	26.200,800	34.061,040	MWh	3,81%	-30%	30%		
		2786-3	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028 31/12/2028	29.865,600	38.825,280	MWh	4,35%	-30%	30%		
	33.781.055/0001-35 NORTE	2786-3	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026 31/12/2026	744,600	967,980	MWh	0,11%	-30%	30%	N	
		2786-3	1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027 31/12/2027	744,600	967,980	MWh	0,11%	-30%	30%		
		2786-3	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028 31/12/2028	878,400	1.141,920	MWh	0,13%	-30%	30%		
	33.781.055/0001-35 SE/CO	2786-3	1.1 Ano II - Energia Convencional	01/01/2026 31/12/2026	188.340,000	244.842,000	MWh	27,41%	-30%	30%	SE/CO	
		2786-3	1.2 Ano III - Energia Convencional	01/01/2027 31/12/2027	205.860,000	267.618,000	MWh	29,96%	-30%	30%		
2786-3		1.3 Ano IV- E Energia Convencional	01/01/2028 31/12/2028	210.816,000	274.060,800	MWh	30,68%	-30%	30%			
ENERGIA TOTAL					687.102,000	893.232,000	MWh					
LOTE 2	BAHIA				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	
	Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento									
	33.781.055/0006-40 - NE	2786-3	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026 31/12/2026	3.504,000	4.555,000	MWh	29,60%	-40%	30%	NE	
		2786-3	1.2 Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027 31/12/2027	3.942,000	5.125,000	MWh	33,30%	-40%	30%		
		2786-3	1.3 Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028 31/12/2028	4.392,000	5.709,000	MWh	37,10%	-40%	30%		
ENERGIA TOTAL					11.838,000	15.389,000	MWh					

LOTE 3	MINAS GERAIS					Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	
	Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento									
	Item 1 - 33.781.055/0008-01 - SE/CO	2786-3	1.1	Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	2.452,800	3.188,000	MWh	33,30%	-30%	30%	SE/CO
		2786-3	1.2	Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	2.452,800	3.188,000	MWh	33,30%	-30%	30%	
2786-3		1.3	Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	2.459,520	3.198,000	MWh	33,39%	-30%	30%		
ENERGIA TOTAL						7.365,120	9.574,000	MWh					
LOTE 4	CEARA					Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em Mwmédios	% Representatividade no Total de Energia Contratada	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	
	Produto		Início do Suprimento	Fim do Suprimento									
	Item 1 - 33.781.055/0067-61 - NE	2786-3	1.1	Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	9.532,800	12.394,000	MWh	29,48%	-40%	30%	NE
		2786-3	1.2	Ano II- Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	11.388,000	14.804,000	MWh	35,21%	-40%	30%	
2786-3		1.3	Ano III- Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	11.419,200	14.844,000	MWh	35,31%	-40%	30%		
ENERGIA TOTAL						32.340,000	42.042,000	MWh					
TOTAL ENERGIA						738.645,120	960.237,000	MWh					

1.2. Objeto da Contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE EM MWh	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de energia elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL) - Lote I (DF, RJ, MS, RO e AM)	27863	Unidade	893.232	R\$	R\$
2	Fornecimento de energia elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL) - Lote II (BA)	27863	Unidade	15.389	R\$	R\$

3	Fornecimento de energia elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL) - Lote III (MG)	27863	Unidade	9.574	R\$	R\$
4	Fornecimento de energia elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL) - Lote IV (CE)	27863	Unidade	42.042	R\$	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **03 (três) anos, contados do documento de Ordem de Início do Contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin)

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.1.1. A Matriz de Gerenciamento de Riscos da contratação encontra-se inserida sob o doc. SEI 5238938.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação e de R\$ XXXX (XXXXXX), perfazendo o valor total de R\$ XXXX (XXXXXX).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **1 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso.

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

11.1.1. Não serão aceitas garantias prestadas por instituições financeiras não autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como garantias efetuadas por seguradoras não credenciadas junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O Contrato poderá ser extinto conforme as previsões contidas nos itens 4.40. a 4.48. do Termo de Referência (doc. SEI 5301019).

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 254462 - COGIC

II. Fonte de Recursos: 1002000000

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa: 339039

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

16.1. A regularidade da CONTRATADA foi aferida conforme consulta ao SICAF, CNDT, CEIS, CNJ, TCU e CADIN em XX/XX/2025, conforme certidões inseridas autos (SEI nº XXXXX).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro e Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Rio de Janeiro, datado e assinado eletronicamente.

PELA FIOCRUZ:

Ana Beatriz Alves Cuzzatti

Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi

Fundação Oswaldo Cruz

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

Empresa

TESTEMUNHAS:

1)

2)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE GOMES MARQUES**, Gestor^(a) de Contratos - GECONT/CAD/COGIC, em 13/08/2025, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5311815** e o código CRC **5ABA9E80**.

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
37/2025	THAISA DO CARMO RIBEIRO SANTOS	28/04/2025 09:35
Objeto da Matriz de Riscos		
Fornecimento de Energia Elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade Varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL)		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Pregão de fornecimento de energia através do modelo(s) escolhido(s) de requisitos da contratação insuficiente na especificação técnica dos serviços.	Equipe de planejamento com baixa experiência em contratação;	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Em caso de fracasso na licitação por falha no planejamento (Termo de Referência descrevendo um escopo de serviços não oferecido pelo mercado, preço de referência da contratação estimado de forma inadequada, prospecção de fornecedores insuficiente, etc) acarretarão na necessidade de abertura de novo processo licitatório.					
Ações Preventivas						
P-01	Suporte de Consultoria contratada que detém alta expertise no tema objeto deste contrato, com profundo conhecimento dos aspectos regulatórios a ela relacionado			Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA		
Ações de Contingência						
C-01	Renovação do contrato vigente.			Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Alterações na regulamentação da comercialização de energia elétrica	Mudança nas regras de comercialização da podem acarretar em modificação nos encargos setoriais ou outra forma de desequilíbrio na execução do contrato.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Na ocorrência desta situação, a mesma deverá ser avaliada caso a caso para definição do procedimento a ser adotado.					
Ações Preventivas						
P-01	A Consultoria contratada detém alta expertise no tema objeto deste contrato, com profundo conhecimento dos aspectos regulatórios a ela relacionado. Em caso de alteração da legislação o Termo de Referência deverá adequar-se às alterações.			Responsáveis: HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Acompanhamento das consultas públicas e das propostas de mudanças relacionadas ao tema para antecipar eventuais desequilíbrios.			Responsáveis: EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Questionamentos no certame (impugnações, recursos) por parte de pretendos fornecedores e	Ausência de clareza nos pré requisitos da contratação	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	

órgãos de controle externo.

Impactos

1 Atraso no início da prestação dos serviços

Ações Preventivas

P-01 ETP e TR elaborados com qualidade pela equipe de planejamento.

Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA, THAISA DO CARMO RIBEIRO SANTOS, CLARISSA FERREIRA ALMEIDA SALLES, LIDIANE CABRAL JOTHA TEIXEIRA, SONIA MARIA DE JESUS DA ROCHA, LETICIA OLIVEIRA CAMPOS

Ações de Contingência

C-01 Contratação de uma empresa de consultoria para auxiliar na elaboração do termo de referência e edital de contratação de energia, assim como no auxílio na elucidação de dúvidas relacionadas ao processo.

Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Descumprimento dos prazos de pagamento ou ausência do mesmo.	Falta de disponibilidade orçamentária ou Insuficiência de recursos orçamentários.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos

1 Acionamento da garantia financeira e rescisão contratual.

Ações Preventivas

P-01 Realizar o pagamento até a data pactuada, o descumprimento poderá resultar em rescisão contratual com penalidade.

Responsáveis: HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA

Ações de Contingência

C-01 Cabendo a FIOCRUZ a apresentação de Garantia Financeira a Contratada, a mesma poderá acionar a Garantia até que a FIOCRUZ regularize sua inadimplência.

Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Descumprimento dos prazos pactuados pelo edital.	Não apresentar prazos bem definidos para executar todas as ações, como o faturamento e registros da energia.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	

Impactos

1 Resultado financeiro inferior ao ACL

Ações Preventivas

P-01 Apresentar prazos bem definidos para executar todas as ações, como o faturamento e registros da energia.

Responsáveis: HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA

Ações de Contingência

C-01 Acompanhamento das etapas que envolvem prazo e notificação em caso de descumprimentos, sucedidos por aplicação de penalidades em caso de reincidência.

Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Restrição orçamentária por parte do Governo Federal	Falta de disponibilidade orçamentária ou Insuficiência de recursos orçamentários.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos

1 Não contratação do objeto.

Ações Preventivas

P-01 Alinhamento com o Planejamento Estratégico da Instituição.

Responsáveis: HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA

Ações de Contingência

C-01 Elaborar e repassar à coordenação do CEM/COGIC a análise de riscos e impactos para a Instituição em caso de não contratação do escopo, para avaliação em instâncias superiores, sobre a possibilidade de remanejamento de recursos do

Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Falência, insolvência ou quebra contratual pela Contratada	Falência, insolvência ou quebra contratual pela Contratada.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Interrupção imediata do Contrato; Falha na prestação dos serviços; Não execução do fornecimento de energia; impacto nas atividades fins da Fiocruz.					
Ações Preventivas						
P-01	Verificar antecipadamente com a Contratada a disponibilidade de recursos e capacidade de fornecimento de energia conforme previsto no Edital			Responsáveis: HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Contratação emergencial de outra comercializadora de energia.			Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Sistema de Medição para Faturamento (SMF) inadequado ou apresentando falha técnica com necessidade de reparo.	O SMF instalado na entrada de energia das unidades da FIOCRUZ, para registro e leitura dos dados de consumo, devem ser compatível com o padrão estabelecido para operar no ACL, necessariamente.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Atraso no início da prestação dos serviços					
Ações Preventivas						
P-01	Solicitação de vistoria e parecer da distribuidora local para os primeiros ativos de medição a migrarem, atestando não haver adequações pendentes para sua operação no ACL.			Responsável: EDUARDO MARQUES BEZERRA		DAVIDSON
Ações de Contingência						
C-01	Solicitação com antecedência de vistoria por parte da distribuidora, no intuito de averiguar a necessidade ou não de ações corretivas.			Responsável: EDUARDO MARQUES BEZERRA		DAVIDSON

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Necessidade de adiamento do início da vigência contratual devido ao atraso na migração.	Para cumprir com todos os requisitos necessários à execução do contrato de compra de energia no ambiente livre (CCEAL), a FIOCRUZ deverá estar sem nenhuma pendência com a distribuidora.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Resultado financeiro inferior ao ACL					
Ações Preventivas						
P-01	Estudos de estimativas de crescimento das unidades com as informações das unidades referente ao crescimento e aumento de demanda de energia.			Responsável: EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA		
Ações de Contingência						
C-01	A estimativa de consumo para os próximos anos teve base na expectativa de consumo individualizada de cada unidade.			Responsável: EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Estimativas inadequadas dos montantes mensais de energia contratada.	Os montantes mensais de energia efetivamente consumida podem apresentar desvio acima do esperado com relação aos montantes contratados.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Resultado financeiro inferior ao ACL					
Ações Preventivas						
P-01	Estudos de estimativas de crescimento das unidades com as informações das unidades referente ao crescimento e aumento de demanda de energia.			Responsável: EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA		
Ações de Contingência						
C-01	A estimativa de consumo para os próximos anos teve base na expectativa de consumo individualizada de cada unidade.			Responsável: EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Oscilações no preço de mercado da energia elétrica	Os fatores de influência na formação do preço de energia elétrica podem impactar				

R-11	devido aos fatores no valor médio praticado no mercado para mercadológicos e comercialização do insumo. No entanto o climáticos que preço de mercado não afeta as relação impactem na pactuada em contrato. relação entre oferta e demanda.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	
Impactos					
1	Resultado financeiro inferior ao ACL				
Ações Preventivas					
P-01	O contrato de longo prazo tem como o objetivo de afastar o risco atrelado à volatilidade. Também é assumido que a Contratada, empresa especializada no ramo correspondente ao objeto deste certame, detendo agilidade para mitigar os riscos decorrentes das variações do mercado.			Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA	
Ações de Contingência					
C-01	A responsabilidade do fornecimento de Energia a Longo Prazo cabe a Contratada, independentemente, dos fatores mercadológicos. Uma vez que a oferta e precificação foi de responsabilidade da mesma.			Responsáveis: HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P) Nº Item
R-12	Elevação dos custos da contratada em decorrência de sua estratégia comercial adquirida pela comercializadora, a expõe de aquisição do ao risco de, para poder honrar seus portfólio de energia, compromissos de fornecimento de energia, necessários para ser forçada a adquirir novos montantes a cumprimento do preços elevados. contrato.	A venda de energia futura em montantes superiores ao portfólio de energia já	Gestão de Contrato	Contratada	Médio
Impactos					
1	Resultado financeiro inferior ao ACL				
Ações Preventivas					
P-01	A estratégia comercial da contratada é responsabilidade única e exclusiva da mesma, e não se constituem em motivação para reequilíbrio financeiro do contrato.			Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA	
Ações de Contingência					
C-01	Já estando previamente contrato, a Comercializadora é responsável pela entrega e comercialização ao preço já fixado em contrato.			Responsáveis: HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P) Nº Item
R-13	Elevação extraordinária e imprevisível dos custos associados aos encargos setoriais em decorrência de elevação atípica do custo marginal de operação (CMO)	Mudanças políticas e regulatórias podem influenciar nos valores e/ou na geração da matriz energética, que poderá ser repassada aos consumidores.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo
Impactos					
1	Resultado financeiro inferior ao ACL				
Ações Preventivas					
P-01	Na ocorrência desta situação, a unidade e comercializadora não atribui direitos de escolha contrarias, uma vez que as mudanças são determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).			Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA	
Ações de Contingência					
C-01	Acompanhamento mercadológico quanto ao panorama de geração e consumo de energia no Sistema Interligado Nacional e aos encargos setoriais.			Responsável: EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA	
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P) Nº Item
R-14	Alterações na legislação tributária que impactem em desequilíbrio financeiro na execução contratual	Alteração na legislação tributária podem alterar o equilíbrio econômico e financeiro do relacionamento contratual.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo
Impactos					
1	Resultado financeiro inferior ao ACL				
Ações Preventivas					

P-01	O ônus tributário decorre do fato gerador que é o consumo, e acontecerá em ambos os ambientes, cativo e livre.	Responsáveis: HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA
------	--	---

Ações de Contingência		
C-01	Acompanhamento das consultas públicas e das propostas de mudanças relacionadas ao tema para antecipar eventuais desequilíbrios.	Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-15	Alterações da legislação não previstas nos demais itens desta matriz de riscos	Alterações na legislação podem impactar nos preços do insumo	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos	
1	Resultado financeiro inferior ao ACL
Ações Preventivas	
P-01	Na ocorrência desta situação, a mesma deverá ser avaliada caso a caso para definição do procedimento a ser adotado.
	Responsáveis: HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA

Ações de Contingência		
C-01	Acompanhamento das consultas públicas e das propostas de mudanças relacionadas ao tema para antecipar eventuais desequilíbrios.	Responsável: EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-16	Falhas nos registros de dados do contrato junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	Os dados apurados na execução de contratual, tais como balanço energético, devem ser registrados na CCEE.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	

Impactos	
1	Resultado financeiro inferior ao ACL
Ações Preventivas	
P-01	Trando-se do modelo Varejista, é de obrigação que a contratada registre os vounmes corretos transacionados. Uma vez que a Fiocruz será representada pela Contratada na CCEE.
Ações de Contingência	
C-01	Sabendo de todas as responsabilidades destinadas a Comercializadora, a FIOCRUZ poderá acompanhar os registros realizados.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-17	Descumprimento dos compromissos assumidos perante a CCEE	A Comercializadora está aderindo a CCEE e deverá cumprir os compromissos estabelecidos nas regras e procedimentos de comercialização.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	

Impactos	
1	Resultado financeiro inferior ao ACL
Ações Preventivas	
P-01	A documentação solicitada para comprovação de habilitação técnica da contratada atesta que esta conhece e está cumprindo com os compromissos assumidos perante a CCEE.
Ações de Contingência	
C-01	Aplicação de Multas e Sanções previstas no TR

Responsável: EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA	
--	--

Responsáveis: THAISA DO CARMO RIBEIRO	
--	--

C-01	Aplicação de Multas e Sanções previstas no TR			Responsáveis: THAISA DO CARMO RIBEIRO SANTOS, CLARISSA FERREIRA ALMEIDA SALLES, LIDIANE CABRAL JOTHA TEIXEIRA, SONIA MARIA DE JESUS DA ROCHA, LETICIA OLIVEIRA CAMPOS		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-18	Descumprimento ou atraso na apresentação garantia	A prestação do serviço é amparada por uma garantia oferecida pela FIOCRUZ. Deve haver amparo durante todo o período contratual.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Atraso no início da prestação dos serviços					
Ações Preventivas						
P-01	Manter válida, durante toda a vigência contratual, garantia financeira em valor			LUIZ FERNANDO DA SILVA,		

suficiente para cobrir até 3 faturas mensais, nos termos estabelecidos no Termo de Referência. **Responsáveis:** BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

Ações de Contingência		
C-01	Ao se aproximar do período de apresentação da garantia, cabe a FIOCRUZ dar celeridade no processo e estar ciente dos procedimentos, já realizados.	Responsáveis: HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, LUIZ FERNANDO DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-19	Danos decorrentes de eventuais intercorrências no suprimento físico de energia elétrica a FIOCRUZ	A interrupção no suprimento de energia elétrica por falhas na rede física, a ocorrência de distúrbios elétricos ou outros desvios em relação aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANEEL podem ocasionar perdas e danos.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

Impactos	
1	Falha na prestação dos serviços; Não execução do fornecimento de energia; impacto nas atividades fins da Fiocruz

Ações Preventivas		
P-01	A responsabilidade sobre a continuidade e qualidade da energia entregue fisicamente à FIOCRUZ, até o ponto de entrada/relógio da distribuidora, é da distribuidora local, sendo escopo do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição.	Responsáveis: LUIZ FERNANDO DA SILVA, BRUNO AMORIM DE SOUZA, HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA

Ações de Contingência		
C-01	Acompanhar o fornecimento de Energia, a fim de investigar possíveis ocorrências de interrupções, junto a eventuais manutenções preventivas na subestação.	Responsável: EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA
Equipe de apoio

EDUARDO DAVIDSON MARQUES BEZERRA
Apoio Técnico

THAISA DO CARMO RIBEIRO SANTOS
Apoio Administrativo

CLARISSA FERREIRA ALMEIDA SALLES

Apoio Administrativo

LIDIANE CABRAL JOTHA TEIXEIRA

Apoio Administrativo

SONIA MARIA DE JESUS DA ROCHA

Apoio Administrativo

LETICIA OLIVEIRA CAMPOS

Apoio Administrativo

Equipe de Gestor/Fiscal do Contrato

LUIZ FERNANDO DA SILVA

Gestor

BRUNO AMORIM DE SOUZA

Fiscal

INSTRUÇÃO PROCESSUAL**INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR AO TERMO DE REFERÊNCIA 71/2025**

Em atenção a solicitação do Serviço de Compras, foi necessário realizar ajuste na quantidade de kW aplicados na tabela do Item 1.1 do Termo de Referência doc. SEI 5301019, devido a necessidade de adequação do sistema de compras. Devendo ser considerada como válidas as informações contidas na tabela abaixo.

Lote	Descrição do Material	Unid.	Qtde.	Valor Unitário	Valor do Lote
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MEIO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), DE FONTE 100% RENOVÁVEL - RJ, DF, AM, MS e RO.	kW	893.232	SIGILOS	SIGILOS
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MEIO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), DE FONTE 100% RENOVÁVEL - BA	kW	15.389	SIGILOS	SIGILOS
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MEIO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), DE FONTE 100% RENOVÁVEL - MG	kW	9.574	SIGILOS	SIGILOS
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MEIO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), DE FONTE 100% RENOVÁVEL - CE.	kW	42.042	SIGILOS	SIGILOS

Rio de Janeiro, assinado e datado eletronicamente,

Atenciosamente,

Bruno Amorim de Souza

Gestor de Inovação e Planejamento (GPI)

Coordenação de Engenharia de Manutenção (CEM)

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC)

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Luiz Fernando da Silva

Coordenador de Engenharia da Manutenção (CEM)

Coordenação de Engenharia da Manutenção (CEM)

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC)

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO AMORIM DE SOUZA, Técnico em Saúde Pública**, em 13/08/2025, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5309637** e o código CRC **065E9F14**.

Referência: Processo nº 25389.000074/2025-26

SEI nº 5309637

ANEXO I

REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O Anexo I do presente Termo de Referência denominado "Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)" só será aplicável para os casos em que restar configurada a contratação de pequeno valor, nos termos do artigo 95, inciso I, da Lei 14.133/2021 ou em que forem caracterizadas aquisições com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor, nos termos do artigo 95, inciso II, da Lei nº14.133/221.

1.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. . O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 2 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 2 (dois) meses.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as

despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Não será necessário manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A11]

4.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.21. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.22. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.23. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.27. Realizar os serviços nos seguintes locais:

Lote I:

Item 1 do Lote I: Submercado Sudeste/Centro-Oeste

Unidade Consumidora: 10391436

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Via L3 Norte GB a SC 4 UNB – Brasília/ DF

Unidade Consumidora: 400359327 (CTM – FARMANGUINHOS)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: AV. Comd Guarany 447 – Taquara/ RJ

Unidade Consumidora: 400028703 (IFF)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: AV Rui Barbosa, 716 FD - Flamengo - Rio De Janeiro, RJ

Unidade Consumidora: 400081779 (CRPHF)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Est Curicica 2000 Curicica - Rio De Janeiro, RJ

Unidade Consumidora: 420754235 (CFMA)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: R Sampaio Correa 1 Curicica - Rio De Janeiro, RJ

Unidade Consumidora: MS

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Av. Rádio Maia, 830, Vila Popular, Campo Grande – MS

Unidade Consumidora: RO

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Rodovia BR, 364, Zona Rural, Porto Velho - RO

Item 2 do Lote I: Submercado Norte

Unidade Consumidora: 0484383-5

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: Rua Terezina, 476 – Adrianópolis – AM

Item 3 do Lote I: Submercado Sudeste/Centro Oeste

Unidade Consumidora: 400092258 (MANGUINHOS-MARE)

CNPJ: 33.781.055/0001-35

Endereço: AV BRASIL 4365, São Cristóvão - Rio De Janeiro, RJ

Lote II:

Item 1 do Lote II: Submercado Nordeste

Unidade Consumidora: 4919172

CNPJ: 33.781.055/0006-40

Endereço: Rua Waldemar Falcão, 121 - BA

Lote III:

Item 1 do Lote III: Submercado Sudeste/Centro-Oeste

Unidade Consumidora: 3009015713

CNPJ: 33.781.055/0008-01

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715 – Centro - Belo Horizonte - MG

Lote IV:

Item 1 do Lote IV: Submercado Nordeste

Unidade Consumidora: 9011012

CNPJ: 33.781.055/0067-61

Endereço: Rua São José, SN - CE

4.28. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos colaboradores que eventualmente adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.38. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.41. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias

de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A20]

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

6.2. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

6.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

6.2.2. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6.3. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.4.3. Indenizações e multas.

6.5. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A25]

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

O presente anexo denominado "Termo de Ciência e Concordância" só será aplicável em caso de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, na forma do art. 95, incisos I e II, da Lei n.º 14.133, de 2021, com a interpretação conferida pela Orientação Normativa AGU n.º 84, de 2024.

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO III

UNIDADES CONSUMIDORAS

Lote I / item I – INCENTIVADA 50%: Submercado Sudeste/Centro-Oeste

Unidade Consumidora: 913912
CNPJ: 33.781.055/0001-35
Endereço: Via L3 Norte GB a SC 4 UNB – Brasília, DF

Unidade Consumidora: 400359327
CNPJ: 33.781.055/0001-35
Endereço: Av. Comd Guarany 447 – Taquara, RJ

Unidade Consumidora: 400028703
CNPJ: 33.781.055/0001-35
Endereço: AV Rui Barbosa, 716 FD - Flamengo - Rio De Janeiro, RJ

Unidade Consumidora: 400081779
CNPJ: 33.781.055/0001-35
Endereço: Est Curicica 2000 Curicica - Rio De Janeiro, RJ

Unidade Consumidora: 420754235
CNPJ: 33.781.055/0001-35
Endereço: R Sampaio Correa 1 Curicica - Rio De Janeiro, RJ

Unidade Consumidora: MS
CNPJ: 33.781.055/0001-35
Endereço: Av. Rádio Maia, 830, Vila Popular, Campo Grande – MS

Unidade Consumidora: RO
CNPJ: 33.781.055/0001-35
Endereço: Rodovia BR, 364, Zona Rural, Porto Velho – RO

Lote I / Item II – INCENTIVADA 50%: Submercado Norte

Unidade Consumidora: 0484383-5
CNPJ: 33.781.055/0001-35
Endereço: Rua Terezina, 476 – Adrianópolis, AM

Lote I / Item III – CONVENCIONAL: Submercado Sudeste/Centro-Oeste

Unidade Consumidora: 400092258
CNPJ: 33.781.055/0001-35
Endereço: A. Brasil 4365, Maré - Rio De Janeiro, RJ

Lote II – INCENTIVADA 50%: Submercado Nordeste

Unidade Consumidora: 4919172
CNPJ: 33.781.055/0006-40
Endereço: Rua Waldemar Falcão, 121 – Salvador, BA

Lote III – INCENTIVADA 50%: Submercado Sudeste/Centro-Oeste

Unidade Consumidora: 3009015713

CNPJ: 33.781.055/0008-01

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715 – Belo Horizonte, MG

Lote IV – INCENTIVADA 50%: Submercado Nordeste

Unidade Consumidora: 9011012

CNPJ: 33.781.055/0067-61

Endereço: Rua São José, SN – Eusébio, CE

Respeitada as quantidades e características dispostas de cada LOTE, poderão ser adicionadas novas unidades, bem como poderá haver substituição de unidades consumidoras elencadas.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE LASTRO DE COMPRA DE ENERGIA INCENTIVADA

Declara a Licitante que a comprovação de lastro para venda se dará por meio do(s) contrato(s) de compra de energia elétrica incentivada com 50% de desconto na TUSD abaixo indicado(s), tendo como contraparte um agente gerador, com período de fornecimento compatível ao produto a ser adquirido pela FIOCRUZ. O volume de energia deve ser maior ou igual do que os montantes a serem adquiridos pela FIOCRUZ.

CliqCCEE - número de registro do contrato	Fornecimento		Tipo de Energia	Volume em MW médios
	início	término		

O preenchimento do quadro acima só terá validade mediante o envio de cópia digital do contrato físico ou cópia das telas de registro do contrato no CliqCCEE. Faculta ao Licitante disponibilizar outras informações do contrato que não o volume, o período e o tipo de energia podendo assim ocultar preço e demais itens não expressamente aqui solicitados.

_____ - _____, _____ de _____ de 2025.

Razão Social

Nome do Responsável:

Cargo:

CPF:

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE LASTRO DE GERAÇÃO DE ENERGIA INCENTIVADA

O Licitante deve listar na tabela a seguir os dados de seu parque gerador para avaliação do lastro de energia. Deverá ser informada a Garantia Física e a Potência instalada atribuídas pelo poder concedente para cada um dos empreendimentos, cuja modelagem no CliqCCEE encontra-se em nome da Licitante.

Nome do Empreendimento	UF de localização	Garantia Física	Potência Instalada
TOTAL			

_____ - _____, _____ de _____ de 2025.

Razão Social

Nome do Responsável:

Cargo:

CPF:

ANEXO VI
RESUMO DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS

LOTE I								
Condições Comerciais do Objeto - CNPJ: 33.781.055/0001-35								
			ITEM I		ITEM II		ITEM III	
PREÇO CONTRATUAL	ANO	DATA BASE	INEX.	R\$/MWh	INEX.	R\$/MWh	INEX.	R\$/MWh
	2026			R\$ -		R\$ -		R\$ -
	2027			R\$ -		R\$ -		R\$ -
	2028			R\$ -		R\$ -		R\$ -
Energia Contratada								
			ITEM I		ITEM II		ITEM III	
Período	Início	Final	MWm	MWh	MWm	MWh	MWm	MWh
jan/26	01/01/2026	31/01/2026	2,7000	2008,8000	0,0850	63,2400	21,5000	15996,000
fev/26	01/02/2026	28/02/2026	2,7000	1814,4000	0,0850	57,1200	21,5000	14448,000
mar/26	01/03/2026	31/03/2026	2,7000	2008,8000	0,0850	63,2400	21,5000	15996,000
abr/26	01/04/2026	30/04/2026	2,7000	1944,0000	0,0850	61,2000	21,5000	15480,000
mai/26	01/05/2026	31/05/2026	2,7000	2008,8000	0,0850	63,2400	21,5000	15996,000
jun/26	01/06/2026	30/06/2026	2,7000	1944,0000	0,0850	61,2000	21,5000	15480,000
jul/26	01/07/2026	31/07/2026	2,7000	2008,8000	0,0850	63,2400	21,5000	15996,000
ago/26	01/08/2026	31/08/2026	2,7000	2008,8000	0,0850	63,2400	21,5000	15996,000
set/26	01/09/2026	30/09/2026	2,7000	1944,0000	0,0850	61,2000	21,5000	15480,000
out/26	01/10/2026	31/10/2026	2,7000	2008,8000	0,0850	63,2400	21,5000	15996,000
nov/26	01/11/2026	30/11/2026	2,7000	1944,0000	0,0850	61,2000	21,5000	15480,000
dez/26	01/12/2026	31/12/2026	2,7000	2008,8000	0,0850	63,2400	21,5000	15996,000
jan/27	01/01/2027	31/01/2027	3,2000	2380,8000	0,0850	63,2400	23,5000	17484,000
fev/27	01/02/2027	28/02/2027	3,2000	2150,4000	0,0850	57,1200	23,5000	15792,000
mar/27	01/03/2027	31/03/2027	3,2000	2380,8000	0,0850	63,2400	23,5000	17484,000
abr/27	01/04/2027	30/04/2027	2,9000	2088,0000	0,0850	61,2000	23,5000	16920,000
mai/27	01/05/2027	31/05/2027	2,9000	2157,6000	0,0850	63,2400	23,5000	17484,000
jun/27	01/06/2027	30/06/2027	2,9000	2088,0000	0,0850	61,2000	23,5000	16920,000
jul/27	01/07/2027	31/07/2027	2,9000	2157,6000	0,0850	63,2400	23,5000	17484,000
ago/27	01/08/2027	31/08/2027	2,9000	2157,6000	0,0850	63,2400	23,5000	17484,000
set/27	01/09/2027	30/09/2027	2,9000	2088,0000	0,0850	61,2000	23,5000	16920,000
out/27	01/10/2027	31/10/2027	2,9000	2157,6000	0,0850	63,2400	23,5000	17484,000
nov/27	01/11/2027	30/11/2027	2,9000	2088,0000	0,0850	61,2000	23,5000	16920,000
dez/27	01/12/2027	31/12/2027	3,1000	2306,4000	0,0850	63,2400	23,5000	17484,000
jan/28	01/01/2028	31/01/2028	3,4000	2529,6000	0,1000	74,4000	24,0000	17856,000
fev/28	01/02/2028	29/02/2028	3,4000	2366,4000	0,1000	69,6000	24,0000	16704,000
mar/28	01/03/2028	31/03/2028	3,4000	2529,6000	0,1000	74,4000	24,0000	17856,000
abr/28	01/04/2028	30/04/2028	3,4000	2448,0000	0,1000	72,0000	24,0000	17280,000
mai/28	01/05/2028	31/05/2028	3,4000	2529,6000	0,1000	74,4000	24,0000	17856,000
jun/28	01/06/2028	30/06/2028	3,4000	2448,0000	0,1000	72,0000	24,0000	17280,000

jul/28	01/07/2028	31/07/2028	3,4000	2529,6000	0,1000	74,4000	24,0000	17856,000
ago/28	01/08/2028	31/08/2028	3,4000	2529,6000	0,1000	74,4000	24,0000	17856,000
set/28	01/09/2028	30/09/2028	3,4000	2448,0000	0,1000	72,0000	24,0000	17280,000
out/28	01/10/2028	31/10/2028	3,4000	2529,6000	0,1000	74,4000	24,0000	17856,000
nov/28	01/11/2028	30/11/2028	3,4000	2448,0000	0,1000	72,0000	24,0000	17280,000
dez/28	01/12/2028	31/12/2028	3,4000	2529,6000	0,1000	74,4000	24,0000	17856,000
Parâmetros de Faturamento								
			ITEM I		ITEM II		ITEM III	
Período	Ano		Inferior	Superior	MWm	MWh	MWm	MWh
Flexibilidades	2026		-30%	30%	-30%	30%	-30%	30%
	2027		-30%	30%	-30%	30%	-30%	30%
	2028		-30%	30%	-30%	30%	-30%	30%
Sazonalidade	2026		-10%	10%	-10%	10%	-10%	10%
	2027		-10%	10%	-10%	10%	-10%	10%
	2028		-10%	10%	-10%	10%	-10%	10%

LOTE II				
Condições Comerciais do Objeto - CNPJ: 33.781.055/0006-40				
			ITEM I	
PREÇO CONTRATUAL	ANO	DATA BASE	INEXADOR	R\$/MWh
	2026			R\$ -
	2027			R\$ -
	2028			R\$ -
Energia Contratada				
			ITEM I	
Período	Início	Final	MWm	MWh
jan/26	01/01/2026	31/01/2026	0,4000	297,6000
fev/26	01/02/2026	28/02/2026	0,4000	268,8000
mar/26	01/03/2026	31/03/2026	0,4000	297,6000
abr/26	01/04/2026	30/04/2026	0,4000	288,0000
mai/26	01/05/2026	31/05/2026	0,4000	297,6000
jun/26	01/06/2026	30/06/2026	0,4000	288,0000
jul/26	01/07/2026	31/07/2026	0,4000	297,6000
ago/26	01/08/2026	31/08/2026	0,4000	297,6000
set/26	01/09/2026	30/09/2026	0,4000	288,0000
out/26	01/10/2026	31/10/2026	0,4000	297,6000
nov/26	01/11/2026	30/11/2026	0,4000	288,0000
dez/26	01/12/2026	31/12/2026	0,4000	297,6000
jan/27	01/01/2027	31/01/2027	0,4500	334,8000
fev/27	01/02/2027	28/02/2027	0,4500	302,4000
mar/27	01/03/2027	31/03/2027	0,4500	334,8000
abr/27	01/04/2027	30/04/2027	0,4500	324,0000
mai/27	01/05/2027	31/05/2027	0,4500	334,8000

jun/27	01/06/2027	30/06/2027	0,4500	324,0000
jul/27	01/07/2027	31/07/2027	0,4500	334,8000
ago/27	01/08/2027	31/08/2027	0,4500	334,8000
set/27	01/09/2027	30/09/2027	0,4500	324,0000
out/27	01/10/2027	31/10/2027	0,4500	334,8000
nov/27	01/11/2027	30/11/2027	0,4500	324,0000
dez/27	01/12/2027	31/12/2027	0,4500	334,8000
jan/28	01/01/2028	31/01/2028	0,5000	372,0000
fev/28	01/02/2028	29/02/2028	0,5000	348,0000
mar/28	01/03/2028	31/03/2028	0,5000	372,0000
abr/28	01/04/2028	30/04/2028	0,5000	360,0000
mai/28	01/05/2028	31/05/2028	0,5000	372,0000
jun/28	01/06/2028	30/06/2028	0,5000	360,0000
jul/28	01/07/2028	31/07/2028	0,5000	372,0000
ago/28	01/08/2028	31/08/2028	0,5000	372,0000
set/28	01/09/2028	30/09/2028	0,5000	360,0000
out/28	01/10/2028	31/10/2028	0,5000	372,0000
nov/28	01/11/2028	30/11/2028	0,5000	360,0000
dez/28	01/12/2028	31/12/2028	0,5000	372,0000

Parâmetros de Faturamento

		ITEM I	
Período	Ano	Inferior	Superior
Flexibilidades	2026	-40%	30%
	2027	-40%	30%
	2028	-40%	30%
Sazonalidade	2026	-10%	10%
	2027	-10%	10%
	2028	-10%	10%

LOTE III

Condições Comerciais do Objeto - CNPJ: 33.781.055/0008-01

			ITEM I	
PREÇO CONTRATUAL	ANO	DATA BASE	INEXADOR	R\$/MWh
	2026			R\$ -
	2027			R\$ -
	2028			R\$ -

Energia Contratada

			ITEM I	
Período	Início	Final	MWm	MWh
jan/26	01/01/2026	31/01/2026	0,2800	208,3200
fev/26	01/02/2026	28/02/2026	0,2800	188,1600
mar/26	01/03/2026	31/03/2026	0,2800	208,3200
abr/26	01/04/2026	30/04/2026	0,2800	201,6000

mai/26	01/05/2026	31/05/2026	0,2800	208,3200
jun/26	01/06/2026	30/06/2026	0,2800	201,6000
jul/26	01/07/2026	31/07/2026	0,2800	208,3200
ago/26	01/08/2026	31/08/2026	0,2800	208,3200
set/26	01/09/2026	30/09/2026	0,2800	201,6000
out/26	01/10/2026	31/10/2026	0,2800	208,3200
nov/26	01/11/2026	30/11/2026	0,2800	201,6000
dez/26	01/12/2026	31/12/2026	0,2800	208,3200
jan/27	01/01/2027	31/01/2027	0,2800	208,3200
fev/27	01/02/2027	28/02/2027	0,2800	188,1600
mar/27	01/03/2027	31/03/2027	0,2800	208,3200
abr/27	01/04/2027	30/04/2027	0,2800	201,6000
mai/27	01/05/2027	31/05/2027	0,2800	208,3200
jun/27	01/06/2027	30/06/2027	0,2800	201,6000
jul/27	01/07/2027	31/07/2027	0,2800	208,3200
ago/27	01/08/2027	31/08/2027	0,2800	208,3200
set/27	01/09/2027	30/09/2027	0,2800	201,6000
out/27	01/10/2027	31/10/2027	0,2800	208,3200
nov/27	01/11/2027	30/11/2027	0,2800	201,6000
dez/27	01/12/2027	31/12/2027	0,2800	208,3200
jan/28	01/01/2028	31/01/2028	0,2800	208,3200
fev/28	01/02/2028	29/02/2028	0,2800	194,8800
mar/28	01/03/2028	31/03/2028	0,2800	208,3200
abr/28	01/04/2028	30/04/2028	0,2800	201,6000
mai/28	01/05/2028	31/05/2028	0,2800	208,3200
jun/28	01/06/2028	30/06/2028	0,2800	201,6000
jul/28	01/07/2028	31/07/2028	0,2800	208,3200
ago/28	01/08/2028	31/08/2028	0,2800	208,3200
set/28	01/09/2028	30/09/2028	0,2800	201,6000
out/28	01/10/2028	31/10/2028	0,2800	208,3200
nov/28	01/11/2028	30/11/2028	0,2800	201,6000
dez/28	01/12/2028	31/12/2028	0,2800	208,3200
Parâmetros de Faturamento				
			ITEM I	
Período	Ano	Inferior	Superior	
Flexibilidades	2026	-30%	30%	
	2027	-30%	30%	
	2028	-30%	30%	
Sazonalidade	2026	-10%	10%	
	2027	-10%	10%	
	2028	-10%	10%	

LOTE IV				
Condições Comerciais do Objeto - CNPJ: 33.781.055/0067-61				
			ITEM I	
PREÇO CONTRATUAL	ANO	DATA BASE	INEXADOR	R\$/MWh
	2026			R\$ -
	2027			R\$ -
	2028			R\$ -
Energia Contratada				
			ITEM I	
Período	Início	Final	MWm	MWh
jan/26	01/01/2026	31/01/2026	0,9000	669,6000
fev/26	01/02/2026	28/02/2026	0,9500	638,4000
mar/26	01/03/2026	31/03/2026	1,0000	744,0000
abr/26	01/04/2026	30/04/2026	1,0500	756,0000
mai/26	01/05/2026	31/05/2026	1,1000	818,4000
jun/26	01/06/2026	30/06/2026	1,1500	828,0000
jul/26	01/07/2026	31/07/2026	1,1500	855,6000
ago/26	01/08/2026	31/08/2026	1,1500	855,6000
set/26	01/09/2026	30/09/2026	1,1500	828,0000
out/26	01/10/2026	31/10/2026	1,1500	855,6000
nov/26	01/11/2026	30/11/2026	1,1500	828,0000
dez/26	01/12/2026	31/12/2026	1,1500	855,6000
jan/27	01/01/2027	31/01/2027	1,3000	967,2000
fev/27	01/02/2027	28/02/2027	1,3000	873,6000
mar/27	01/03/2027	31/03/2027	1,3000	967,2000
abr/27	01/04/2027	30/04/2027	1,3000	936,0000
mai/27	01/05/2027	31/05/2027	1,3000	967,2000
jun/27	01/06/2027	30/06/2027	1,3000	936,0000
jul/27	01/07/2027	31/07/2027	1,3000	967,2000
ago/27	01/08/2027	31/08/2027	1,3000	967,2000
set/27	01/09/2027	30/09/2027	1,3000	936,0000
out/27	01/10/2027	31/10/2027	1,3000	967,2000
nov/27	01/11/2027	30/11/2027	1,3000	936,0000
dez/27	01/12/2027	31/12/2027	1,3000	967,2000
jan/28	01/01/2028	31/01/2028	1,3000	967,2000
fev/28	01/02/2028	29/02/2028	1,3000	904,8000
mar/28	01/03/2028	31/03/2028	1,3000	967,2000
abr/28	01/04/2028	30/04/2028	1,3000	936,0000
mai/28	01/05/2028	31/05/2028	1,3000	967,2000
jun/28	01/06/2028	30/06/2028	1,3000	936,0000
jul/28	01/07/2028	31/07/2028	1,3000	967,2000
ago/28	01/08/2028	31/08/2028	1,3000	967,2000
set/28	01/09/2028	30/09/2028	1,3000	936,0000
out/28	01/10/2028	31/10/2028	1,3000	967,2000
nov/28	01/11/2028	30/11/2028	1,3000	936,0000

dez/28	01/12/2028	31/12/2028	1,3000	967,2000
Parâmetros de Faturamento				
			ITEM I	
Período	Ano	Inferior	Superior	
Flexibilidades	2026	-40%	30%	
	2027	-40%	30%	
	2028	-40%	30%	
Sazonalidade	2026	-10%	10%	
	2027	-10%	10%	
	2028	-10%	10%	

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Objeto: Fornecimento de Energia Elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade Varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para o suprimento de 12 (doze) unidades consumidoras (UC) da Fiocruz.
Nº do Processo Administrativo: 25389.000074/2025-26

LOTE 1	MATRIZ				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em MWh Médios	Representatividade e no Total de Energia	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	Preço Unitário R\$/MWh	Preço Médio R\$/MWh	Total R\$
	Item	Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento										
	33.781.055/0001-35 SEICO	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	23.652,000	30.747.600	MWh	3,44%	-30%	30%	SEICO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	26.200,800	34.061,040	MWh	3,81%	-30%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00
		1.3 Ano III - Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	29.865,600	38.825,280	MWh	4,35%	-30%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00
	33.781.055/0001-35 NORTE	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	744,600	967,980	MWh	0,11%	-30%	30%	N	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	744,600	967,980	MWh	0,11%	-30%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00
		1.3 Ano III - Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	678,400	1.141,920	MWh	0,13%	-30%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00
	33.781.055/0001-35 SEICO	1.1 Ano II - Energia Convencional	01/01/2026	31/12/2026	188.340,000	244.842,000	MWh	27,41%	-30%	30%	SEICO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		1.2 Ano III - Energia Convencional	01/01/2027	31/12/2027	205.860,000	267.618,000	MWh	29,96%	-30%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00
1.3 Ano IV - Energia Convencional		01/01/2028	31/12/2028	210.816,000	274.060,800	MWh	30,68%	-30%	30%	R\$ 0,00		R\$ 0,00		
ENERGIA TOTAL					667.102,000	893.232,600	MWh					R\$ -		R\$ 0,00
ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					667.102,000	893.232,600	MWh					R\$ 40,00		R\$ 35.729.304,00
TOTAL														R\$ 35.729.304,00

LOTE 2	BAHIA				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em MWh Médios	Representatividade e no Total de Energia	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	Preço Unitário R\$/MWh	Preço Médio R\$/MWh	Total R\$	
	Item	Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento											
	33.781.055/0006-40 NE	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	3.504,000	4.555,200	MWh	29,60%	-40%	30%	NE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
		1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	3.942,000	5.124,600	MWh	33,30%	-40%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
		1.3 Ano III - Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	4.392,000	5.709,600	MWh	37,10%	-40%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
	ENERGIA TOTAL					11.838,000	15.389,400	MWh					R\$ -		R\$ 0,00
	ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					11.838,000	15.389,400	MWh					R\$ 40,00		R\$ 615.576,00
	TOTAL														R\$ 615.576,00

LOTE 3	MINAS GERAIS				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em MWh Médios	Representatividade e no Total de Energia	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	Preço Unitário R\$/MWh	Preço Médio R\$/MWh	Total R\$	
	Item	Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento											
	33.781.055/0008-01 SEICO	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	2.452,800	3.188,640	MWh	33,30%	-30%	30%	SEICO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
		1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	2.452,800	3.188,640	MWh	33,30%	-30%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
		1.3 Ano III - Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	2.459,520	3.197,376	MWh	33,39%	-30%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
	ENERGIA TOTAL					7.365,120	9.574,656	MWh					R\$ -		R\$ 0,00
	ICMS SOBRE A ENERGIA (18%)												R\$ -		R\$ 0,00
	ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					7.365,120	9.574,656	MWh					R\$ 40,00		R\$ 382.986,24
	TOTAL														R\$ 382.986,24

LOTE 4	CEARA				Quantidades em MWh	Quantidades em MWh + Flex. Superior	Quantidades em MWh Médios	Representatividade e no Total de Energia	Flex. Mínima	Flex. Máxima	Submercado	Preço Unitário R\$/MWh	Preço Médio R\$/MWh	Total R\$	
	Item	Produto	Início do Suprimento	Fim do Suprimento											
	33.781.055/0067-61 NE	1.1 Ano I - Energia Incentivada 50%	01/01/2026	31/12/2026	9.532,800	12.392,640	MWh	29,48%	-40%	30%	NE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
		1.2 Ano II - Energia Incentivada 50%	01/01/2027	31/12/2027	11.388,000	14.804,400	MWh	35,21%	-40%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
		1.3 Ano III - Energia Incentivada 50%	01/01/2028	31/12/2028	11.419,200	14.844,960	MWh	35,31%	-40%	30%		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
	ENERGIA TOTAL					32.340,000	42.042,000	MWh					R\$ -		R\$ 0,00
	ICMS SOBRE A ENERGIA (20%)												R\$ -		R\$ 0,00
	ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					32.340,000	42.042,000	MWh					R\$ 40,00		R\$ 1.881.680,00
	TOTAL														R\$ 1.881.680,00

TOTAL ENERGIA														R\$ 0,00
ICMS SOBRE A ENERGIA														R\$ 0,00
TOTAL ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)					738.645,120	960.238,656	MWh							R\$ 38.409.546,24
TOTAL ENERGIA + ENCARGO CCEE (REEMBOLSO)														R\$ 38.409.546,24

* Obs.: Os encargos estão sendo estimados em R\$ 40,00/MWh para fins de previsão orçamentária, no entanto, serão pagos por meio de nota de reembolso, sendo que o pagamento será o valor apurado na CCEE os quais serão integralmente repassados ao comercializador, sejam eles inferiores ou superiores ao valor estimado. No caso de encargos superiores ao valor estimado durante a execução do contrato, será elaborado termo aditivo por parte da Fiocruz a fim de atualizar os valores orçados para o período remanescente.

(A) – Preços Ofertados

(B) R\$ 40,00/MWh – Valor não passível de alteração pelo OFERTANTE

Preço Médio R\$/MWh: Preço Disputa - Preço Médio (Pr_Med) + R\$ 40,00/MWh

O valor unitário a ser ofertado refere-se ao Preço Médio (Pr_Med), obtido pela média ponderada entre o Preço Ofertado para cada ano (PrC) e a quantidade de Energia Contratada (EC) de cada ano acrescido do provisionamento de Encargos no valor de R\$ 40,00/MWh, de forma que o peso de cada ano na média, será ponderado pela quantidade de Energia Contratada (Ec_Ano) de suprimento deste, pelo período total de contrato, conforme descrito no Termo de Referência do Edital (Item 5.8.2).

A apuração do ressarcimento a título de encargos está descrita no item 5.9 deste Edital.

Notas:

- I. A licitante deverá considerar a especificação detalhada de cada produto/serviço para apresentação da proposta, nos termos deste Edital e seus anexos.
- II. Considerando que esta licitação tem como critério de julgamento o menor preço, os fornecedores deverão atender as especificações apresentadas neste Edital e seus anexos.
- III. É obrigatória a cotação de todos os itens constantes no(s) Lote(s).
- IV. O(s) valor(es) unitário(s) e total(is) ofertado(s) não poderá(ão) ter mais que duas casas decimais. Caso ocorra, a Proposta de Preço deverá ser adequada para que os referidos valores fiquem com, no máximo, duas casas decimais.
- V. Deverá apresentar o preço unitário e total em moeda corrente nacional, incluindo obrigatoriamente todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, impostos, fretes, despesas diretas e indiretas em geral e demais condições que sejam devidas em decorrência, direta e/ou indireta, do fornecimento do objeto desta licitação.
- VI. Os valores deverão ser apresentados em moeda nacional. Para aquisições em outras moedas, deverá ser feita a conversão e informar a taxa de câmbio.
- VII. **PREÇO E OUTROS ENCARGOS SETORIAIS:** O preço inclui contribuição associativa, representação na CCEE e PIS/COFINS.
- VIII. A Alíquota de ICMS não deve estar inclusa no preço ofertado. A inclusão da Alíquota de ICMS no faturamento, deverá observar a legislação Estadual vigente, caso aplicável.
- IX. O encargo de energia de reserva, encargos de serviços do sistema serão cobrados, mensalmente, através de repasses financeiros por meio de Nota de Reembolso com provisionamento de R\$ 40,00MWh o qual compõe o Preço Médio (Pr_Med) conforme disposto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Edital.
- X. Ainda que componha o preço de disputa, os ofertantes devem atentar que a estimativa orçamentária para o Encargos de Energia de Reserva fixada em R\$ 40,00/MWh não poderá ser alterada.
- XI. Caso haja criação, alteração ou extinção de encargos, após a assinatura deste, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão/adequação do Preço.
- XII. Não estão incluídos no Preço, os custos com a adequação do Sistema de Medição de Faturamento (SMF).

OBSERVAÇÃO: A proposta de preço deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa licitante e estar devidamente assinada, constando a razão social, CNPJ, endereço completo, e-mail e contatos telefônicos.

_____ - _____, _____ de _____ de 2025.

Razão Social

Nome do Responsável:

Cargo:

CPF:

ANEXO VIII
MODELO DE ORÇAMENTO.XLSX



PROPOSTA PRO-FORMA

Nº do Processo Administrativo: 25389.000074/2025-26

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSC ESTADUAL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

INSC. MUNICIPAL:

BANCO:

Item	Descrição		Valor Mensal (R\$)	Valor para 03 Anos (2026, 2027 e 2028)
1	Objeto: Fornecimento de Energia Elétrica proveniente de fonte renovável, na modalidade Varejista, por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), para o suprimento de 12 (doze) unidades consumidoras (UC) da Fiocruz.	LOTE 1	R\$ 992.480,00	R\$ 35.729.280,00
		LOTE 2	R\$ 17.098,89	R\$ 615.560,00
		LOTE 3	R\$ 10.637,78	R\$ 382.960,00
		LOTE 4	R\$ 46.713,33	R\$ 1.681.680,00
		Total Geral	R\$ 1.066.930,00	R\$ 38.409.480,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência da contratação é de até 36 meses, contados da data da assinatura do contrato, improrrogável, na forma do artigo artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias

GARANTIA: CONFORME EDITAL

DATA:

ANEXO IX

GLOSSÁRIO

As terminologias constantes neste Termo de Referência terão os significados a seguir descritos, exceto quando o texto indicar especificamente de outra maneira:

- **AGENTE DA CCEE:** qualquer Concessionário, Permissionário ou Autorizado de serviços e instalações de energia elétrica, bem como os Comercializadores, Consumidores Livres e Consumidores Especiais integrantes da CCEE;
- **ACL:** Ambiente de Contratação Livre: segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme Regras de Comercialização e Procedimentos de Comercialização específicos;
- **ACR:** Ambiente de Contratação Regulado: segmento do mercado com condições totalmente regulada pela ANEEL;
- **ADJUDICAÇÃO:** ato pelo qual a FIOCRUZ, confere ao Agente VENDEDOR vencedor o objeto a ser contratado;
- **AGENTE VENDEDOR:** pessoa jurídica, Autoprodutor, Produtor Independente, Comercializadora e Concessionária de Serviço Público de Geração de energia elétrica, titular de concessão, permissão ou autorização do Poder Concedente para gerar, ou comercializar energia elétrica que apresente Lance para a consecução do objeto deste Pregão de Compra de Energia Elétrica;
- **ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica: órgão normativo e fiscalizador dos serviços de energia elétrica, instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 2.335, de 06 de dezembro de 1997;
- **AUTOPRODUTOR:** pessoa jurídica com outorga de concessão ou autorização do Poder Concedente para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo;
- **CCEE:** Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica de que trata a Lei no 10.848, de 15 de março de 2004;
- **CENTRO DE GRAVIDADE:** ponto virtual definido nas Regras de Comercialização onde a geração total é igual ao consumo total daquele Submercado, sendo certo que neste certame se refere ao Submercado Sudestes/Centro Oeste;

- CLIQCEE: é o Sistema de Contabilização e Liquidação, sistema computacional desenvolvido com base nas Regras de Comercialização e Procedimentos de Comercialização, que dá suporte à contabilização e liquidação financeira de toda comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;
- COMERCIALIZADOR: pessoa jurídica titular de autorização outorgada pelo Poder Concedente para fins de realização de operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE;
- COMERCIALIZADOR VAREJISTA DE ENERGIA: pessoa jurídica de direito privado que recebeu autorização de Autoridade Competente, para realização de operações de compra, venda de energia elétrica e representação varejista, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE
- CONTRATANTE: FIOCRUZ;
- CONTRATADA: VENDEDORA;
- CONSUMIDOR LIVRE: é aquele que, atendido em qualquer tensão, tenha exercido a opção de compra de energia elétrica, conforme as condições previstas nos artigos 15 e 16 da Lei 9.074 de 07 de julho de 1995 e Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004;
- CONSUMIDOR ESPECIAL: é o consumidor responsável por unidade consumidora ou conjunto de unidades consumidoras do Grupo A, integrante(s) do mesmo Submercado no SIN, reunidas por comunhão de interesses de fato ou direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW;
- CRITÉRIO DE JULGAMENTO: conjunto de regras fixadas no Termo de Referência para definir a análise dos Lances e correspondente classificação;
- DATA DE REFERÊNCIA DOS PREÇOS: primeiro dia do mês da realização da 1ª sessão pública;
- TERMO DE REFERÊNCIA: o caderno que divulga as condições e exigências para a participação de interessados no Leilão de Compra de Energia Elétrica, que regulamenta o objeto e define os parâmetros que regerão a futura contratação de energia elétrica. Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do Termo de Referência. As cláusulas do Termo de Referência indicarão os requisitos para: credenciamento do Agente VENDEDOR; o critério de julgamento e os fatores a considerar; minuta do futuro contrato a ser firmado com o Agente VENDEDOR vencedor. A FIOCRUZ e os Agentes VENDEDORES ficam sempre vinculados aos termos ou ao permitido no Termo de Referência, quanto ao procedimento, ao credenciamento, aos Lances, ao julgamento e ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica;
- ENERGIA: é a quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt hora (Wh) ou seus múltiplos;

- **ENERGIA CONTRATADA:** é o montante em MW médio contratado pela FIOCRUZ no período definido, e colocado à disposição desta no Ponto de Entrega;

- **EQUIPE:** grupo de pessoas oficialmente designadas pela FIOCRUZ, com a função de prestar a necessária assessoria ao Representante da FIOCRUZ em suas tarefas;

HOMOLOGAÇÃO: ato pelo qual a FIOCRUZ, após verificar a regularidade dos atos praticados, ratifica o resultado do Pregão de Compra de Energia Elétrica;

- **IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado:** calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

- **IPCA/IBGE –** significa o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

- **MELHOR OFERTA:** Menor Preço por Lote em R\$;

- **MÊS CONTRATUAL:** é todo e qualquer mês do calendário civil do período contratual.

- **MERCADO CATIVO:** definição utilizada para o Ambiente de Contratação Regulada – ACR, segmento do mercado com condições totalmente reguladas pela ANEEL;

- **MW médios:** Unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período de tempo. O MW médio é calculado por meio da razão MWh/h, onde MWh representa a energia produzida e h representa a quantidade de horas do período de tempo no qual a referida quantidade de energia foi produzida. Assim, 1MW médio em 1 ano = 1MW x 8760horas = 8.760 MWh; 1MW médio no mês de janeiro representa 1MW x 744horas = 744MWh

- **OFERTA:** em sentido estrito, é representada pelos valores dos lances oferecidos por um Agente VENDEDOR;

- **ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico:** é o órgão criado pela Lei nº 9.648/98 responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados, sob a fiscalização e regulação da ANEEL;

- **PLD: Preço de Liquidação das Diferenças.**

- **Preço da Energia (Preço de Venda) em (R\$/MWh):** é o preço da Energia Contratada, expresso em Reais por MWh (R\$/MWh), para disponibilizar a Energia Contratada no Ponto de Entrega;

- **PONTO DE ENTREGA:** Centro de Gravidade;

- **PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO:** é o conjunto de normas operacionais aprovadas pela ANEEL que definem as condições, os requisitos eventos e prazos relativos à trinta de energia no âmbito da CCEE;

- **PROCEDIMENTOS DE REDE:** é o documento elaborado pelo ONS, com participação dos agentes e aprovado pela ANEEL, por meio do qual se estabelecem os procedimentos e os requisitos técnicos para o planejamento, a implantação, o uso e a operação do sistema de transmissão, as penalidades pelo descumprimento dos compromissos assumidos pelos diversos agentes do sistema de transmissão, bem como as responsabilidades do ONS e de todos os usuários;
- **PRODUTOR INDEPENDENTE:** pessoa jurídica titular de concessão ou autorização outorgada pela Poder Concedente para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco;
- **CT PROINFA:** Programa de Incentivo às Fontes Alternativas, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas, eólicas e térmicas a biomassa na produção de energia elétrica.
- **REAL:** moeda corrente do País, também expresso em “R\$”;
- **REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO:** é o conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL e de cumprimento obrigatório pelos agentes participantes da CCEE que, associadas aos Procedimentos de Comercialização estabelece as bases necessárias para a operação comercial da CCEE e estipulam o processo de contabilização e liquidação;
- **REPRESENTANTE CCEE:** Agente nomeado e constituído para ser seu representante operacional com poderes para o cumprimento de obrigações e exercício de direitos, observados os limites estabelecidos em Procedimento de Comercialização específico, podendo, para tanto, em nome dos interesses do representado, operacionalizar as rotinas inerentes às operações da CCEE;
- **SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL – SIN:** são as instalações de geração, transmissão e distribuição conectadas pela Rede Básica de Transmissão, incluídas suas respectivas instalações;
- **SUBMERCADO:** são as subdivisões do mercado, correspondentes a determinadas áreas do SIN, para as quais são estabelecidos preços específicos, de acordo com as Regras de Comercialização;
- **TRIBUTOS:** são todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Contrato, incluindo, mas não se limitando ao PIS/COFINS/CSLL e ao ICMS, incidente na forma da legislação em vigor, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das partes. Tal exclusão abrange, não estando limitada ao imposto sobre a renda da pessoa jurídica e demais imposta.